



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE FILOSOFIA
Programa de Pós-Graduação em Filosofia



JACIARA BOLDRINI FRANÇA

**O PAPEL DAS REDES SOCIAIS NA SUBJETIFICAÇÃO
FEMININA E SEUS CORPOS: UMA ANÁLISE À LUZ DAS
CONCEPÇÕES DE PODER SOCIAL DE FOUCAULT**

UBERLÂNDIA/ MG

2024

JACIARA BOLDRINI FRANÇA

**O PAPEL DAS REDES SOCIAIS NA SUBJETIFICAÇÃO
FEMINA E SEUS CORPOS: UMA ANÁLISE À LUZ DAS
CONCEPÇÕES DE PODER SOCIAL DE FOUCAULT**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Uberlândia, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Filosofia, linha de pesquisa Ética e Filosofia Política, para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Ferreira Almada

UBERLÂNDIA/MG

2024

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

F814 2024	Franca, Jaciara Boldrini, 1978- O papel das redes sociais na subjetificação feminina e seus corpos: Uma análise à luz das concepções de poder social de Foucault. [recurso eletrônico] / Jaciara Boldrini Franca. - 2024. Orientador: Leonardo Ferreira Almada. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Filosofia. Modo de acesso: Internet. Disponível em: http://doi.org/10.14393/ufu.di.2024.270 Inclui bibliografia. 1. Filosofia. I. Almada, Leonardo Ferreira, 1984-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Filosofia. III. Título.
--------------	--

CDU: 1

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Filosofia				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, 008/2024, PPGFIL				
Data:	Vinte cinco de abril de dois mil e vinte quatro	Hora de início:	16:30	Hora de encerramento:	19:46
Matrícula do Discente:	12212FIL005				
Nome do Discente:	Jaciara Boldrini França				
Título do Trabalho:	O papel das redes sociais na subjetificação feminina e seus corpos: Uma análise à luz das concepções de poder social de Foucault				
Área de concentração:	Filosofia				
Linha de pesquisa:	Ética e Filosofia Política				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	-----				

Reuniu-se na Sala 1 U 106, Campus Santa Mônica, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Filosofia, assim composta: Professores Doutores: Jorgetânia da Silva Ferreira - INHIS/UFU; Dickson Duarte Pires - IFTM-MG e Leonardo Ferreira Almada - IFILO/UFU orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Leonardo Ferreira Almada, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Ferreira Almada, Presidente**, em 26/04/2024, às 10:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jorgetania da Silva Ferreira, Professor(a) do Magistério Superior**, em 29/04/2024, às 10:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Dickson Duarte Pires, Usuário Externo**, em 29/04/2024, às 13:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5365033** e o código CRC **1AAF9A69**.

Referência: Processo nº 23117.028846/2024-88

SEI nº 5365033

É muito mais difícil destruir o impalpável do que o real. — Virginia Woolf

*À Nathália Del Vecchio, à Marlene Boldrini
França, à Janaina Boldrini França, à Johara
Boldrini França Stringari, à Deodete Elza Del
Vecchio Boldrini, à Selma Ferreira, à Andrea
Nazaré, à Gilberta Maria Pires, à Jorgetânea
Ferreira e a todas mulheres que navegaram por
minha vida.*

A todas as mulheres do mundo.

AGRADECIMENTOS

Simone de Beauvoir diz que não há pegadas em nosso caminho que não passem pelo caminho dos outros. Iniciarei este trabalho transbordando os sentimentos que me moveram nestes pouco mais de 24 meses, e que continuam a me mover: o amor e gratidão.

Pensar sobre o amor é algo interessante. Sonhamos com ele, idealizamos um sentimento existente, essencialmente, entre um casal e na maternidade, sendo o famoso amor romântico e amor de mãe. Este sentimento seria composto por momentos de altos e baixos, por muita superação, muito perdão, doses infinitas de compreensão, por dor e alegria que se entrelaçariam no decorrer da vida. Esse amor que nos foi ensinado compreende pela busca de aceitação e pertencimento. Para pertencer, aceitamos qualquer coisa, porque precisamos sentir amados. Assim somos ensinados o que é o amor.

Ocorre que, num dado momento de minha vida, que coincidiu com o projeto de mestrado, eu pude desmistificar esse sentimento idealizado, entendo que a compreensão que eu tinha sobre o que seria o amor, acima descrita, era oriunda de um poder social dominante que, embutindo uma idealização, castrou a possibilidade de felicidade, de ser aceita e ser amada. Esta idealização me condicionou para uma eterna busca por pequenos momentos felizes e aceitação de muitos momentos infelizes e doloridos, como se fossem parte do único amor possível.

Hoje eu reconheço que o amor não é assim. O amor é algo real, a ser construído diariamente, possível entre todas as pessoas e em todas as relações, inclusive entre amigos. O amor se manifesta enquanto um afeto, permeado por um sentimento de paz, tranquilidade, acolhimento e aceitação. Não há superação e perdão, pois ele não machuca, não dói e não fere. O amor não é um sujeito que oprime, exige e força mudanças. É um afeto que aceita, acolhe, ampara e liberta. Não deve ser composto por ímpetos de raiva e agressividade, pois isto, diferentemente do que se aprende, não significa amor. É um carinho que apenas existe e está lá, como um abraço acolhedor a te esperar no fim de um dia cansativo.

Assim, transbordando amor a todos e todas na forma de um sentimento quentinho e gostoso como um banho morno, acolhedor como uma toalha limpa e seca ao sair do banho e gentil uma cama recém arrumada com lençóis limpos a te esperar no final do dia, é que inicio os agradecimentos deste trabalho.

Agradeço imensamente e eternamente aos meus filhos Nathália e João Matheus. É por vocês, acima de tudo, que enfrentei tantas turbulências, tantas dores, me reinventei e não desisti, mesmo quando desejei profundamente desistir. Por vocês que tudo valeu e continua a valer a pena, e é por vocês que luto por um mundo melhor. Obrigada por terem me escolhido como mãe, por me ofertarem a oportunidade de ser uma pessoa melhor a cada dia, obrigada por me amarem e por me permitirem amar de um jeito tão novo e desconhecido. Nós nos amamos de forma revolucionária! Eu tenho um propósito na vida, que é ser uma boa mãe para vocês, e neste propósito eu sigo dia a dia, inclusive neste mestrado. Obrigada por acreditarem em mim, mesmo diante da minha própria descrença. Vocês são incríveis e amados por quem são.

Agradeço à minha família pela paciência diante de tantas ausências. Por serem aquele porto que me dá a base para continuar a navegar pelos mares da vida. Agradeço à minha avó Elza, por ser a responsável pelas minhas memórias de afeto. Uma mulher que sofreu tanta violência no lar, mas que nunca perdeu a doçura e o carinho. Agradeço à minha mãe por ser exemplo de superação, coragem, determinação e inteligência, uma mulher que fez muito com o pouco que teve.

Agradeço ao meu amado pai que esteve ao meu lado todo este tempo, mesmo na espiritualidade. Lembro de, após um longo dia dolorido, eu sonhar com você me dando um beijo na cabeça e dizendo: *saiba que você é muito amada por mim!* Este sonho me acompanha todos os momentos, em todas as tempestades e insegurança, em todos os dias de solidão. Este sonho tem sido meu farol. Obrigada, Pai!

Agradeço às minhas irmãs Janaina e Johara que dividem a vida comigo, os sonhos e as dores, para além de dividirem os nomes estranhos. Agradeço aos meus cunhados/irmãos, Marcelo e Lorenzo. Eu amo todos vocês.

Aos meus sogros Selma e Ademir, obrigada pelo apoio, pelo afeto, pela acolhida, pelo cuidado, pelos almoços de domingo e pelo exemplo de família.

Agradeço às minhas grandes e queridas amigas Andreia Nazaré Heibult e Gilberta Maria Pires que, por tantas vezes, sentaram comigo neste pequeno barco pelo qual navego, temperando o mar da minha vida com lágrimas, risos, prozas, cafés e cervejas. Que delícia contar com vocês neste navegar! A vocês sou puro agradecimento e amor. Espero que envelheçamos juntas. Eu amo vocês. Muito!

Agradeço ao meu orientador Leonardo Ferreira Almada. Primeiramente, pela confiança em embarcar e navegar comigo nesta audaciosa aventura. Você teve coragem, companheiro! Agradeço pelos ensinamentos, pelas orientações, pelas acolhidas, pelo afeto e doçura, por acreditar e me incentivar. Você fez a diferença em minha vida.

Agradeço à minha querida amiga Jorgetânea, uma mulher de coragem, força e ternura. Que honra! Que prazer! Você tem sido luz em meu caminho a me guiar, não me deixando perder nas noites escuras em que naveguei pelos mares turbulentos deste mestrado. Obrigada por tanto!

Agradeço aos companheiros do navegar diário: José Carlos Cunha Muniz Filho, Lucas Borges de Ávila, Pedro Henrique Assis Martins, Deividi Marcio Marques, Fábio Augusto do Amaral e Mário Costa de Paiva Guimarães Junior. Eu sei que só cheguei até aqui porque contei com o apoio dos ombros gigantes de cada um de vocês. Obrigada por tudo!

Agradeço a uma pessoa muito especial que passou por um curto período em minha vida, mas me auxiliou a transformá-la: Camila, minha ex-terapeuta. Em uma sessão de terapia, Camila me pediu para fechar os olhos e me enxergar em uma esquina. Perguntou o que eu via e como eu era. Eu respondi que apenas enxergava um borrão preto, algo disforme, pois eu não me reconhecia, não me identificava como uma pessoa. Eu não sabia como era meu corpo e meu rosto, não tinha identidade. Talvez Camila não saiba, mas neste dia uma chave virou em mim, e nunca mais fui a mesma pessoa. Desde este dia eu tento me enxergar, tento me olhar e me identificar como uma mulher. Se consegui? Só posso dizer que estou no processo e não irei desistir. Obrigada, você me ajudou mais do que pode imaginar. Hoje eu sigo como uma xícara japonesa, colando meus cacos com folhas de ouro (lembra?).

Agradeço à Universidade Federal de Uberlândia, a qual faço parte enquanto servidora desde 2015. Agradeço ao curso de Pós-Graduação em Filosofia, por toda acolhida. É um privilégio poder ressignificar tanta dor transformando em conquistas, lutas, amizades e amores.

E por fim, mas jamais no fim, agradeço ao meu grande amor Thiago Xavier Ferreira. Obrigada por estar ao meu lado nesta descoberta do amor. Tudo começou com você: foram as prosas regadas à cerveja enquanto estávamos sentados no nosso sofá, que fermentaram este trabalho. Foi o amor leve e terno, gostoso como “*una domenica de solle e d’azzurro*” que foram preenchendo as páginas desta dissertação. Chorei ao seu lado duvidando da minha capacidade, mas você nunca deixou de acreditar em mim e me ajudar a enxergar que seria capaz. Eu não esperava nada da vida, quiçá tantas coisas maravilhosas assim, mas você chegou e transformou tudo. Pude ancorar meu barquinho tão quebrado ao seu lado e me aventurar a nadar de braçada neste mar da vida. Ao seu lado, pude descobrir um mar calmo, sem turbulências, no qual me sinto segura para mergulhar. Obrigada por tanto! Obrigada por tudo! Obrigada por não desistir e acreditar em mim! Amo-te tanto, amor meu ...

Encerrando, obrigada aos meus Guias e Orixás pela minha vida. Não tive uma vida fácil, mas hoje eu sou feliz. Axé.

RESUMO

A temática desta dissertação é a análise do uso das redes sociais enquanto dispositivo de poder, na subjetificação feminina e de seus corpos. A partir da metodologia materialista histórico-dialética, tem-se como objetivo uma análise crítica acerca do surgimento das redes sociais online e como estas são utilizadas enquanto dispositivo de poder, traçando um paralelo sobre o surgimento das redes sociais e a teoria de poder social de Foucault, bem como as sociedades de controle disposta por Deleuze. Assim, a partir do referencial teórico da genealogia de Foucault e sociedades de controle, de Deleuze, compreende-se que as relações de poder que incidem na sociedade vão se modificando ao longo das transformações sociais, estas relações de poder incidem sobre o indivíduo e seu corpo, construindo sua subjetividade. Em seguida, explicita-se a construção do sujeito, da subjetividade, objetificação até chegar a subjetificação deste, através das linhas de força do poder. Adentra-se, como consequência, nas relações de opressão de gênero, especificadamente na construção da subjetificação da mulher e de seu corpo. Entende-se no presente estudo o corpo para além do corpo biológico, sendo reconhecido no presente trabalho enquanto poderoso instrumento de atuação do poder. Neste caminho, a parte final aproxima as perspectivas da genealogia de Foucault e o surgimento das redes sociais online, de sorte a mostrar que as redes sociais atuam enquanto dispositivo de poder social, disciplinando, modulando e subjetificando a mulher e seu corpo enquanto produto mercadológico, de forma muito mais efetiva, através da opressão e dominação, com vistas à manutenção do poder social. Assim, o aspecto mais relevante deste trabalho é demonstrar que, através das redes sociais online, há a incidência do poder social, de forma muito mais sutil econômica e potente, a atuar na subjetificação da mulher e de seu corpo. Em conclusão, o trabalho traz uma reflexão acerca da importância de se compreender os efeitos das redes sociais e a necessidade de criação de redes feministas interseccionais, visando o enfrentamento destes efeitos sobre a subjetificação feminina e seus corpos.

Palavras-Chave: Poder social, Dispositivo de poder, Subjetificação feminina, Redes sociais online.

ABSTRACT

The theme of this dissertation is the analysis of the use of social networks as a power device in the subjectification of women and their bodies. It starts with the theoretical framework of Foucault's genealogy, in which he analyzes the power relations that affect society, as well as how these relations change over the course of social transformations, and how these power relations affect the individual and their body, constructing their subjectivity. Next, the construction of the subject, subjectivity, objectification and the subjectification of the subject through the lines of force of power are explained. As a consequence, it goes into the relations of gender oppression, specifically the construction of the subjectification of women and their bodies. In this study, the body is understood to go beyond the biological body, being recognized in this work as a powerful instrument of power. The final section brings together the perspectives of Foucault's genealogy and the emergence of online social networks, in order to show that social networks act as a device of social power, disciplining, modulating and subjectifying women and their bodies as a market product, in a much more effective way, through oppression and domination, with a view to maintaining social power. Thus, the most important aspect of this work is to demonstrate that, through online social networks, there is the incidence of social power, in a much more subtle economic and potent way, acting on the subjectification of women and their bodies.

Translated with DeepL.com (free version)

Keywords: Social power, Power device, Female subjectivity, Social networks online.

PREFÁCIO

Este trabalho foi parido sobre a minha perspectiva.

Meu nome é Jaciara Boldrini França, tenho 45 anos, e sou uma sobrevivente! Sou sobrevivente, primeiramente, por ser uma mulher em uma sociedade machista e misógina. Sou sobrevivente porque, enquanto mulher, sobrevivi ao abuso sexual na infância/adolescência, sobrevivi a um sequestro seguido de tortura e estupro, e sobrevivi ao câncer. Eu sobrevivi, mas muitas outras mulheres não.

A vontade de estudar e pesquisar sobre o tema surgiu no momento que me entendi enquanto mulher, tomando consciência do meu “não-ser”. Me entendi mulher em uma sociedade patriarcal, machista, em que a mulher não é um ser. É mulher objeto, mulher vista como incapaz, inferior. Assim é o ser mulher, sob a minha perspectiva, que será discorrido grande parte do trabalho, sempre fundamentado por Autores e Autoras que pesquisam e compreendem sobre o tema.

Sempre fui uma mulher dentro de um padrão de normalidade imposto pela sociedade contemporânea. Mulher branca (na perspectiva de branquitude da sociedade que vivemos), filha de pais com dois cursos superiores, advogados, criada em uma família classe média, repleta de privilégios. Mulher de corpo magro e cabelos lisos, correspondendo ao disposto nas revistas e novelas da época.

Cresci e me entendi enquanto mulher sob o olhar do homem cis, hétero, branco. Cresci para ser objeto de prazer e satisfação, servindo a este mesmo homem enquanto troféu em uma estante. Meu futuro era certo: eu teria a sorte de ser escolhida enquanto esposa, pois correspondia ao esperado. Realmente fui escolhida, porém, não como imaginava.

Fui escolhida justamente por sempre chamar a atenção e corresponder ao esperado.

Fui escolhida na infância e adolescência, para servir de objeto sexual para homens adultos. Depois, fui escolhida para ser vítima de um crime bárbaro e hediondo, aos 18 anos, grávida de 3 meses de minha filha Nathália.

Fui escolhida por um homem estuprador, que se entendeu no direito de me colocar num cativeiro e usufruir como bem entendesse daquilo que eu dispunha: um corpo. Meu corpo foi torturado por horas, servindo de prazer àquele que foi educado como sendo detentor do poder sobre a mulher. Eu era apenas um corpo objeto.

Como se não bastasse (a violência contra a mulher nunca basta), a sociedade se apropriou do que lhe era entendido de direito e me julgou, subjugou e me puniu como bem quis.

Sobrevivi ao sequestro, à tortura e ao estupro, mas tive a minha vida destruída. Sobrevivi à um câncer, e tudo o que acreditava que me construía enquanto mulher me foi tirado. Sobrevivi a um casamento repleto de violência física, moral e patrimonial. Sobrevivi a duas tentativas de assassinato pelo meu ex-marido, porque eu era vista enquanto propriedade de um homem.

Estes acontecimentos me fizeram uma sobrevivente, mas não me ensinaram voltar a viver. Precisei reaprender a viver, apesar de tudo.

Sob a perspectiva de tudo o que vivi, precisei aprender a me olhar da forma diversa que a sociedade me olhava. Meu olhar precisou ser destreinado, com muito esforço e terapia, para se desvincular dos controles e julgamentos sociais e, novamente, treinado para me enxergar.

Assim, eu venho aprendendo a navegar devagar pela vida, me desvinculando daquilo que a sociedade desejou me tornar, aprendendo a enfrentar as turbulências, a navegar na calma e, acima de tudo, aprendendo a ser a comandante do meu barco, se é que isso é possível.

Hoje, eu olho para meu barquinho todo quebrado e remendado, mas que continua a navegar independente do mar, e entendo que fomos vítimas (eu e meu barco), mas resistimos e somos sobreviventes.

Sob a minha perspectiva é que esta pesquisa foi gerada e parida. Nestas linhas que se seguem, há um corpo nu que, despido, busca se revestir através das palavras “resistência / sobrevivência / renascimento”. Sentimentos como o medo, coragem, insegurança, fracasso e esperança permearam cada página, cada palavra deste trabalho. Mesmo aqueles sentimentos submersos vieram à tona no navegar da pesquisa, e estão impregnados em cada letra digitada. Há lágrimas e sorrisos impregnados nestas folhas brancas que se apresentam tão frias e pálidas.

Estas páginas que se seguem não representam uma terapia, tampouco uma catarse. Representam a minha forma de continuar a navegar, buscando contribuir para a travessia de outras mulheres pelo caminho.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1 – Foucault e suas concepções acerca do Poder social.....	23
1.1 Notas Introdutórias.....	24
1.2. O poder e seus mecanismos de atuação social: uma análise através da genealogia de Foucault.....	24
1.3. Regimes de poder soberano.....	30
1.4. Regime de poder disciplinar.....	32
1.5. Análise dos dispositivos de poder.....	38
1.6. O Biopoder para Foucault.....	43
1.7. Análise sobre a sociedade pós-sociedade disciplinar: As sociedades de controle.....	47
CAPÍTULO 2 - A atuação do poder na subjetificação dos corpos femininos.....	53
2.1. Notas Introdutórias.....	54
2.2. A atuação do poder na construção do sujeito e sua subjetificação.....	55
2.3. A incidência do poder social na construção da subjetificação feminina.....	58
2.4. A administração dos corpos e a construção da subjetificação destes.....	66
2.5. A subjetificação dos corpos femininos.....	70
2.5.1 Os aspectos da construção da subjetificação.....	72
2.5.2. A subjetificação do corpo feminino negro.....	77
2.6. O processo de subjetificação dos corpos nas sociedades atuais.....	79
CAPÍTULO 3 - As redes sociais online e sua atuação na subjetificação feminina e dos corpos femininos.....	84
3.1. Notas introdutórias.....	85
3.2. O surgimento das redes sociais.....	86
3.3. As redes sociais com o advento da internet: redes sociais online	89
3.4. As redes sociais online enquanto dispositivo de poder.....	94
3.4.1 O poder disciplinar nas redes sociais online.....	97

3.4.2. A atuação do biopoder através das redes sociais online.....	101
3.5. A subjetificação através das redes sociais online.....	103
3.6. A subjetificação da mulher através das redes sociais online.....	105
3.6.1. A incidência das redes sociais online sobre o corpo feminino.....	107
3.6.2. A ideal de Beleza como instrumento de subjetificação.....	112
3.6.3. A subjetividade da mulher negra e as redes sociais: a imposição de um estereótipo como forma de manutenção do poder.....	118
PÓS-SCRIPT.....	123
CONCLUSÕES.....	126
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	131

INTRODUÇÃO

*O corpo dos desejos é uma imagem. E o que é inconfessável no desejo é a imagem que dele fizemos.
(Agamben)*

“Nós somos mulheres de todas as cores, de várias idades, de muitos amores, lembro de Dandara, mulher foda que eu sei, de Elza Soares, mulher fora da lei; lembro de Mariele, valente e guerreira; de Chica Da Silva, toda Mulher Brasileira; crescendo oprimida pelo patriarcado; meu corpo minhas regras agora mudou o quadro. Mulheres cabeças e muito equilibradas; ninguém está confusa, não te perguntei nada; são elas por elas, escute este samba que eu vou te cantar. Eu não sei, porque eu tenho que ser a sua felicidade; não sou a sua projeção, você é que se baste; meu bem, amor assim eu quero é longe de mim. Sou Mulher, sou dona do meu corpo, e da minha vontade; fui eu que descobri poder e liberdade; sou tudo o que um dia eu sonhei pra mim”¹

Esta letra acima é uma releitura da música “Mulheres” de Martinho da Vila, feita pelo grupo “Samba que elas querem”. É uma música linda, que representa tudo o que desejamos, porém, ainda não é real, ainda não é a verdade. Em que pese algumas mulheres já tenham descoberto o poder e a liberdade, estamos longe de tê-los. Nós ainda não somos donas de nossos corpos. Nós ainda não somos donas de nossas vontades. Nós não traçamos com autonomia nossos destinos, tudo o que sonhamos para nós. Nós ainda sequer conseguimos sonhar com liberdade.

Nós mulheres ainda somos vistas, construídas e manipuladas enquanto objeto de consumo para os homens. Ainda somos criadas para servir ao poder social masculino, patriarcal, machista, burguês e branco, e por ele ser consumida. O ápice da vida de uma mulher ainda é colocado como sendo o casamento e a maternidade, enquanto o do homem é o sucesso profissional. Da mulher ainda é cobrado um padrão de beleza e de corpo inalcançável, enquanto do homem é cobrado coragem, força e inteligência.

Essa música é o que a gente almeja, é o que a gente gostaria, é o ideal e o que um dia eu espero que seja o real. É buscando que isto, um dia, se concretize, que esta pesquisa nasceu.

A motivação inicial para este trabalho foi o desejo de refletir sobre o poder social, bem como a compreensão de como este poder foi se transformando através das evoluções sociais e tecnológicas, analisando sua atuação sobre a construção do sujeito e sua subjetividade, sob o

¹ Releitura da música “Mulheres” de Martinho da Vila, feita pelo grupo Samba que elas querem.

ponto de vista feminista. O exercício de construção deste estudo será através de referências conceituais, em uma metodologia histórico-dialético.

A importância temática consiste no fato de que, tanto no aspecto acadêmico quanto no imaginário social que envolve o conjunto organizado ou não da sociedade, há a discussão acerca da influência das tecnologias de informação, especificadamente das redes sociais online, sobre o indivíduo, produzindo diversas análises e questionamentos sobre os efeitos destas tecnologias.

Artigos científicos e populares atuais procuram entender os efeitos das tecnologias, dentre elas as redes sociais online, sobre a vida da população. É possível perceber, também, diversos estudos voltados para a compreensão destes efeitos sobre as mulheres e sobre a construção da sua subjetividade, e as possíveis consequências ao longo do tempo.

Vemos tanto na literatura quanto nas diversas reportagens jornalísticas a preocupação sobre os efeitos destas tecnologias de informação midiática online sobre a mulher e sobre sua relação com seu corpo. Análises sobre dismorfia corporal, exageros em procedimentos estéticos, excesso de utilização de medicamentos para emagrecimento e prolongamento da juventude, bem como aumento de depressão e demais problemas psicológicos estão sendo, a cada dia, relacionados com o uso destas tecnologias.

Assim, compreende-se, neste diapasão, a importância de analisar a atuação das redes sociais online na subjetificação da mulher e do seu corpo, analisando como este processo ocorre e qual o papel que a mulher e seu corpo assumem nestas redes sociais online.

Partindo da pertinência temática e a relevância social do objeto, numa metodologia histórico-dialética, esta pesquisa se propõe a analisar o uso das redes sociais online e sua atuação enquanto dispositivos de poder social, e como estes atuam na subjetificação da mulher e seu corpo.

Na primeira parte do trabalho, no escopo das intenções teóricas, cabe destacar a relevância das obras referentes à fase genealógica de Foucault. Inicia-se o estudo acerca do poder social e seus diversos mecanismos de atuação social, buscando referencial teórico em Foucault. Tem-se o intuito de compreender o que se entende por poder social, sua evolução e forma de atuação ao longo da história, até sua atuação na sociedade contemporânea, com as tecnologias de informação, dentre elas as redes sociais online.

Foucault, em sua fase genealógica, compreende que as relações de poder vão sofrendo modificações ao longo dos processos históricos, uma vez que as próprias relações entre os indivíduos sofrem alterações com o tempo, visando a adaptação social. Ele perpassa sua análise desde a formação das sociedades de soberania, com atuação do poder soberano, até as

sociedades disciplinares e o biopoder.

Nas sociedades de soberania, há a atuação do poder soberano personificado e na totalidade do Estado, com poderes diretamente relacionados à vida e morte dos indivíduos, com dispositivos de atuação através das práticas de torturas e suplícios.

Foucault se debruça acerca da modificação da sociedade de soberania para a sociedade disciplinar, em que se tem um poder mais voltado para disciplinarização dos indivíduos, através de dispositivos que atuam em instituições disciplinares. Para além do poder soberano e Poder disciplinar, Foucault nos traz o surgimento da figura do biopoder, que atuaria na regulação da vida coletiva e biológica.

O autor pouco avançou acerca do poder social nas sociedades pós-sociedades disciplinares, com o advento tecnológico digital, como também não abordou como se daria a incidência do poder social em uma análise de diferença de gênero, sendo este ponto objeto de críticas feministas sobre o trabalho de Foucault. O presente estudo buscou abordar estes dois pontos, por serem fundamentais para o objeto proposto

Assim, após a análise sobre a atuação do poder nas sociedades de soberania, sociedades disciplinares e biopoder, adentra-se às sociedades de controle. Neste objetivo, a pesquisa se pautará, enquanto referencial teórico, em Deleuze (1999), com sua análise sobre as sociedades de controle. Estas compreendem uma nova forma de poder pós-sociedades disciplinares, com atuação muito mais onipresente sobre os indivíduos, através do que Deleuze denominou de controle Social.

Nas sociedades de controle tem-se, enquanto dispositivos de poder, a chegada das tecnologias de informação e a internet. Os meios tecnológicos servem ao poder através do controle que desempenham sobre os indivíduos, atuando enquanto instrumentos de normatização e produção de saberes.

Caminhando no escopo da dissertação, em que se busca compreender a atuação dos dispositivos de poder social sobre a subjetificação da mulher e do corpo feminino, adentra-se a segunda parte do trabalho, em que se propõe apresentar conceitos acerca da construção do sujeito, subjetividade e objetificação, para chegar à construção da subjetificação feminina e subjetificação do corpo feminino.

Para percorrer o campo da construção da subjetificação feminina e do corpo feminino, elabora-se uma reflexão teórico-contextual da análise do poder social, sob o referencial teórico de Foucault, e sua incidência sobre o indivíduo.

Segundo Foucault (1979), o poder, nas sociedades burguesas e capitalistas, passa a ser exercido através do controle do corpo biológico do sujeito. Sob a orientação de uma

perspectiva de dominação social, o olhar sobre o corpo do sujeito torna-se um grande marcador do processo de construção social, uma vez que a atuação sobre o corpo, estaria atrelado a um propósito de poder. Através do controle dos corpos é que são construídas as relações políticas e sociais da contemporaneidade, incidindo sobre o corpo o olhar médico, psiquiátrico, jurídico e, sobretudo, político. Assim são construídas as subjetividades dos corpos, enquanto condutas disciplinadas através de estruturas sociais de poder.

Um corpo útil para a sociedade seria aquele que não adocece, não se deprime, não engorda, produz, é econômico e não envelhece. Temos uma visão sobre o corpo como uma máquina que pode ser moldada e aperfeiçoada, alvo dos mecanismos de controle e produção que atuam subjetivamente.

Trataremos o termo subjetividade como o espaço íntimo do indivíduo, formado pela interiorização do que é dito, com a forma que ele se relaciona com o mundo social, resultando em marcas singulares na formação do indivíduo na construção de crenças e valores compartilhados na dimensão cultural construído através da experiência histórica e coletiva dos grupos e populações (Mayos, 2004, p. 363-408).

No campo da construção da subjetificação da mulher, compreende-se que a subjetificação está atrelada à construção de uma subjetividade, enquanto identidade, construída social e culturalmente, a partir das relações sociais, sexuais, práticas e discursos dos saberes disciplinares (Braidotti, 2000), voltado para os interesses desta mesma sociedade, como um objeto.

Assim também é a compreensão da subjetificação relacionada ao corpo feminino, entendida como uma construção social a partir das relações que a mulher estabelece ao longo da sua existência, com olhar sobre a utilidade deste corpo enquanto objeto. Daí o termo subjetificação enquanto construção social voltada para a utilidade e produtividade.

A filosofia feminista, com a qual trabalhamos no decorrer da pesquisa, equaciona a construção desses papéis, então naturalizados, para revelar as verdadeiras engrenagens de poder que está por trás desta naturalização, que tem como objetivo a submissão feminina através da subjetificação desta, e de seu corpo.

Nesta vertente, para Haraway (2000), o “ser mulher” não seria algo natural, mas sim uma categoria complexa construída por discursos científicos e outras práticas sociais questionáveis. Desta forma, a construção da subjetividade feminina englobaria todas suas relações sociais e a forma com que estas relações interferem em suas ações, dentre elas sua relação com o sexo, com família e, inclusive, com seu próprio corpo.

Simone De Beauvoir (1980) traz a reflexão sobre a desconstrução da naturalização dos

corpos em papéis e práticas sociais, compreendendo o “ser mulher” como sujeito múltiplo, que se desloca de um grupo definido e do indivíduo singular, uma vez que é produzido de movimentos complexos e dinâmicos, oriundo de práticas sociais generalizadas.

Para Bourdieu (2012, p. 56), o princípio da submissão feminina é a desigualdade fundamental entre sujeito (que age) e objeto (que é subjetificado), ou seja, entre agente e instrumento, uma vez que o agente é detentor de poder perante o objeto. Nesse sistema, a mulher toma a forma de objeto, cujo sentido é definido independentemente de sua ação e vontade. Ela se torna, na sociedade, um símbolo cuja função é perpetuar e aumentar as relações de poder.

Desta forma, as relações de poder (sujeito), uma vez detentora do poder, toma a mulher como objeto, em uma situação de submissão e dominação. O corpo da mulher passa a ser visto como parte do objeto, duplamente determinado pela sociedade: em primeiro lugar, porque mesmo sua aparência mais natural é definida na sociedade (trabalho, alimentação) e, em segundo lugar, porque a percepção dessas características e sua avaliação dependem de uma posição social (Bourdieu, 2012).

Ainda de acordo com Bourdieu (2012, p.16-19), essa condição colocaria as mulheres em um estado permanente de insegurança em relação ao corpo, ou melhor, de dependência simbólica: elas existem através do olhar dos outros, como objetos acolhedores, atraentes, disponíveis, num padrão ideal a ser alcançado. A relação entre o corpo real e o corpo ideal, que corresponda ao olhar do outro, são aspectos que compõem a dominação dos corpos como forma de controle Social.

As mulheres, nas sociedades contemporâneas, tais como nas sociedades disciplinares, são constantemente submetidas a uma normatização e controle em seus corpos, desejos e prazeres, em um processo de construção de sua subjetividade. Com o advento das tecnologias de informação, dentre estas as redes sociais, o controle passa a atuar de forma permanente e ilimitado, com efeitos ainda maiores na construção da subjetividade feminina e na construção dos seus corpos.

Essas reflexões, antes da pretensão de esgotamento do tema a que se refere este trabalho, servem como perspectiva através das quais filiaremos o olhar em direção ao objeto empírico da pesquisa: as redes sociais online, enquanto dispositivo de poder. Neste ponto, a pesquisa retomará a primeira parte do projeto, buscando a conexão entre a atuação do poder social na sociedade contemporânea, com a construção da subjetividade dos corpos femininos através das tecnologias de comunicação e informação midiática, especificadamente as redes sociais online.

Os aspectos a serem analisados e compreendidos estarão pautados na utilização destas redes sociais enquanto mecanismo voltado para a manutenção do poder social, bem como os reflexos e influências deste mecanismo na subjetificação da mulher e do corpo feminino.

As tecnologias relacionadas à comunicação, que possibilitaram instrumentalização da sociabilidade e de identidade, são consideradas um marco do século XXI. Estas tecnologias e mídias sociais, bem como as redes sociais online, como Instagram, surgem como uma possibilidade de abranger contatos e proporcionar conexões em larga escala, formando uma verdadeira rede de relações e construções virtuais.

Contextualizando o surgimento do conceito de rede social, temos que, na história das ciências sociais e humanas, este conceito surgiu na primeira metade do século XX, porém, usado em um sentido metafórico. Os autores não identificavam características morfológicas para situações específicas, nem havia relação entre as redes e o comportamento dos indivíduos (Portugal, 2007). Somente após a segunda metade do século XX, o conceito passou a ser entendido com maiores proporções pela sociologia.

Para Portugal (2007), a construção deste conceito se desenvolveu em torno de duas correntes marcadamente distintas: uma no campo da antropologia social, a partir de pesquisadores britânicos após a II Guerra Mundial, que é o objeto da pesquisa, e uma segunda corrente que seria de origem americana, que se preocupou fundamentalmente com uma análise quantitativa a partir de uma abordagem estruturalista.

Ainda na metade do século XX, a corrente da antropologia social mudou o foco dos sistemas culturais para os sistemas de redes de relações sociais, chegando à formulação do conceito de rede social, com a teoria das redes sociais. Assim, para Portugal (2007), a teoria das redes sociais tem como objeto explicar o comportamento dos indivíduos através das redes em que eles se inserem, e explicar a estruturação das redes a partir da análise das interações entre os indivíduos e das suas motivações.

Na contemporaneidade, com o advento da internet, as redes sociais são pensadas, idealizadas e construídas de forma ampla, ou seja, com capacidade de atingir a todos, de forma disseminada, visando proporcionar inúmeras relações e conexões sociais.

Remetendo a análise dos dispositivos de poder, de Foucault, somos levados a questionar o papel das redes sociais online na manutenção da estrutura hierárquica social, ampliando estas estruturas. As redes sociais online seriam utilizadas enquanto dispositivos de poder, no propósito de atuar dominando, disciplinando, vigiando e controlando os indivíduos, construindo sua subjetividade e subjetificação (sujeito e objeto social).

Ainda, tem-se as diferentes formas de atuação do poder através das redes sociais

online, como o poder disciplinar, o biopoder e o controle e vigilância, característicos das sociedades de controle.

Ao aludirmos a ideia de que as redes sociais são planejadas e administradas num panorama social, uma vez que vivemos num meio permeado de mecanismos de poder e controle, somos impelidos a pensar que as redes sociais online seriam, então, planejadas e administradas com o intuito de atuarem enquanto instrumento deste poder. Todas as atividades realizadas de forma naturalizada pelos indivíduos estariam sendo diretamente influenciadas, passando a ter um valor de mercadoria, que depende da situação Social vigente (Horkheimer, Adorno, 2002).

Segundo Añaña (2008), as redes sociais online permitem conectar pessoas dentro do mundo virtual, possibilitando novas conexões sociais em que os indivíduos possam divulgar suas vidas cotidianas e compartilhar informações, sob afinidades de interesses. Ainda para Añaña (2008), estas conexões ocorrem por identificação de propósitos e valores, permitindo considerável influência na subjetividade do indivíduo.

Os usuários destas redes podem absorver os modelos de comportamentos, ocorrendo a influência do virtual para a vida social real, com mudanças no comportamento cultural (música, leituras, roupas, alimentação, religião), entre outros hábitos adquiridos (Horkheimer, Adorno, 2002).

Os indivíduos seriam então encantados, seduzidos, constantemente divertidos, levados a interagir com marcas e pessoas, guiados em suas ações, através de técnicas sutis de disciplina, que os direcionam as suas ações: O que irá consumir? O que irá expressar na sua rede de contatos? Como se relacionar e se expressar? Quais fotos postar? Com o que irá interagir? A facilidade de conexão digital e o alto engajamento de participação que as redes sociais online ensejam, tornam a disseminação de formatos e de regras ainda mais forte hoje do que acontecia na era analógica.

Se antes as estratégias de controle atuavam através de revistas e programas de TV, agora elas usam as redes online de forma ampla, atingindo um número ainda maior de mulheres, atuando no sistema cultural, na forma de alimentação dos indivíduos, na forma de vestir, ditando regras de condutas sociais e sexuais e, conforme objeto deste estudo, atuando em relação ao corpo feminino.

Desta forma, somos levados a compreender que a dominação e disciplina dos corpos femininos passam a se expressar de maneira ampla. Aqui, pretende-se analisar como que as redes sociais online atuam enquanto dispositivos de poder e controle, e quais mecanismos utiliza para este fim. Analisaremos a visibilidade proporcionada pelas redes sociais e as

diversas ferramentas, como a política de likes e filtros de fotos.

Acerca dos filtros para fotos, estes dispõem de formas padronizadas e irreais, impondo um ideal inalcançável, bem como levando as pessoas a buscarem diversos recursos para a manutenção da juventude e para alcançar o resultado mostrado através dos filtros. O uso das redes sociais, através de filtros para imagem, age sobre o saber do indivíduo, mostrando o que é adequado e inadequado, levando-o a buscar, cada vez mais, procedimentos estéticos para se adequar ao dito normal. Analisando também a política de *likes*, desta dispõe ao mesmo tempo de técnica de afirmação e pertencimento, quanto de punição, quando um corpo desvia da norma.

Assim, caminhando para as conclusões da pesquisa, desvela-se as reflexões e problemáticas do trabalho, compreendendo as imbricações e desdobramentos do uso das redes sociais online na subjetificação da mulher, que vão desde a imposição de um ideal de beleza, como o uso do corpo enquanto produto de consumo e controle social. Neste caminhar, chega-se na necessidade de continuidade dos estudos, buscando compreender se haveria uma forma de desconstrução desta subjetificação, em que as mulheres, ao compreenderem as incidências do poder sobre elas, poderiam utilizá-las em seu favor, efetivando o que Foucault já compreendia, que o feminismo não é isento das relações de poder.

CAPÍTULO 1

Foucault e suas concepções acerca do Poder social

“Though this be madness, yet there is a method in ’t”

Shakespeare, Hamlet, Ato II, Cena 2

1.1 Notas introdutórias

O objeto deste trabalho é pesquisar acerca da atuação do poder social na subjetificação dos corpos femininos, através do uso das redes sociais enquanto dispositivo de poder, com base conceitual do poder social para Foucault. Assim, necessário se faz um olhar sobre o campo de investigação acerca do poder social, pela análise Foucaultiana, de forma a compreender seus mecanismos de atuação social que incidem sobre o indivíduo e os diferentes regimes de poder, buscando uma reflexão acerca das modificações das formas de sociedade e como o poder social se adequa a estas modificações.

Dessa forma, percorre-se, em um primeiro momento, pela definição de poder social para Foucault, pelo viés da genealogia. Parte-se, assim, para a análise dos diferentes tipos de regimes de poder social, com enfoque sobre o poder soberano e poder disciplinar, nas sociedades disciplinares, bem como o biopoder.

No segundo momento do capítulo, será abordado conceitualmente os dispositivos de poder que incidem sobre o indivíduo, explorando suas diferentes formas de atuação e seus objetivos.

Por fim, na última parte do capítulo, pretende-se, ainda sob o campo das modificações pela qual a sociedade passa, tensionar a atuação do poder social nas sociedades pós sociedade disciplinar, com o advento da tecnologia digital, trazendo para a análise as sociedades de controle, de Deleuze.

1.2. O Poder e seus mecanismos de atuação social: uma análise através da genealogia de Foucault

Pelo período em que Foucault lecionou no *Collège de France*, em Paris, conforme expõe Araújo (2001), passou-se a perceber uma mudança no seu pensamento, até então epistemológico, para um pensamento genealógico. Importa dizer que a modificação do eixo teórico de Foucault não seria uma substituição à arqueologia, mas sim uma complementação a esta. Araújo (2001), ao analisar as pesquisas de Foucault, traz que “a sua abordagem genealógica não substitui a abordagem arqueológica, mas que elas se fundem devido a sua filosofia crítica do sujeito” (Araújo, 2011, p. 90).

A genealogia seria uma busca “regressiva que visa identificar as fontes produtoras de um valor ou de uma interpretação (moral, religiosa, filosófica ou outra), e as pulsões que lhe deram origem” (Wotling, 2011, p. 43), ou seja, é a busca pela origem de algo, em uma dada

procedência histórica, na manifestação que lhe deu origem.

A abordagem genealógica de Foucault reuniu o discursivo e o extradiscursivo, em uma função estratégica que articula o exercício do poder com a produção de saberes, presente em cada período histórico ou relação Social de uma determinada época. A genealogia de Foucault está presente em suas obras como *Vigiar e Punir* (1975), *Microfísica do poder* (1979) e *História de Sexualidade* (2007).

Foucault chegou seus estudos na existência de uma força que atravessaria todas as relações sociais, a qual denominou de poder, sendo que esta força seria constantemente exercida e resistida entre os indivíduos.

Quando se fala em poder, somos levados a imaginar algo único, exercido por uma pessoa identificável, emitido por um determinado lugar, sendo previsível e identificável. Ocorre que Foucault, em sua genealogia, vai ao desencontro deste entendimento, compreendendo o poder enquanto diversos fenômenos que atuam socialmente, entre todos os indivíduos, em diversas direções, impalpável e não sendo facilmente identificável. Para Foucault, não existiria um poder enquanto uma força única, mas sim um feixe de relações a atuar socialmente.

O poder não existe. Quero dizer o seguinte: a ideia de que existe em um determinado lugar, ou emanado de um determinado ponto, algo que é um poder, me parece baseado em uma análise enganosa e que, em todo o caso, não dá conta de um número considerável de fenômenos. Na realidade, o poder é um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado (Foucault. 1975, p. 293).

Desta forma, para Foucault (1979), não há uma teoria do poder, mas, em contraponto, é possível efetuar uma análise que busca identificar esta força atuante na sociedade, bem como a sua atuação sobre e entre os sujeitos, analisando as relações de poder.

Trata-se [...] de captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações [...] captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam [...] Em outras palavras, captar o poder na extremidade cada vez menos jurídica de seu exercício (p.182).

Buscando identificar e compreender o poder enquanto força atuante na sociedade, Foucault traz, em *Microfísica do Poder* (1979), que o poder não é imutável, mas mutável socialmente, ou seja, esta força denominada de poder sofreria alterações através das relações sociais, se transformando constantemente, conforme os valores sociais, as ideologias de uma época e os interesses da classe dominante. Ademais, Foucault traz a análise de que este poder ao atuar em todos os espaços e em todas relações sociais, se transformando em micropoderes,

ou seja, não atuando de forma máxima e hierarquizada em macros espaços, mas disseminado em todos os micro espaços sociais.

Conforme explica Foucault, em sua abordagem genealógica, não há valores universais, uma vez que estes são construídos historicamente a partir das relações de poder de uma determinada sociedade, sendo o Poder o elemento central na determinação dos valores de uma sociedade (normas sociais).

Foucault busca justamente compreender os valores de um determinado período histórico ou configuração Social de uma determinada época, investigando como as produções de saberes que originariam estes valores, conforme nos traz Wotiling (2011):

A genealogia se opõe, para começar, à tradicional busca da essência e, de modo geral, desqualifica qualquer ideia de um dado sem origens. Representa a metodologia de questionamento própria de uma filosofia da interpretação e traduz a substituição da problemática da verdade pela problemática do valor. Caracteriza-se por uma dupla direção: a genealogia é, primeiramente, investigação regressiva que visa a identificar as fontes produtoras de um valor ou de uma interpretação (moral, religiosa, filosófica ou outra), as pulsões que lhe deram origem; é, em seguida, investigação sobre o valor dos valores assim detectados - o primeiro momento não é o objetivo da investigação, é a condição que torna possível o segundo (p. 43).

Com efeito, Foucault (1979) dispõe que esta força atua em uma tríade entre poder, direito e verdade, onde o poder atuaria enquanto direito, pelas formas que a sociedade se coloca e se movimenta, criando regras e leis para coordená-la. O direito seria, desta forma, produtor de verdade. A verdade seria produzida através de práticas discursivas disseminadas socialmente, e de conhecimento compartilhado entre os indivíduos, que se transformam em norma Social. A verdade seria um conjunto de procedimentos ditados pelas normas sociais, ligada ao poder, uma vez que este a produz e a apoia, ao mesmo tempo que é influenciada pelos seus efeitos. Compreende-se, assim, que a verdade, posta socialmente, nada mais é do que a materialização desta força denominada poder.

Ainda, Foucault nos traz que analisar o poder que atua socialmente, em determinado período Social, é analisar e compreender o momento histórico desta, pois este momento que traz as marcas do passado e determina o futuro. Esta é uma das razões pela qual Foucault busca compreender o passado para “fazer a história do presente” (1975, p. 29).

Trata-se, assim, de diagnosticar o presente a partir daquilo que o afasta do passado e do qual, contudo, traz marcas significativas, uma vez que o poder atua em um conjunto em um conjunto de relações, submetendo todos os indivíduos a sua atuação, agindo de forma permanente e contínua.

Assim é que Foucault entende o poder enquanto conjunto de ação sobre ações, que se

exerce através de rede de força. O poder atua como uma rede, uma malha a qual o indivíduo está no centro da transmissão, sofrendo seu efeito ao mesmo tempo que dissemina este poder. Desta forma, o poder poderia agir em uma relação de troca entre os indivíduos, de ação e reação.

Em que pese os indivíduos sofrerem a ação do poder, eles também o exercem, não sendo alvos apenas inertes ou consentidos, mas sendo centros de transmissão. Poderíamos considerar, em uma relação de poder, o indivíduo não como o outro, mas sim como parte e efeito deste poder, tendo como um dos efeitos a sua identificação enquanto indivíduo, tornando-o sujeito. Desta forma, o poder atuaria na construção da subjetividade do indivíduo, constituindo o indivíduo em sujeito.

As relações de poder, atravessam os indivíduos, os constituindo enquanto sujeitos, perpassando pela esfera Social, como relações familiares, trabalho e lazer, agindo de forma coercitiva, normatizadora, mas também criadora de vontade, de prazeres e saberes, criando a verdade para o sujeito.

Por "verdade", entender um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados. A "verdade" está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem. "Regime" da verdade. Esse regime não é simplesmente ideológico ou superestrutural; foi uma condição de formação e desenvolvimento do capitalismo. (Foucault, 1979, p. 252)

O poder passa a atuar não apenas no sentido de supressão e repressão, mas também num sentido de transformação, produção de saberes e sensações de autonomia. Foucault, em *Microfísica do poder* (1979), contesta a ideia de um poder apenas repressivo e de supressão de direitos.

Pois se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalcamento, à maneira de um grande superego, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil. Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos a nível do desejo – como se começa a conhecer – e também a nível do saber. O poder, longe de impedir o saber, o produz. (p. 246)

O poder atuaria de maneira a produzir saberes, através da criação de um conjunto de procedimentos para a produção deste saber, bem como atuando na criação de lei (normas), e ditando o funcionamento da sociedade enquanto criador de verdade. Por verdade, entende-se um juízo de valor que visa a manutenção do sistema Social, como uma norma Social que vai além do direito, da lei, pois acaba por fazer parte da sociedade, reproduzindo aquilo que se

espera dela. Ainda, o poder emitiria padrões de comportamentos, a partir da criação dos saberes, normas sociais e verdade.

Em um importante sentido, uma vez que o poder possui uma função criadora, no sentido de que as relações de poder criam a realidade em que os homens irão viver, o poder passa a criar valores e saberes, sendo estes difundidos na e pela sociedade, sendo absorvidos pelos homens, que passam a viver de acordo com estes valores. Daí Foucault (1979) dispor que o poder cria verdades.

Ora, me parece que a noção de repressão é totalmente inadequada para dar conta do que existe justamente de produtor no poder. Quando se define os efeitos do poder pela repressão, tem-se uma concepção puramente jurídica deste mesmo poder; identifica-se o poder a uma lei que diz não. O fundamental seria a força da proibição. Ora, creio ser esta uma noção negativa, estreita e esquelética do poder que curiosamente todo mundo aceitou. Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo Social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir. (p. 254)

Partindo desta premissa, uma vez que o poder cria verdade, saberes e desejos, podemos compreender que nossas ações e desejos não seriam reflexos de escolhas conscientes e individuais, uma vez que são construídas através das relações de poder que emergem da sociedade e que nos constituem enquanto sujeitos sociais.

De modo que, se quisermos apreender os mecanismos de poder em sua complexidade e detalhe, não poderemos nos ater unicamente à análise dos aparelhos de Estado. Haveria um esquematismo a evitar – esquematismo que aliás não se encontra no próprio Marx – que consiste em localizar o poder no aparelho de Estado e em fazer do aparelho de Estado o instrumento privilegiado, capital, maior, quase único, do poder de uma classe sobre outra classe. De fato, o poder em seu exercício vai muito mais longe, passa por canais muito mais sutis, é muito mais ambíguo, porque cada um de nós é, no fundo, titular de um certo poder e, por isso, veicula o poder. O poder não tem por função única reproduzir as relações de produção. As redes da dominação e os circuitos da exploração se recobrem, se apoiam e interferem uns nos outros, mas não coincidem. (Foucault, 1979, p. 256)

Para Candioto (2006), as relações de poder “são efeitos de verdade produzidas por mecanismos e estratégias de poder, todos eles presentes em práticas sociais, verticais e heterotópicas” (2006, p. 69-70).

É importante destacar que Foucault compreendeu que “o poder é, na realidade, um conjunto de relações abertas, mais ou menos coordenadas (...), então, o único problema consiste em se munir de uma rede de análise que torne possível uma analítica das relações de

poder” (Foucault, 1975, p. 234).

Uma vez que o poder, para Foucault, advém de uma prática Social construída historicamente, em constante transformação, ele não estaria restrito somente a um único momento Social, em uma única instituição, ou até mesmo unicamente na figura de um Estado, ou de uma figura de poder majoritário, como o Rei, mas sim, adaptando e se transformando socialmente, presente em todas as relações entre os indivíduos e em todos os espaços sociais.

O poder poderia atuar entre os indivíduos, não apenas em uma prática verticalizada (hierarquia), mas presente em todos os espaços horizontalmente, o que sustentaria as relações de autoridade, inclusive os poderes do Estado, por estar disseminado em forma de micropoderes. Esta denominação de micropoder de Foucault enfatiza a dimensão molecular do poder, descrevendo-o como uma rede de força, ou seja, em disposições e funcionamentos sempre tensos, sempre em atividade, que não se localizam apenas nas relações do Estado com os cidadãos, mas articulam-se em engrenagens complexas que recobrem todo o campo Social.

Em conclusão, temos que Foucault, ao realizar uma analítica das relações de poder, amplia nosso olhar para além das relações de Estado, trazendo a atuação do poder enquanto um feixe de relações, não atuando apenas nos macroespaços, mas existindo enquanto micropoderes que atuam nas micro espaços e relações sociais.

Assim, não existiria sociedade sem relações de poder e não existiria poder que não fosse exercido sobre indivíduos, o que poderia variar seriam as condições deste exercício. A diversidade de modalidade e de tipos de poder derivam tanto da forma como são diferenciados os que mandam e os que obedecem (legal, econômica, situação no processo produtivo, cultural, técnica, etc.), como dos objetivos (manutenção de privilégios, do lucro, do status, da posição hierárquica, etc.), os instrumentos utilizados (as armas, os discursos, o dinheiro, a vigilância, etc.) e as formas de institucionalização e grau de racionalização (mensurações, economias, ganhos e perdas políticas) (Foucault, 1975. p. 222). Assim, o poder não é algo que se adquire, se tenha posse, mas algo que se exerce mediante o uso de técnicas segundo os regimes vigentes na sociedade, construindo o indivíduo enquanto sujeito.

Neste diapasão, importa compreender as diferentes formas de regime de poder nas sociedades, segundo a perspectiva apresentada por Foucault, como o regime de poder soberano, regime de poder disciplinar e Biopoder.

1.3. Regime de poder soberano.

“A disciplina é um princípio de controle do discurso. Ela lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras.” (Foucault. A Ordem do Discurso: Aula Inaugural no Collège de France. p. 34)

A partir da visão genealógica de Foucault, tem-se a análise das relações de poderes, os indivíduos e o Estado, compreendendo a existência de um poder enquanto feixe de relações, exercido através de relações sobrepostas verticais e horizontais, incidindo sobre os indivíduos, de forma a controlá-los, num objetivo de produtividade. (Foucault, 1975)

Para Foucault, o poder, em que pese sofrer transformações espaço-temporal, manteria algumas constantes, como a construção de um saber, o estabelecimento da verdade, a busca por uma atuação de forma cada vez mais econômica, focando na produtividade do indivíduo, e estabelecimento de técnicas adequadas enquanto um regime de poder e o controle sobre os indivíduos. Os diferentes tipos de regimes de poder, compreendidos por Foucault, compreendem características de forma distintas, ainda que haja sobreposição de uma sobre a outra, não existindo uma total ruptura entre eles. Assim, tem-se o poder soberano (dominante até meados do século XVII), com o foco no controle físico sobre a vida de cada indivíduo, o poder disciplinar (dominante até por volta do séc. XVIII e XIX), com o foco deslocado do controle físico da vida para o controle sobre os corpos e as ações, atuando através de instituições fechadas para a modulação do comportamento dos indivíduos, e o biopoder (a partir do fim do século XIX), com uma característica mais normatizada, voltada para a internalização da norma, com foco em uma regulação da vida social global.

Acerca do Poder Soberano, este é considerado como a forma tradicional de poder, agindo sobre o território e espaço. O Rei, através do uso de dispositivos como força, guerra e posse, tem sob seu controle a vida dos seus súditos, bem como tudo o que estiver sob o seu domínio territorial, com a apropriação dos bens e riquezas. Esta forma de poder decorre de uma hipótese repressiva, atuando sobre a comunidade e diretamente sobre a vida dos indivíduos desta comunidade, com poder de decisão diretamente sobre quem vive e quem morre.

O poder soberano possui como característica a repressão. Esta forma de poder se mantém através do enraizamento da ignorância, da supressão do desejo e da coerção. Nas sociedades de soberania têm-se a ideia de que o saber se opõe ao poder, e de que a verdade teria o papel de agente libertador, sendo um contrapoder que afrontaria a opressão e a coerção,

funcionado como um embargo à verdade, dominando e ordenando a vida social (Foucault, 1975). O poder soberano seria totalmente negativo e repressivo.

Entende-se que o poder soberano é transferido de indivíduo para o indivíduo, em uma legitimidade fundamental, como a figura de um Rei, mais fundamental do que qualquer lei, como uma lei geral de todas as leis, acima de qualquer verdade. De um lado, tem-se a dominação, e de outro lado o dominado, a obediência, a submissão. Nesta forma de atuação de poder, há a ideia da intervenção divina, da moralidade divina, da recompensa de um Deus ao trabalho e ao sacrifício por um Deus. A ociosidade é considerada uma revolta contra a bondade de Deus (Foucault, 1975). A resistência a este poder é a busca pela verdade, a construção de uma razão, da liberdade pelo trabalho, do entendimento do indivíduo enquanto detentor de direitos e de humanidade. Foucault traz que esta forma de poder possui uma importância social, estando presente até hoje, marcado pela hierarquia, pela insensibilidade e pela sujeição do indivíduo.

A partir do fim do Século XVII e início do século XVIII, tem-se o surgimento do processo histórico denominado Revolução Industrial, associado ao início do modo de produção capitalista, em que trouxe o desenvolvimento de novas técnicas de produção de mercadorias e surgimento de novas tecnologias e divisão social do trabalho. Desta forma, o indivíduo passou a ser entendido como importante instrumento de produção e com valor de mercadoria.

Ademais, tem-se o surgimento da modernidade filosófica de Kant (1724-1804), com o surgimento dos saberes como os das ciências humanas, com o surgimento da figura do homem enquanto ser detentor de humanidade e sensibilidade. Assim, não caberia mais a sujeição do homem à uma figura hierarquicamente superior, com aceite das práticas como o suplício, a tortura e tratamentos degradantes, uma vez que o indivíduo passou a ser visto enquanto humano. Não era mais sustentável uma forma de sociedade em que o poder seria absoluto e repressivo, com poder sobre sua vida e cultivando a ignorância deste indivíduo.

Tanto o surgimento dos saberes das ciências humanas, que passou a compreender o homem enquanto detentor de humanidade, bem como o surgimento do capitalismo, que precisava do homem enquanto sujeito de produção, influenciaram as relações de poderes, passando a sociedade de soberania a sofrer modificações através da retirada dos poderes divinos e absolutos do monarca.

Conforme exposto, a modificação na forma de enxergar o indivíduo faz com que surja uma nova forma de sociedade, com atuação de uma nova forma de poder, que Foucault denomina de poder disciplinar, que atenderia melhor as necessidades postas, qual seja,

indivíduos produtivos, obedientes, disciplinados, mas não revoltados contra um sistema de repressão e opressão explícito. O poder disciplinar atuaria em favor do capital, docilizando e domesticando o homem, sem apenas submetê-lo a uma repressão, gerando menos revolta, um poder mais eficaz ao capital e econômico na sua aplicabilidade.

Isto posto, passa-se a análise desta nova forma de atuação do poder disciplinar.

1.4. Regime de poder disciplinar.

A aparição de uma sociedade disciplinar, em contrapartida ao poder soberano, aparelha-se com a nova forma de compreender o indivíduo, agora visto enquanto detentor de humanidade, bem como mão de obra necessária para produção de bens e mercadorias. O poder soberano não deixou de existir de uma única vez, mas foi se transformando, diluindo e deixando de exercer seu controle sobre a vida dos seus súditos, sendo modificado para exercer o controle sobre a forma de viver dos indivíduos de forma mais eficaz e econômica.

Desta forma, o poder disciplinar assume uma relação mais humana com o indivíduo, com moderação no poder ativo, coercitivo, atendendo a uma nova compreensão do homem. Não significa que se deixa de ter a ação do poder sobre as relações, mas sim passa-se a compreender a necessidade de moderação deste efeito sobre os homens, atendendo a nova compreensão dos sujeitos enquanto detentores de direitos, de sensibilidades.

Foucault (1975) assim dispõe:

Se a lei agora deve tratar “humanamente” aquele que está “fora da natureza” (enquanto que a justiça de antigamente tratava de maneira desumana o “fora-da-lei”), a razão não se encontra numa humanidade profunda que o criminoso esconda em si, mas no controle necessário dos efeitos de poder. Essa racionalidade “econômica” é que deve medir a pena e prescrever as técnicas ajustadas. “Humanidade” é o nome respeitoso dado a essa economia e a seus cálculos minuciosos. “Em matéria de pena o mínimo é ordenado pela humanidade e aconselhado pela política”. (p. 77)

Essa modificação do poder soberano para o poder disciplinar configura-se num “jogo de representações e de sinais que circulam discretamente, mas com necessidade e evidência no espírito de todos” (Foucault, 1975, p. 84), não mais o corpo a ser domado através de técnicas agressivas, mas o corpo e a alma disciplinados em uma técnica de poder talvez até mais efetiva do que antes. O poder disciplinar age através de técnicas que incidem sobre o homem, sobre as formas de controlar as pessoas, incidindo e atuando na subjetividade do indivíduo.

Segundo Foucault (1975, 128), o desaparecimento do suplício, característico do poder soberano, influenciou o surgimento de um outro poder, que seria o poder disciplinar, não submetendo o homem à sujeição brutal do despotismo, mas a “pequenas astúcias, arranjos sutis, inconfessáveis economias e coerções sem grandeza” (Foucault; 1975, pg. 128).

Pois bem, no lugar desse poder decapitado e descorado se instala um poder anônimo múltiplo, pálido, sem cor, que é, no fundo, o poder que chamarei de disciplina. Um poder de tipo soberania é substituído por um poder que poderíamos dizer de disciplina, e cujo efeito não é em absoluto consagrar o poder de alguém, concentrar o poder num indivíduo visível e nomeado, mas produzir efeito apenas em seu alvo, no corpo, e na pessoa do rei descorado, que deve ser tornado ‘dócil e submisso’ por esse novo poder (pg. 128)

Transmuta-se de uma relação de poder que decide sobre o viver ou morrer, com suplícios e castigos físicos, atuando através da dominação e repressão dos indivíduos, para uma relação de poder que disciplina o indivíduo em como viver. O poder disciplinar, diferente do que se possa parecer, não é uma forma de poder mais branda que o poder soberano, mas quase mais temível que este, em decorrência da sua forma mais sutil e menos coercitiva.

O direito de punir deslocou-se da vingança do soberano à defesa da sociedade. Mas ele se encontra então recomposto com elementos tão fortes, que se torna quase mais temível. O malfeitor foi arrancado a uma ameaça, por natureza, excessiva, mas é exposto a uma pena que não se vê o que pudesse limitar. Volta de um terrível superpoder. E necessidade de colocar um princípio de moderação ao poder do castigo. (Foucault, 1975, p. 76)

O capitalismo acaba por ser um grande propulsor deste modelo de poder disciplinar, uma vez que a disciplina seria o dispositivo necessário a transformar o corpo, “trabalhando detalhadamente”, buscando a “eficácia de seus movimentos” e sua “organização interna”, necessários para as fábricas e produção de mercadorias e serviços. (Foucault, 1975, p. 74)

Foucault compreende o surgimento de um poder sob uma perspectiva de tecnologia que funciona pela técnica e não pela lei, pela normalização e pelo controle, extravasando a figura do Estado, uma vez que é praticada por qualquer indivíduo, em múltiplas formas, podendo ser emitido em qualquer lugar. O poder disciplinar atua de forma mais fluida e verticalizada, enquanto algo que um indivíduo possui ou exerce sobre o outro indivíduo ou outros indivíduos, sem a interferência direta do Estado.

O poder disciplinar, passa a ter um corpo sutil, autônomo, sem personalização em uma única figura do Estado, manifestando-se pela implacabilidade de um regulamento e normas que sequer se formula, uma vez que nada, ou pouco é dito.

Este poder disciplinar seria o meio de estabelecer as relações opressor/oprimido, mandante/mandatário, subordinador/subordinado de forma mais humana e hierárquica, tratando de uma relação que institui a autoridade e a obediência através de normas e técnicas mais condizentes com o indivíduo, de forma a sustentar a autoridade permanentemente.

A disciplina configura-se enquanto um aparelho de penalidade, porém mais sutil que os suplícios, agindo sobre o corpo, através dos gestos e das modulações dos hábitos, agindo sobre o controle do tempo, atuando nas “atividades de todos os dias; a alma, também, mas na medida em que é sede de hábitos”. (Foucault, 1975, p. 106)

A disciplina é um princípio de controle do discurso. Ela lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras. (Foucault. 1975, p. 34)

A atuação do poder disciplinar deu vazão às instituições disciplinares, criadas com o fim de atuação do poder disciplinar, agindo diretamente sobre as ações, os gestos, as condutas, os corpos, as personalidades e os gostos dos indivíduos. Em seu livro *Vigiar e Punir* (1975), Foucault faz uma análise das instituições disciplinares, enquanto espaços para que o poder disciplinar pudesse ser aplicado para a disciplina e controle dos indivíduos e seus corpos.

Foucault traz o surgimento das instituições disciplinares, como instituições prisionais, hospitais, conventos, quartéis, bem como sobre os espaços de trabalho do indivíduo, como as fábricas, dispendo como, a partir do Século XVII, a Europa passou a ter centros de estabelecimentos de internação para sujeitos que apresentassem anormalidades sociais, tais como doentes físicos, mendigos, prostitutas, doentes mentais, órfãos, deficientes físicos, rebeldes, incapacitados, dentro outros. Assim, todos indivíduos que não servissem com produtividade à sociedade e/ou fossem inconvenientes a esta, eram reclusos nestes espaços.

Foucault traz, em *Vigiar e Punir*, a ideia dos “corpos dóceis”, referenciando a ideia de corpos obedientes e disciplinados, de indivíduos que cumpriam o papel desejado nestas instituições: utilidade, disciplina e, acima de tudo, produtividade. O ponto de aplicação mais imediato dessa rede de poderes é o corpo, que, assim investido, mergulha no campo político, tomando-se uma força útil e produtiva.

Para Foucault (1975), as disciplinas que se originariam das práticas aplicadas nestes espaços de reclusão dariam origens as técnicas de controle e distribuição dos corpos dos indivíduos, dos tempos, das forças de trabalho, das práticas sexuais, dos regimes de prazeres, das expressões de gênero, em conformidade com os processos desejantes da sociedade em

questão.

Em *Microfísica do poder* (1979), Foucault dispõe que essas técnicas de disciplinas funcionariam como procedimentos regulatórios que produziriam esquadrinhamentos disciplinares e que promoveriam adestramento e controle permanente, sendo dispositivos eficientes para a transformação e normatização dos homens ditos como desajustados, inaptos, fora da norma, ou seja, todos que não se enquadrassem nos discursos normativos da sociedade.

Assim, Foucault (1975) afirma que:

O corpo entra numa maquinaria de poder e o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política” que é também uma “mecânica do poder”, está nascendo; ela define se pode ter domínio sobre os corpos dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em outras palavras: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma “aptidão”, uma “capacidade” que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre aptidão aumentada e uma dominação acentuada. (p. 118)

Essas técnicas de disciplina visavam decompor todos os elementos característicos dos indivíduos (corpo, sexo, gênero, desejos), com o fim de avaliar suas potencialidades e utilidade para a sociedade, bem como corrigir seus defeitos, vícios e incapacidades. Em torno destas avaliações, passava-se a identificar os indivíduos economicamente produtivos e úteis para as exigências da sociedade, que demonstravam serem dóceis, obedientes e submissos aos mecanismos do poder; bem como os indivíduos improdutivos e nocivos, que continuariam enclausurados.

Os procedimentos disciplinares eram exercidos com foco sobre as atividades mais do que sobre os resultados (Foucault, 1975, p. 129), ou seja, os procedimentos estavam mais relacionados a fazer crescer a utilidade do indivíduo, através da docilidade e domesticação, sendo denominado por Foucault de “geração de utilidades à docilidade” (p. 129).

Pode-se compreender que uma sociedade torna-se disciplinar quando aceita um paradigma, uma definição de modelo das atividades humanas. Na sociedade disciplinar, tem-se o paradigma do que seria normal e do que seria desviante. Toda conduta que vá em desencontro ao sistema é considerada uma conduta anormal, que precisa ser reordenada. Para que este reordenamento ocorra, o tempo de controle não pode ser esporádico, incidental, mas

sim contínuo, codificado. A sujeição do indivíduo precisa ser cada vez mais efetiva, seu corpo mais apto e útil socialmente.

A disciplina é a técnica de poder que fabrica os indivíduos ao utilizar-se de uma anatomia política do corpo, tornando-os úteis e dóceis para além da corporalidade, atingindo a esfera incorporeal, em uma construção de subjetividade docilizada. Foucault (1975, p. 29) dispõem que as técnicas do poder disciplinar atuam sobre o corpo e sob a “alma” do indivíduo, denominada consciência, psique ou subjetividade. Essa “alma”, ou subjetividade, não seria uma realidade preexistente sobre a qual atuam os mecanismos punitivos, mas constituída porque há um investimento político sobre o corpo (Foucault 1975, p. 29), que o torna para além de disciplinado, mas útil enquanto mão de obra operária e dócil na subjetividade.

Tanto nas fábricas, hospitais e prisões, há um controle e uma construção política sobre o corpo, em sua distribuição espacial e suas atividades, pela combinação dos corpos e da força, no intuito de extrair a máxima utilidade deste. Ao ser o corpo parte de um espaço, núcleo de comportamento e soma de forças, que se aglutinam, é que é possível seu adestramento para fins de utilidade.

As técnicas de disciplina teriam o condão de ajustar as produções dos saberes, das verdades, reduzindo a força política e aumentando a força útil do trabalho (Foucault, 1975). O medo da desordem, segundo Foucault, determina o confinamento e a exclusão daqueles que estão contrários à norma, em benefício de uma normalização da sociedade.

Os efeitos do poder disciplinar, tais como o autocontrole dos gestos e atitudes, são produzidos não somente pela violência e pela força, mas sobretudo pela sensação de estar sendo vigiado. A vigilância, seria, então, um importante dispositivo do poder disciplinar. As técnicas de disciplina são exercidas através da vigilância difusa e imprevisível, tendo uma importante consequência para os indivíduos, que seria o autocontrole. O fato de ser vigiado e monitorado de forma difusa e constante, implicaria à expectativa de um possível reforço positivo ou punição, conforme certos comportamentos.

A disciplina se vale da vigilância como um de seus mecanismos mais eficazes. Não se trata mais de sujeição, mas de obediência (Foucault, 1975) decorrente da sensação de vigilância. Isso significa que os indivíduos não apenas se sujeitavam ao poder, mas se sujeitavam a agir como lhe era exigido.

Foucault traz, em *Vigiar e Punir* (1975), um exemplo de atuação do poder, que traria economia e eficiência para a vigilância e disciplina, denominada de *teoria Panóptica*. Embora a teoria Panóptica tenha sido mais conhecida através de Foucault, o conceito foi concebido

por Jeremy Bentham², sendo um mecanismo destinado ao controle do comportamento dos prisioneiros nas prisões.

Panóptico configura-se em uma estrutura arquitetônica projetada para instituições prisionais, composta por um arranjo circular em torno de um ponto central. No centro da estrutura teria uma torre de vigilância onde uma única pessoa poderia vigiar todos os demais espaços, controlando o comportamento de todos os prisioneiros. Estes, no entanto, teriam apenas a sensação da vigilância, sem a certeza da observância, uma vez que não teriam controle sobre quem vigia ou quando é vigiado.

O prisioneiro teria que controlar seu comportamento a todo instante, para não ser punido, uma vez que não teria como saber em qual momento estaria ou não sendo vigiado. A ideia da teoria de panóptico é tornar o domínio difuso na dinâmica do poder e das relações sociais, sendo para Foucault (1975, p.173) “o exercício do poder em estado puro: eficiência, maximização, economia, anonimato”.

Foucault (1975) usa o exemplo da manufatura *Oberkampf em Jouy*, construída em 1791. Uma série de oficinas especializadas por função (impressão, coloração, gravação, etc.), mesas de trabalho dispostas em linha, estoques, e assim por diante. No cerne estaria a central de supervisão. Os supervisores movem-se por todo o espaço, repreendendo, auxiliando, contabilizando o vigor, a prontidão, a habilidade do trabalhador (Foucault, 1975, p. 147). A hierarquia é exercida de forma automática e anônima. As sanções são na forma de micro penalidades, aplicadas sobre os atrasos e ausências (controle do tempo), sobre as atividades (controle sobre a displicência e negligência), sobre o corpo (controle sobre o desleixo e higiene), sobre a sexualidade (controle sobre a sexualidade, como indecência, atos sexuais e vestimenta), sobre o discurso (controle sobre comportamento, como a insolência) (Foucault, 1975, p. 180). Desta forma, o poder seria exercido sobre o corpo e ações dos indivíduos, disciplinando o tempo e o espaço, agindo na subjetividade dos indivíduos.

A produção em série, o controle e a individualização do indivíduo são as marcas da disciplina que “fabrica” o indivíduo, padronizando comportamentos, e criando identidades, normatizando condutas. A vigilância sutil e imprevisível é o instrumento deste poder. Esta vigilância, por ser implícita, faz com que os indivíduos evitem o desvio de comportamento, para que não sofram a sanção disciplinar.

² Jeremy Bentham foi um filósofo e jurista inglês. Estudou na Escola de Westminster e em 1760 ingressou no Queen's College, em Oxford. Chegou a exercer a advocacia, mas se dedicou à Filosofia. É relevante destacar que Bentham escreveu diversas obras, dentre as quais: Um fragmento Sobre o Governo (1776), Defesa da Usura (1787), Uma Introdução aos Princípios da Moral e da Legislação (1789) – sua obra mais importante, Manual de Economia Política (1795), Tábua dos Moventes da Ação (1817), Deontologia ou Ciência da Moralidade –

Trata-se do poder ao mesmo tempo indiscreto e discreto, pois se de um lado ele está em toda parte e sempre alerta, de outro funciona sempre em silêncio. Ele pode, ainda, ser pensado como um poder do olhar calculado, porquanto a disciplina se faz funcionar por seus próprios mecanismos, tendo na vigilância hierárquica uma estratégia de distribuição do olhar.

Para Foucault, todas as instituições sociais têm este tipo de organização, ainda que mais ou menos sutil, fazendo com que, mesmo sem monitoramento real a todo momento, o fato do indivíduo saber que existe um monitoramento, seja ele da forma que for, faz com que modifique seu comportamento em diferentes ambientes e situações, sem a necessidade da aplicação da violência explícita.

Segundo Foucault, a teoria panóptica extrapola os ambientes prisionais e as fábricas, em que Bentham imaginou, para uma forma de organização social, sendo a sociedade disciplinar um reflexo deste sistema, que busca controlar o comportamento dos indivíduos através de vigilância implícita. Desta forma, as técnicas de disciplina não se restringem apenas a estes espaços, mas estão disseminadas em uma forma de poder assimilado pela sociedade nos séculos XVIII e XIX, atuando através de dispositivos, ou técnicas de poder em todos os espaços, como escolas, igrejas, hospitais, etc.

Importante ressaltar que, ainda que as sociedades disciplinares tenham ocorrido entre os séculos XVIII e XIX, esta forma de poder não se dissipou totalmente, estando ainda presente nas sociedades contemporâneas.

O poder se reconfigura, se reconstrói e se reinventa, se adaptando conforme as modificações sociais vão ocorrendo, sem deixar totalmente de existir, sendo possível identificar o poder soberano e disciplinar na sociedade contemporânea. Compreender as diversas formas de dispositivos de poder e como estes vão se modificando com as sociedades é fundamental para o entendimento da atuação do poder sobre os indivíduos.

1.5. Análise dos dispositivos de poder.

Conforme estudado, o poder pode se apropriar da vida do indivíduo ou disciplinar seu corpo e atuar em sua subjetividade. Para que obtenha sucesso, para melhor apropriação ou adestramento, o poder faz uso de instrumentos enquanto ferramentas de poder. Foucault denomina essas ferramentas de dispositivos de poder. (Guiomarino, 2017, p. 227)

Foucault (1979) apresenta a ideia de dispositivo como instrumentos criados com o intuito de facilitar a atuação do poder em uma relação social, disseminando a verdade, os

saberes, fazendo-os circularem socialmente. O dito e o não dito seriam os elementos destes dispositivos, elementos que representam as contradições presentes no poder.

Segundo Agamben (2005), o dispositivo foucaultiano é um conjunto de coisas, de saberes que fazem parte de uma sociedade, compreendido através de discursos, instituições, leis, comportamentos, enfim, tudo o que determina, rege a vida em uma sociedade. O dispositivo teria como objetivo modular, disciplinar, controlar os indivíduos de determinada sociedade, designando o que se pode e deve ser dito, o que pode e deve ser feito.

Conforme descortina Agamben (2005):

Chamarei literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes. Não somente, portanto, as prisões, os manicômios, o panóptico, as escolas, as confissões, as fábricas, as disciplinas, as medidas jurídicas etc; cuja conexão com o poder e em certo sentido evidente, mas também a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares e - porque não - a linguagem mesma, que é talvez o mais antigo dos dispositivos, em que há milhares e milhares de anos um primata - provavelmente sem dar-se conta das consequências que se seguiriam - teve a inconsciência de se deixar capturar. (p. 5)

Segundo a compreensão do autor acerca dos dispositivos, podemos refletir que estes atuariam em todos os lugares, em todas as palavras, gestos e situações, incidindo diretamente nos processos de subjetivação dos indivíduos, gerenciado sempre pelo poder social.

A vigilância hierárquica, a sanção normatizadora, bem como sua combinação em uma técnica própria, denominada de exame, são exemplos de dispositivos de poder, uma vez que, o poder precisa possuir tanto a função de proibição, controle e tutela, como a criação de verdades, saberes, discursos e desejos.

A sociedade disciplinar impõe um comportamento aos indivíduos com base em dispositivos dominantes, como a vigilância hierárquica, sanção normalizadora e o exame, todos com o intuito de normatizar condutas, punir desvios e premiar comportamentos desejáveis do indivíduo, em uma estratégia de disciplina e dominação dos comportamentos desviantes.

Foucault (1979) dispõe que:

Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. Em segundo lugar, gostaria de demarcar a natureza da relação que pode existir entre os elementos heterogêneos. Sendo assim, tal discurso pode aparecer como programa de uma instituição ou, ao contrário, como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda; pode ainda funcionar como reinterpretção desta prática, dando-

lhe acesso a um novo campo da racionalidade. Em suma, entre estes elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes. Em terceiro lugar, entendo dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estrategicamente dominante. Este foi o caso, por exemplo, da absorção de uma massa de população flutuante que uma economia de tipo essencialmente mercantilista achava incômoda: existe aí um imperativo estratégico funcionando como matriz de um dispositivo, que pouco a pouco tornou-se o dispositivo de controle-dominação da loucura, da doença mental, da neurose. (p. 244)

Analisando especificadamente o dispositivo de vigilância hierárquica, conforme demonstrado no exemplo do *Panóptico*, o objetivo da vigilância hierárquica é tornar a vigilância parte da produção, num papel decisivo na sociedade disciplinar, permitindo ao poder disciplinar ser discreto, funcionando em silêncio, de forma econômica e efetiva, uma vez que nada lhe escaparia da vigilância. Ocorre que, para que a vigilância obtenha o efeito desejado, ela deve ser acompanhada de um dispositivo auxiliar, que consiga atingir a normatização do comportamento e corpos do indivíduo.

O dispositivo que Foucault descreve, com o intuito de normatizar comportamentos e corpos dos indivíduos, seria a sanção normatizadora. Este dispositivo se configura como um dispositivo coercitivo mais sutil, que atuaria no propósito de normalizar as condutas dos indivíduos através de pequenas repressões, humilhações e pequenas violências, algumas quase que despercebidas pelos indivíduos. Em relação às sanções normatizadoras, estas teriam o objetivo de reduzir o que Foucault denominou de desvio de conduta.

A sanção normatizadora pode ser punitiva, na forma de sanção penal, com a finalidade de normatizar os comportamentos desviantes do esperado socialmente, através de práticas como a penalização, comparação, diferenciação, homogeneização e exclusão, ao fazer uso correções e penalidades. Pode também apresentar-se involucra num corpo mais sutil e menos repressivo, atuando quase que imperceptivelmente através de ações de correções sutis.

Assim:

Em suma, a arte de punir, no regime do poder disciplinar, não visa nem a expiação, nem mesmo exatamente a repressão. A Penalidade perpétua que atravessa todos os pontos e controla todos os instantes das instituições disciplinares compara, diferencia, hierarquiza, homogeniza, exclui. Em uma palavra, ela normaliza. (Foucault. 1975, p. 180)

Nas sociedades disciplinares a norma tem alcance maior do que a lei, propriamente dita, prevalecendo como aspecto fundamental das relações de poder. Enquanto a lei é exterior ao indivíduo, atuando unicamente em violações de atos pontuais, considerados proibidos, a

norma atua junto à existência humana, estando presente no cotidiano. Ademais, para que o poder seja aceito pelos indivíduos, conforme já exposto, ele não pode ser apenas repressivo, mas precisa permear a vida cotidiana, produzir, induzir ao prazer, formar saber, produzir discurso.

A sanção normatizadora vem, enquanto tecnologia do poder, de forma a atravessar todo o corpo social, mais efetiva que uma norma negativa, que teria a função única de reprimir. Por esta razão se diz que a sanção normatizadora tem mais alcance do que a lei, atuando no campo da subjetividade, de forma sutil e difusa, disciplinando as condutas dos indivíduos sem o peso explícito da repressão.

Segundo Candioto (2006), a norma está presente no cotidiano, alcançando a interioridade nos indivíduos mediante distribuições espaciais e controles temporais das condutas destes.

Uma das finalidades da sanção normativa é atuar nos indivíduos com comportamentos anormais. Entretanto, até mesmo nos indivíduos ditos normais a norma pode atuar, estabelecendo graus de normalidade, situando cada indivíduo em um devido lugar esperado. Mesmo o indivíduo considerado dentro da norma ainda terá efeito de tecnologias do poder disciplinar, colocando-se em comparação com outros indivíduos considerados “mais normais”.

Para Candioto (2006):

A lei é direta e teatral. A norma é difusa e indireta; ela funciona como padrão culturalmente construído a partir do qual uma multiplicidade de indivíduos é cindida por dentro, entre normais e anormais. (2006, p. 71)

O poder disciplinar age, através de suas técnicas, via instituições, criando mecanismos de análises e construção de saberes modernos, para determinar níveis de normalidade e classificar o que entende por anormalidade, diferenciando os indivíduos entre indivíduos anormais e graus de normalidade.

Um indivíduo, ainda que possa ser considerado normal, pode não ser igual aos demais normais. Assim, para além de homogeneizar, a sanção normatizadora individualiza a normalidade, integrando os prováveis desvios no interior de um mesmo grupo social, estabelecendo grupos dentro de padrões de normalidade esperado.

Outro dispositivo de poder que Foucault (1975, p. 161) analisa é o exame, configurando enquanto uma nova tecnologia específica de poder. Ao combinar as técnicas da vigilância hierárquica e da sanção que normaliza, tem-se o dispositivo denominado exame.

O exame atua num paradoxo: o poder exhibe sua força, sendo perceptível, mas também se exerce na invisibilidade, uma vez que, agora, os próprios indivíduos passam a se submeter à disciplina sem a força explícita atuante do poder, acreditando ser de forma autônoma. (Foucault. 1975, p. 156).

Através do exame, o indivíduo entra em um campo de análise exaustivo, cujo resultado são arquivos detalhados e minuciosos que se organiza no nível dos corpos, constituindo como objeto de um saber permanente. Este objeto é capaz de analisá-lo e descrevê-lo, estando voltado para maximizar o “jogo moderno das coerções sobre os corpos, os gestos, os comportamentos” (Foucault, 1975, p. 159). O exame atua como análise descritiva do indivíduo, disposta através de tecnologias, disponível para avaliação dos demais indivíduos.

O exame faz de cada indivíduo um caso, permitindo à disciplina operar no nível das individualidades, sem que isso signifique na valorização do indivíduo ou de sua singularidade. Os procedimentos disciplinares, ao descreverem a individualidade, atuam no processo da sujeição e objetivação do indivíduo, fazendo dessa descrição um meio de controle e um método de dominação social, exercido pelos e para os indivíduos. (Foucault. 1975, p. 159)

Desta forma, os dispositivos de poder, em suas mais diversas formas, servem para a subjetivação dos indivíduos e seus corpos, determinando a forma de agir, comportamento, desejos, prazeres e saberes. Os indivíduos passam a ser construídos enquanto sujeitos, ou seja, sujeitos a normas e comportamentos esperados socialmente, através de técnicas de atuação de um poder social.

Segundo Candioto (2006), a primeira grande tese da genealogia posta em prática em Vigiar e Punir seria a construção do sujeito moderno através de tecnologias de poder disciplinares, que se reproduzem e se legitimam a partir de saberes e verdades determinados, atuando no processo de subjetivação e objetificação do indivíduo, tornando-o sujeito para a sociedade, ao mesmo tempo que o torna objeto, subjetificando o indivíduo.

O sujeito não seria, para Foucault, fixo, imutável, porém tampouco autônomo, mas um indivíduo que é sujeito a práticas sociais, modificado, aperfeiçoado, naquilo que compreende enquanto suas necessidades, suas vontades produzidas e organizadas de diferentes maneiras, num comportamento normatizado que visa atender um propósito Social, um propósito de poder.

Neste ponto é que o presente projeto dialoga, compreendendo os indivíduos enquanto sujeitos construídos através de dispositivos oriundos do poder disciplinar, como a vigilância hierárquica, as sanções normatizadoras e o exame, ou seja, construídos enquanto sujeitos

através de técnicas de poder que se reproduzem socialmente, legitimadas a partir de saberes e verdades produzidas por ele mesmo.

Não há um indivíduo na sociedade contemporânea que não sofra os efeitos dos dispositivos do poder disciplinar, ou seja, todos os indivíduos se formam sujeitos sociais sob o efeito destes dispositivos de poder. Este poder extrai comportamentos através de mecanismos de recompensas e punições, construindo saberes normalizadores voltados à produção de um sujeito moralmente esperado.

1.6. O Biopoder para Foucault.

*“A velha potência da morte em que simbolizava o poder soberano é agora, cuidadosamente, recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida.”
(Foucault. História da Sexualidade I: a vontade saber. p. 150)*

O século XVIII, com o nascimento das cidades, crescimento populacional e concentração de trabalhadores, faz com que surja, entrelaçado ao poder disciplinar, um novo tipo de poder, um novo tipo de tecnologia com dispositivos e técnicas diferentes do poder soberano e poder disciplinar, atuando nas vidas das pessoas coletivamente e biologicamente. Este poder é denominado, por Foucault, de biopoder.

Não há uma ruptura entre os poderes, conforme já foi dito entre o poder soberano e o poder disciplinar, como também não há esta ruptura para o biopoder, em detrimento ao poder disciplinar. O que ocorre é que há um destaque de uma forma de poder em relação a outro, em que as relações sociais vão adotando uma relação de poder mais proeminente, levando em consideração o momento histórico.

Foucault (2006) compreende que o poder disciplinar e o biopoder estariam articulados um com o outro, trazendo como exemplo a época operária no século XIX. Este modelo promovia tanto a normalização do operário, na disciplina do sujeito e do seu corpo para a produção e trabalho, bem como a articulação da formação das cidades, em sistema de higienização destas, como exclusão e extermínio de indivíduos ou grupos de indivíduos, controles de natalidade e mortalidade, dentre outros aspectos que visavam a regulamentação dos espaços sociais.

Este ano eu gostaria de começar o estudo de um assunto que eu assim havia chamado, um pouco no ar, de biopoder, isto é, essa série de fenômenos que me parece assaz importante, a saber, o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais, vai poder

entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder. Em outras palavras, como a sociedade, as sociedades ocidentais modernas, a partir do século XVIII, voltaram a levar em conta o fato biológico fundamental de que o ser humano constitui uma espécie humana. (Foucault, 2006, p. 211)

O biopoder, para Foucault, apresenta-se como um novo poder sobre a vida, mas se diferenciando do poder soberano, uma vez que o poder soberano buscava subtrair a vida dos indivíduos, com decisão sobre esta. O biopoder representa um poder que busca o controle sobre a forma de viver do indivíduo, atuando diretamente em uma regulação da forma de viver da população, como controle de natalidade, mortalidade, higienização Social, por exemplo, bem como no controle biológico da vida.

Para Foucault (2001), o poder sobre a vida em sociedade, sobre a vida em uma visão coletiva, torna-se condição fundamental de manutenção da produtividade em uma sociedade.

Nos séculos XVII e XVIII, viram-se aparecer técnicas de poder que eram essencialmente centradas no corpo, no corpo individual. Eram todos aqueles procedimentos pelos quais se assegurava a distribuição espacial dos corpos individuais [...] Durante a segunda metade do século XVIII, eu creio que se vê aparecer algo de novo, que é uma outra tecnologia de poder, não disciplinar dessa feita. Uma tecnologia de poder que não exclui a primeira, que não exclui a técnica disciplinar, mas que a embute, que a integra, que a modifica parcialmente e que, sobretudo, vai utilizá-la implantando-se de certo modo nela, e incrustando-se efetivamente graças a essa técnica disciplinar prévia. (pg. 288-289)

Uma vez que os corpos já haviam sido objetos de disciplina e os indivíduos sujeitados à imposição de normas sociais, agora era necessário um poder que viesse a regular a vida biológica, as estimativas, estatísticas, a própria espécie, bem como seria uma atuação do poder na regulamentação da população. Em vez de tratar do disciplinamento do corpo individual, trata-se do corpo-espécie, ou seja, do homem enquanto espécie, inserido num ambiente Social.

Enquanto a disciplina versaria sobre o corpo individual (disciplina, fabricação, normalização), as ações do biopoder atuavam num controle, gestão, organização e cuidado com a vida da população, ambas se entrecruzando, uma vez que a gestão da vida Social perpassa pelo controle de natalidade, mortalidade, estimativa de vida, enfermidades, ou seja, o corpo Social (massa populacional), bem como perpassa pelo controle do corpo individual.

Para o biopoder, não basta apenas aplicar normas para o disciplinamento do indivíduo, não basta torná-los sujeitos dentro da norma Social, torna-se necessário estender para a compreensão de dados e estatísticas globais, como a mortalidade infantil, por exemplo, para compreender qual o valor normal de nascimentos para determinada cidade, tomando, assim, o

controle sobre a natalidade dos indivíduos. Para Foucault, o biopoder seria “uma certa inclinação que conduz ao que se poderia chamar de estatização do biológico” (Foucault, 1979, p. 286).

Foucault traz o Biopoder enquanto uma estratégia política, uma forma da política adentrar a vida particular e coletiva dos indivíduos ao mesmo tempo, surgindo tanto com resultado de saberes modernos como medicina Social, economia política, medicina psiquiátrica etc., com instrumentos de atuação através de práticas como o racismo, o nazismo, fascismo, e até o machismo e misoginia. Todas estas estratégias do biopoder possuem, em comum, o controle sobre a coletividade e o indivíduo, ao mesmo tempo. Assim, o biopoder regulamenta e dissemina instrumentos para regular a vida coletiva e biológica, através de dispositivos biopolíticos, ou seja, as políticas sociais regulamentando a forma populacional de uma sociedade.

Para Foucault (1999) a biopolítica lida com a população, sendo a população um problema político e problema biológico, bem como problema de poder, ofertando à população uma forma de viver, através de dispositivos do poder voltado para esta finalidade. O Biopoder é compreendido enquanto um processo em que a vida está no eixo das relações do poder, o qual modifica e transforma tais relações, no entendimento da noção de poder enquanto formação e criação de verdades e saberes, bem como atuação de dispositivos que atuam na normatização de condutas e disciplinação corporal, na subjetivação do indivíduo.

O corpo faz parte da regulamentação da biopolítica enquanto corpo biológico, na busca pelo estabelecimento do normal à prática da normatização. Não se trata de uma norma aplicada ao corpo, mas uma normatização que deve ser a referência para as ações do biopoder. O biopoder atua através da normatização dos indivíduos coletivamente, através de ações de biopolítica atua diretamente por meio das instituições disciplinares, como penitenciárias, hospitais, escolas, ou seja, instituições que disciplinam o corpo individual, bem como também através das políticas públicas e sociais.

O biopoder regula, através dos dispositivos, a forma de viver coletivamente, de uma sociedade, bem como da vida dos indivíduos, determinando, através de interesses, aqueles que devem e aqueles que não devem viver. É um poder viver que deixa morrer, um poder que decide quem deve viver em detrimento de quem deve morrer, correspondendo à preponderância de um grupo, ou raça, a outro, em consonância com a política estabelecida.

Conforme já citado, temos vários instrumentos de atuação através de práticas sociais, como o racismo, o fascismo e o nazismo, a misoginia, etc., enquanto formas de segregação e até mesmo extinção de determinado grupo Social. Foucault traz o Nazismo (1999) como a

primeira atuação do biopoder, em que buscava o extermínio de determinado grupo Social.

Foucault, no curso dado ao Collège de France (1999), ilustra a biopolítica através do advento do nazismo:

“(...) é uma sociedade que generalizou absolutamente o biopoder, mas que generalizou, ao mesmo tempo, o direito soberano de matar (...) o Estado nazista tornou absolutamente coextensivos o campo de uma vida que ele organiza, protege, garante, cultiva biologicamente, e, ao mesmo tempo, o direito soberano de matar quem quer que seja – não só os outros, mas os seus próprios. (...) Temos um Estado absolutamente racista, um Estado absolutamente assassino e um Estado absolutamente suicida.” (p. 286)

O Racismo seria uma outra forma de atuação do biopoder, atuando na segregação da população negra, privilegiando um grupo de pessoas (brancos) em detrimento de outro (negros), visando a continuidade do domínio Social dos indivíduos ditos como brancos. Outro exemplo de atuação do biopoder seria o machismo, enquanto estrutura dominante socialmente. O machismo estrutural, enquanto poder dominante socialmente, atua no controle e normatização dos indivíduos, autorizando Socialmente práticas que atuam diretamente sobre os comportamentos, práticas, desejos e os corpos das mulheres.

Aqueles indivíduos que não se adequam aos interesses do grupo dominante, são, através de dispositivos de poder, excluídos socialmente, como exemplo a prática de feminicídio face as mulheres. Este tema será abordado com maior profundidade no próximo capítulo, em que analisaremos como o poder atua na subjetivação da mulher, inclusive na normatização e subjetificação de seus corpos.

Ainda que Foucault não tenha abordado, na genealogia, a questão do machismo enquanto atuação do poder e a luta feminista enquanto instrumento para ruptura deste poder, podemos compreender, na análise do biopoder, as estruturas sociais do machismo enquanto mecanismos de atuação que visa a dominação de um grupo de indivíduos sobre o outro.

Isto posto, após a análise do Biopoder para Foucault, compreende-se necessário analisar as sociedades pós-sociedade disciplinar, com o advento das tecnologias digitais

1.7. Análise sobre a sociedade pós-sociedade disciplinar: As sociedades de controle.

O controle não é uma disciplina. Com uma estrada não se enclausuram pessoas, mas ao fazer estradas, multiplicam-se os meios de controle. Não digo que esse seja o único objetivo das estradas, mas as pessoas podem trafegar até o infinito e "livremente", sem a mínima clausura, e serem perfeitamente controladas. Esse é o nosso futuro. (Deleuze. 1992b)

Foucault não chegou a abordar as sociedades pós sociedade disciplinar, no entanto, em *Vigiar e Punir* (1975), pode-se encontrar um pouco da ideia do tipo de poder que viria, em uma expansão do poder disciplinar para além dos modelos das instituições, enquanto um poder que se prolongasse pelo tempo, sem limites temporais e formais.

O ponto ideal da penalidade hoje seria a disciplina infinita: um interrogatório sem termo, um inquérito que se prolongasse sem limite numa observação minuciosa e cada vez mais analítica, um julgamento que seja ao mesmo tempo a constituição de um processo nunca encerrado, o amolecimento calculado de uma pena ligada à curiosidade implacável de um exame, um procedimento que seja ao mesmo tempo a medida permanente de um desvio em relação a uma norma inacessível e o movimento assintótico que obriga a encontrá-la no infinito. (p. 187).

A análise sobre a forma de atuação do poder, nas sociedades pós-disciplina, tem sido objeto de estudo por diversos pesquisadores contemporâneos, sendo a formulação que mais dialoga com o trabalho aquela elaborada por Deleuze, em uma articulação entre o biopoder e o poder disciplinar, centrada no controle ligado à ascensão das formas contemporâneas das tecnologias.

Deleuze, ainda que tenha dissertado pouco sobre o assunto, partiu da análise do Biopoder, atuante através do controle populacional e no indivíduo coletivamente, não dependendo de instituições disciplinares, como o poder disciplinar necessita para atingir seus objetivos. Para Deleuze, o biopoder leva à compreensão de uma nova forma de sociedade, tematizando, assim, as sociedades de controle, em que o poder atuaria na forma de controle sobre os indivíduos.

Este assunto foi abordado por Deleuze em um pequeno texto, intitulado “Post-scriptum sobre as sociedades de controle” (1992b), em que traz à tona a discussão iniciada com Michel Foucault sobre a biopolítica e sobre como funcionaria o poder na atualidade, para além das sociedades disciplinares. Para Deleuze (1992b), haveria uma nova forma de sociedade que não apareceria explicitamente nas obras de Foucault, mas de alguma forma

estaria ali, através de um controle a ser exercido sobre os indivíduos, reconhecido por Foucault enquanto futuro pós sociedade disciplinar.

A sociedade disciplinar estava ligada a determinada construção de subjetividade através de sua atuação em espaços fechados (instituições, como escolas, hospitais, conventos), articulando uma certa compreensão de liberdade vigiada. Agora, pós sociedade disciplinar, é possível supor uma reconfiguração desta noção de liberdade, tendo em vista a substituição da disciplina pelo controle.

Para Deleuze, nas sociedades pós sociedades disciplinares, as instituições fechadas dão lugar às novas formas de controle operados ao ar livre, de forma contínua e de comunicação instantânea (1992b, p. 216). As fronteiras entre as instituições tornam-se sutis, tênues e flexíveis, sem limites espaciais e sem necessidade de espaços fechados, que antes eram essenciais para o exercício das técnicas de disciplina dos corpos e a subjetificação dos indivíduos. Estaríamos, então, encontrando outra forma de exercício do poder, com a vigilância expandida para os espaços abertos, atuando de forma generalizada, fluida e livre.

Deleuze (1992b, p. 220) nos traz como exemplo a instituição hospitalar que, antes restrito a um espaço fechado, com os indivíduos confinados. Na pós-modernidade, tem-se sua reconfiguração para um espaço mais aberto e fluido, criando-se hospitais dia, cuidadores em residência, atendimentos em domicílio, ou seja, reelaborando o que antes era uma instituição de enclausuramento para novas formas que extrapolam limites espaciais, marcado por novas formas de liberdade. Entretanto, esta nova reconfiguração não significa a ausência da atuação massiva do poder, mas sim integram novas formas de ação deste através do exercício do controle.

Deleuze traz, em seu texto, uma relação com as transformações das sociedades e as evoluções das máquinas. Para ele, as antigas sociedades de soberania (poder soberano) operavam em forma de alavancas, roldanas e relógios. Já as sociedades disciplinares estariam ligadas às máquinas industriais. As sociedades de controle estariam associadas aos computadores, à tecnologia de informação, justamente pela sua amplitude de atuação. Assim, as máquinas antigas estariam sendo substituídas pelas novas tecnologias, como os computadores, fazendo surgir uma nova configuração do poder através do exercício do controle ininterrupto.

Um exemplo do exercício deste controle seriam as câmeras de segurança, dispostas nos espaços comerciais, bancos, estradas, repartições públicas, residências, dentre tantos outros espaços público e privado. As câmeras de segurança são uma forma de exercício que tem tornado público a vida privada do indivíduo. Esta forma de controle toma para si a

privacidade do indivíduo, estando presente em espaços que antes não eram acessíveis pelo poder disciplinar, inclusive com uma relação diferenciada com a temporalidade, uma vez que o exercício do poder passa a ser veloz, contínuo e ilimitado.

Para Deleuze (1992b), um dos marcos significativos das sociedades de controle é o caráter ilimitado e contínuo desta vigilância controlada, uma vez que não haveria fim no ato de vigiar, diferentemente das sociedades disciplinares em que, em dado momento, o indivíduo estaria fora das instituições. Conforme Deleuze (1992b) traz, “nas sociedades de disciplina não se parava de recomeçar (da escola à caserna, da caserna á fabrica), enquanto nas sociedades de controle nunca se termina nada.” (p. 221).

No regime do controle, não se deve ter nada acabado, mas, ao contrário. ele se fortalece por meio da noção de inacabado, convocando todos a participar ativamente da busca por maior produtividade e confiança na integração, Não se pretende mais docilizar, apenas criar dispositivos diplomáticos de construção de bens materiais e imateriais que contemplem a adesão de todos. (Passeti, 2000, p.134)

O controle seria uma generalização da disciplina, uma vez que os muros das instituições deixam de existir, passando a existir o controle por todo o ambiente, levando os mecanismos de controle para todos os espaços e todos os momentos. É o controle permanente, aquele que nunca termina.

Em uma sociedade de controle, nada é acabado e limitado, pelo contrário, o controle se fortalece justamente por meio do inacabado, deixando para os indivíduos a noção de participação ativa, em uma busca por maior produtividade e integração.

Conforme já exposto, Deleuze tratou brevemente acerca das sociedades de controle, sendo que diversos outros filósofos se debruçaram sobre esta questão posteriormente. Bauman (1999), analisa a questão da sociedade de controle, trazendo uma metáfora em substituição á metáfora do Panóptico, de Foucault, que seria uma versão “ciberspacial” deste. Esta versão teria como distintivo a operacionalidade sem a necessidade de uma arquitetura, enquanto que o Panóptico buscava a vigilância e a disciplina como forma de moldar padrões e adestrar comportamentos. A versão “ciberspacial” denominada de banco de dados oferece a liberdade pós-moderna, garantindo a livre circulação dos indivíduos sob o controle de suas informações.

Para Bauman (1999), as redes de banco de dados trabalham com a liberdade pós-moderna, permitindo uma livre circulação dos indivíduos, em conformidade com o máximo de informações no banco de dados, pois quanto mais informação sobre ele contém no banco de dados, mais livremente poderá se movimentar, justamente por ter sobre ele o controle

ofertado pela coleta de informações. Ao contrário do Panóptico, o banco de dados é um veículo de mobilidade, não grilhões a imobilizar as pessoas." (Bauman, 1999, p. 59).

Ainda, Bauman (1999) traz que, com a ascensão dos meios de comunicação de massa, passa-se a ter a condição de vigilância Sinóptica, criando uma situação de oferta de liberdade, seduzindo e despertando o encantamento estético dos indivíduos. Estes são induzidos a desejarem o ingresso no mundo apresentado pelos meios de comunicação, como no caso da televisão. Segundo Bauman "O Panóptico forçava as pessoas à posição em que podiam ser vigiadas. O Sinóptico não precisa de coerção – ele seduz as pessoas à vigilância" (Bauman, 1999, p. 60), uma vez que estes veículos de comunicação em massa induzem e modulam as ações dos indivíduos, ao apresentarem a estes objetivos a serem alcançados, bem como regras de conduta Social.

No Sinóptico, os sujeitos que habitam os locais para fora dos muros observam aqueles que não se localizam em um lugar específico, uma vez que habitam a virtualidade, sendo que há um efeito de autoridade (poder), pautado justamente no fato de que aqueles que exercem esta autoridade estão distantes (não estão localizados) mas ao mesmo tempo próximos (são vistos cotidianamente em revistas, TV, internet). Esta forma de autoridade (sem localização, mas com atuação cotidiana) acaba por agir de forma sutil, entretanto, extremamente poderosa, justamente pela sensação de liberdade e oferta contínua de normas sociais a serem seguidas.

As autoridades que atuam nas sociedades de controle de forma sutil, através de condicionamento e aprisionamento de fora para dentro, ofertando a sensação de liberdade e escolha autônoma, prendendo o indivíduo para fora das instituições. Assim, as instituições deixam de ser essenciais para o domínio Social, partindo para um sistema que não prende entre muros, mas sim vigia através dos espaços virtuais.

O indivíduo, na sociedade de controle, pode ser liberado para circulação, porque estará sempre "aprisionado", uma vez que, com o advento das tecnologias de informação e comunicação, o exercício do controle atuará em todos os espaços e atuará de forma contínua, usufruindo da falsa sensação de "liberdade" e "escolha" que o indivíduo terá.

Uma das principais características da sociedade de controle é conceder a falsa ideia de autonomia ao indivíduo, mesmo sendo ainda mais totalitária que a sociedade disciplinar. Uma vez que o controle não se encontra mais fechado entre as instituições, estando fluido e tênue, acaba por ter seu efeito ainda mais potente, pois consegue atingir todos os indivíduos, em todos os ambientes, de forma imperceptível, sob a ilusão da sensação de liberdade e autonomia. O indivíduo não consegue compreender que está sob efeito do exercício do controle, sendo moldado e disciplinado em suas ações, desejos, vontades, bem como em seu

corpo físico.

Para que o controle seja realmente efetivo e potente, ele necessita transmitir essa sensação de liberdade ao indivíduo, que o alimenta e fortalece cada vez mais, como traz Baudrillard (1981): “se a experimentamos como liberdade, sentimos menos que nos é imposta como tal e que através dela é a sociedade global que se impõe a nós” (p. 149).

As sociedades de controle oferecem a segurança da vigilância livre, buscando que os indivíduos permaneçam continuamente controlados, mas vivendo como se fossem livres, atuando internamente em todas as práticas diárias e comuns do indivíduo, enquanto redes flexíveis e flutuantes permanentemente, transmitindo aos indivíduos uma sensação de liberdade e autonomia, uma vez que não percebem a atuação do controle sobre eles. (Deleuze, 1992b, p. 42-43).

Diferentemente das sociedades disciplinares, em que as instituições tinham o papel de moldar os corpos dos indivíduos em seu interior, através da escola, família, fábricas, sujeitando estes indivíduos à disciplina e adestramento, a sociedade de controle subjetiva o indivíduo através da sensação de autonomia e liberdade. O indivíduo, agora, é transposto para fora das instituições e submetido a percepções e conceitos externos, de forma veloz e virtual, possíveis em razão dos dispositivos de tecnologia de informação, com o papel de modular o indivíduo de forma contínua e quase instantânea, em qualquer espaço, formando-o através da construção de conceitos externos a si.

Segundo Deleuze (1992b), o poder mais potente é aquele que tem a capacidade de regular elementos imateriais de uma sociedade, como informação, conhecimento e comunicação. Não se pretende apenas a docilização dos corpos, como nas sociedades disciplinares, mas a atuação do controle na criação de desejos de bens materiais e imateriais que atinjam todos, em uma participação contínua, atuando continuamente nas escolhas e decisões, não apenas disciplinando, mas modulando o indivíduo, sujeitando seus corpos, suas vontades, seus desejos, e suas escolhas, construindo-os subjetivamente.

Para Deleuze (1992b), esta forma de controle, que atua em uma produção contínua de conceitos, não configura um enfraquecimento do poder, talvez significando seu fortalecimento e renovação, uma vez que esta nova forma de poder da sociedade de controle seria mediada pela informação disseminada através de construção de conceitos que se tornam obsoletos e são constantemente reinventados, atuando na subjetificação contínua dos indivíduos.

Segundo Hardt e Negri (2000), as sociedades de controle atuam sobre o poder de criação da vida e de produção de sujeitos e subjetividades, uma vez que, ao atuar de modo a

disseminar conceitos de forma contínua, alcançando todos os espaços através de meios cada vez mais tecnológicos e velozes, o controle “age diretamente sobre os processos de subjetivação”, gerando condições que se assemelham aos objetos de consumo, com produção de desejos que se tornam rapidamente obsoletos e precisam se reinventar.

A Subjetividade dos indivíduos seria construída enquanto modulação de indivíduos não conscientes de si mesmo, implícitos em uma percepção de conceitos exteriores, configurando um processo pelo qual o indivíduo passa a fazer parte de um conjunto de conceitos externos a si mesmo.

Entendendo sobre uma ótica de atuação de um poder social sobre todos, seria construída através de dispositivos de poder e vigilância, discursos ditos e não ditos, formando o sujeito para a sociedade, através do processo externo para interno. Daí a importância de se compreender como o poder social atua nas sociedades e se transforma com as modificações sociais.

No presente estudo, tendo por base a perspectiva de poder social de Foucault, bem como as sociedades de controle de Deleuze, compreende-se necessário analisar como ocorre o processo de subjetivação e objetificação do indivíduo, uma vez que este processo concorrerá para a subjetificação. Assim, é necessária esta compreensão para que se compreenda um dos objetos do estudo, qual seja o processo de subjetificação da mulher e de seu corpo, para poder adentrar como ele ocorre através das redes sociais online.

Assim, a segunda parte do presente trabalho abordará a subjetividade e subjetificação do indivíduo, adentrando mais profundamente sob a perspectiva de gênero, vez que se pretende estender a análise aos efeitos deste poder na subjetificação da mulher e do seu corpo.

CAPÍTULO 2

A atuação do poder na subjetificação dos corpos femininos

*Para a minha filha Nathália e para todas as mulheres que fazem da opressão seu projeto de luta e
resistência*

2.1. Notas Introdutórias.

O exercício de construção deste segundo capítulo será através de referências conceituais. O que será estudado faz parte de um processo de leitura e compreensão de conceitos acerca da construção do sujeito, subjetividade e objetificação, chegando na construção da subjetificação feminina e subjetificação do corpo feminino.

Para percorrer o campo da construção da subjetificação feminina e do corpo feminino, elabora-se uma reflexão teórico-conceitual da análise do poder social, sob o referencial teórico do primeiro capítulo, e sua incidência sobre o indivíduo em uma perspectiva de gênero.

Em um primeiro momento, será conceituado o que se compreende por sujeito, e como ocorre o processo pela perspectiva de construção a partir da incidência de um campo de força de poder sobre o indivíduo, com fundamentação teórica de Foucault, conforme capítulo anterior. Em desdobramento, será abordado alguns conceitos de subjetividade, objetificação e subjetificação, e como ocorre estes processos. A partir deste ponto, o estudo trará o questionamento desta construção sob o viés de opressão e dominação de um gênero sobre o outro, analisando a construção da subjetividade feminina.

Em um segundo momento, o objeto de estudo se desdobrará na incidência do poder sobre o corpo e sua subjetificação. Após, decorrerá, com base teórica de diversas autoras feministas, para a análise da subjetificação do corpo feminino, considerando um feminismo interracial, onde os campos de atuação do poder agem de forma diferente em relação a subjetificação do corpo feminino branco e do corpo feminino negro.

Por último, tem-se a reflexão teórica sobre a construção de subjetividade do corpo feminino na sociedade contemporânea, buscando, para tanto, o referencial teórico contido no final do primeiro capítulo. Assim, a partida ocorrerá da mudança da sociedade disciplinar para a sociedade de controle, descrita por Deleuze, em que se impera o uso das tecnologias para o exercício do poder, através do controle e vigilância sobre os indivíduos.

Essas reflexões, antes da pretensão de esgotamento do tema a que se refere este trabalho, servem como perspectiva através das quais filiaremos o olhar em direção ao objeto empírico da pesquisa: as redes sociais.

2.2. A atuação do poder social na construção do sujeito e sua subjetificação.

As luzes que descobriram as liberdades inventaram também as disciplinas. (Foucault)

Conforme analisado no primeiro capítulo, o indivíduo sofre a modulação de forças de poder, inclusive na forma de micropoderes, em constante exercício articulado ao saber. Esta modulação constitui o indivíduo em sujeito, conforme Butler nos traz (2013, p.13), através da construção da subjetividade.

De acordo com Foucault, o sujeito não existiria a priori, mas seria uma invenção pautada em discursos e relações de poder-saber que o constituem. Não haveria um sujeito universal e eterno, mas sim indivíduos sujeitados a certas “repartições de singularidades, em tal formação histórica e sob tal processo de formalização”. (Deleuze, 1992b, p. 96) Estes indivíduos são sujeitados a uma formação histórica e modulados socialmente, sendo formados enquanto sujeitos.

O autor se debruça sobre a formação do sujeito enquanto processo histórico, onde investe, na sua obra genealógica, nos processos que constituem a subjetividade, compreendendo que estes processos envolvem tanto formações discursivas quanto a atuação de dispositivos de poder nas sociedades na qual esteja imerso o indivíduo, constituindo, assim, a história dos processos da pelos quais os indivíduos se tornam sujeitos.

Nesta compreensão, não existiria a constituição de sujeito sem modos de subjetivação (Foucault, 1995, p. 28), ou seja, toda a construção que envolve a subjetividade está intrinsecamente ligada aos modos históricos oriundos das relações de poderes, fazendo a experiência do sujeito. Segundo Foucault, o sujeito é aquilo que o poder diz que ele é.

A subjetividade refere-se à construção dos gostos, desejos, pensamentos, cultura, personalidade do indivíduo. Esta subjetividade seria, então, construída através da modulação dos indivíduos pela incidência do poder social que incide sobre eles. Esta modulação não permite a consciência de si mesmo, mas coloca o indivíduo imerso em conceitos exteriores advindos das relações de poderes, no qual o indivíduo passa a fazer parte deste conjunto de conceitos, ou seja, sujeitos formados externos a si mesmos.

Os dispositivos de poder, como a vigilância permanente e o controle, bem como as punições e as validações, vão operando no nível do inconsciente, regularizando os sentidos dos indivíduos. Desta forma, constrói-se a subjetividade do indivíduo.

Segundo Agamben (2006, p. 14):

Todo dispositivo implica, com efeito, um processo de subjetivação, sem o qual o dispositivo não pode funcionar como dispositivo de governo, mas se reduz a um mero exercício de violência. Foucault assim mostrou como, em uma sociedade disciplinar, os dispositivos visam através de uma série de práticas e de discursos, de saberes e de exercícios, a criação de corpos dóceis, mas livres, que assumem a sua identidade e a sua "liberdade" enquanto sujeitos no processo mesmo do seu assujeitamento. O dispositivo é, na realidade, antes de tudo, uma máquina que produz subjetivações, e enquanto tal é uma máquina de governo.

Desta forma, no processo desta subjetividade são incorporados, através de dispositivos, modos de linguagem, hábitos, e costumes, padrões de comportamentos e de valores, inclusive concepção do belo, principalmente em relação ao corpo, ocorrendo através de complexo sistema de atuação destes dispositivos, perpassando pelas construções de saberes (episteme) estabelecidas socialmente.

A partir disso, Foucault traz ainda a ocorrência do processo de objetificação do indivíduo, que faz parte deste processo de subjetificação. A objetificação ocorre através dos discursos. Os discursos seriam enunciados que são postos socialmente enquanto saberes e verdades e que interferem diretamente na construção do sujeito. Estes constituem os sujeitos em objetos e produtos úteis, a serem julgados, classificados e avaliados, desconsiderando qualquer traço de individualidade e autonomia do indivíduo.

A subjetificação do sujeito seria a transformação do indivíduo em sujeito, através da objetificação deste e da construção da sua subjetividade (personalidade, gostos, conceitos etc.). Esse processo de objetivação e de subjetivação dos sujeitos (subjetificação) constituiu a estruturação do indivíduo, determinando os papéis exercera na sociedade, seus gostos, desejos, prazeres, conceitos de beleza, estrutura familiar etc.

Compreende-se, desta forma, que a subjetificação seria o resultado do processo em que se lançar sob o indivíduo conceitos e normas, através de dispositivos de poder e de práticas discursivas, objetivando e subjetivando, tornando-o sujeito. (Foucault, 1995, p. 23)

A subjetificação constitui em um processo contínuo, ininterrupto, uma vez que os sujeitos estão, a todo momento, se construindo através dos discursos dos outros. Tais discursos vão sendo enunciados e reproduzidos formando saberes, sendo internalizados pelos indivíduos na ordem discursiva, através da repetição.

O sujeito é, assim, construído na ordem discursiva e sob a modulação dos dispositivos de poder, de forma heterogênea, fragmentado, constituído enquanto posição no discurso, em uma relação de injunção. O sujeito não possui o controle consciente de si, mas sim reproduz uma formação exterior, de forma internalizada. É dessa maneira que emerge, por exemplo, a resistência a determinados discursos e práticas sociais, ou grupos de pessoas e raça.

Todavia, para Foucault (1995), afirmar que o sujeito é um efeito das relações de poder e das relações de saber, não significa que ele está submetido a uma força incontornável que predispõe os acontecimentos. Poder-se-ia pensar que falar em sujeitos livres e conscientes seria uma contradição na análise de Foucault, já que sujeito é aquele que está sendo sujeitado, constituindo em ser o que o poder diz que ele é. Contudo, para Foucault, mesmo sendo sujeitados, os indivíduos ainda possuem um campo de possibilidade para várias condutas e diversos comportamentos, podendo ocorrer, inclusive, uma troca de posições e atuações.

De acordo com Foucault, o sujeito seria livre uma vez que “se há relações de poder em todo o campo Social, é porque há liberdade em todo lugar.” (Foucault apud Magalhães, 2008, p.13) Assim, o poder só pode ser exercido sobre sujeitos livres e na medida em que são livres. Sendo o poder compreendido como uma relação de forças, ele só pode se exercer sobre algo que é livre, pois, se não houvesse possibilidade de resistência e de reação não seria necessário o exercício do poder, já que nada poderia ser diferente do que já é.

Mesmo assim, a liberdade seria reduzida à resistência na medida em que se apresenta como uma possibilidade de reagir às forças que lhe são impostas. E, nesse sentido, configura-se como uma não-liberdade ou uma liberdade negativa já que não significa a possibilidade de agir como lhe aprouver, mas refere-se antes às possibilidades de reagir, de responder às relações de poder à qual se está sujeito. Temos, portanto, um sujeito constituído pela objetivação do sujeito nas ciências humanas (enquanto indivíduo) e pela subjugação a procedimentos do poder, ou seja, sua subjetificação.

Aqui, pauta-se uma problemática frente as obras de Foucault: uma vez que se pretende analisar a construção da subjetificação do corpo feminino através das redes sociais, sendo estas redes utilizadas enquanto um dispositivo de poder, questiona-se se a subjetificação feminina ocorre da mesma forma que a análise de subjetificação disposta por Foucault. O Autor apresentou uma análise acerca da subjetificação de forma generalizada, e a questão levantada no estudo é se haveria diferença da construção do sujeito social, quando analisado sob o viés de gênero³. Este campo de possibilidade, para várias condutas e diversos comportamentos, conforme Foucault traz, existiria ou ocorreria da mesma forma entre os gêneros?

³ De acordo com Scott (2012, p. 11), entende-se gênero, aqui, como “um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos”, e “(...) uma forma primeira de significar as relações de poder”. Diversos autores e autoras, como a antropóloga feminista Gayle Rubin, trazem a compreensão de que o gênero “é uma divisão dos sexos imposta Socialmente e produzida nas relações sociais da sexualidade”. Este sistema define-se como: “um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e nas quais estas necessidades sociais transformadas são satisfeitas” (RUBIN, 1993, p. 01).

Entende-se que é fundamental analisar como ocorre a subjetividade através do entendimento da incidência das forças de poder, sob a perspectiva genealógica de Foucault, entretanto, Foucault abstém-se da análise quanto as diferenças entre o masculino e o feminino, sobre o qual será o objeto de estudo a partir deste ponto.

2.3. A incidência do poder social na construção da subjetificação feminina.

Édipo não se cegou por culpa, mas por excesso de informação. (Foucault)

Para iniciar uma discussão para a subjetificação feminina, é necessário retomar a compreensão da construção do sujeito e sua subjetividade, só que sob uma perspectiva de dominação social para além da perspectiva de modulação de forças de poder, entendendo que, quando se trata de gênero, não ocorre qualquer relação de troca ou igualdade nesta construção, tampouco a existência um campo de possibilidade para várias condutas e diversos comportamentos.

O entendimento de Butler (2013, p. 23) dialoga com a análise de Foucault acerca da constituição dos sujeitos, partindo da premissa da atuação de dispositivos de poder enquanto exercícios articulados ao saber. Ocorre que, para Butler (2013, p. 13), em que pese a formação do sujeito ocorra no interior de um campo de poder, esta formação também advém através da dominação de um gênero sobre o outro. Assim, diferentemente da perspectiva genérica de Foucault, aquele que sofre a dominação não seria um sujeito livre, ou seja, sem a existência de um campo de possibilidade para várias condutas e diversos comportamentos.

Não há como negar a contribuição de Foucault acerca das abordagens sobre o poder e suas relações e atuações, porém, é necessário analisar e compreender que os dispositivos de poder operam através da dominação e opressão do masculino sobre o feminino, uma vez que o poder social necessita de sua manutenção e perpetuação, sendo necessário, para tanto, a forma repressiva e opressiva face ao feminino, visando a manutenção deste poder.

Por esta razão, a subjetividade do feminino é construída através de relação antagônica com o gênero masculino, na oposição entre o masculino e o feminino. Bourdieu (2012, p. 16) dispõem acerca desta construção através da oposição:

Arbitrária em estado isolado, a divisão das coisas e das atividades (sexuais e outras) segundo a oposição entre o masculino e o feminino recebe sua necessidade objetiva e subjetiva de sua inserção em um sistema de oposições homólogas, alto/ baixo, em cima/ embaixo, na frente/ atrás, direita/esquerda, reto/curvo (e falso), seco/ úmido, duro/ mole, temperado/insosso, claro/escuro, fora (público) / dentro (privado) etc., que para alguns, correspondem a movimentos do corpo (alto/ baixo/ subir e descer,

fora/ dentro/ sair entrar). Semelhantes na diferença, tais oposições são suficientemente concordes para se sustentarem mutuamente, no jogo e pelo jogo inesgotável de transferências práticas e metáforas; e também suficientemente divergentes para conferir, a cada uma, uma espécie de espessura semântica, nascida da sobredeterminação pelas harmonias, conotações e correspondências. Esses esquemas de pensamento, de aplicação universal, registram como que diferenças de natureza, inscritas na objetividade, das variações e dos traços distintivos (por exemplo, em matéria corporal) que eles contribuem para fazer existir, ao mesmo tempo que as “naturalizam”, inscrevendo-as em um sistema de diferenças, todas igualmente naturais em aparência; de modo que as previsões que elas engendram são incessantemente confirmadas pelo curso do mundo, sobretudo por todos os ciclos biológicos e cósmicos.

Em confluência, Marcia Tiburi (2002, p. 69) traz que a figura do feminino “é discutida por meio de um sujeito que não é o que a representa, mas sim pelo outro sujeito: o sujeito masculino”. Desta forma, conclui-se que a subjetividade do gênero feminino é construída sob o viés masculino, em uma construção antagônica, voltada para a perpetuação da dominação ao longo dos séculos.

Partindo desta análise, a subjetivação (o ato de construir subjetividades) é construída através da exterioridade, ou seja, de fora para dentro, a partir do olhar e discurso do outro para o indivíduo, moldando, definindo e construindo a partir das concepções sociais, dos privilégios estabelecidos, da dominação de uma classe ou raça sobre a outra. Esta dominação só é possível graças a “efeitos de um certo número de táticas eficazes, sistemáticas, que funcionam no interior de grandes estratégias que asseguram esta dominação” (Foucault, 1979, p. 252).

Caso Foucault tivesse analisado a atuação do poder na construção do indivíduo através da perspectiva de gênero, haveria, talvez, uma compreensão diversa acerca da troca de relações de poder entre os indivíduos. Compreenderia que não se pode compreender a existência da alternância de poder entre os gêneros, tampouco liberdade do sujeito feminino mas, ao contrário, compreenderia que existe, para além destas relações, a incidência de um processo de dominação e opressão entre um gênero e outro, a atuar na subjetificação do sujeito. Ocorre que, conforme já exposto, Foucault fora omissos sobre estes processos através da perspectiva de gênero.

Silvia Federici (2017) traz que esta omissão de Foucault está em seu discurso de disciplinamento do corpo e do indivíduo, uma vez que deixou de analisar o discurso demonológico e o fenômeno Social da “caça às bruxas”, ambos decorrentes da incidência do poder dominador sobre a constituição do sujeito mulher, no período da Idade Média.

A forma que a sociedade encontrou para subjetificar o gênero feminino ao que se esperava socialmente (normas de conduta) foi atribuir o viés demoníaco (demonologia) a

qualquer prática, pensamento ou atitude que ameaçasse o poder dominante à época. Assim, através da incidência de dispositivos de poder, como o discurso e a criação de saberes enquanto verdades, se atribuiu o pacto com o demônio para todas as mulheres que mantinham práticas fora da norma social, denominando-as de “bruxas”. A este fenômeno, Silvia Federici (2017) denominou de “Caça às Bruxas”.

Todavia, a bruxa não era só a parteira, a mulher que evitava a maternidade ou a mendiga que, as duras penas, ganhava a vida roubando um pouco de lenha ou manteiga de seus vizinhos. Também era a mulher libertina e promíscua – a prostituta ou a adúltera e, em geral, a mulher que praticava sua sexualidade fora dos vínculos do casamento e da procriação. Por isso, nos julgamentos por bruxaria, a “má reputação” era prova de culpa. A bruxa era também a mulher rebelde que respondia, discutia, insultava e não chorava sob tortura. Aqui, a expressão “rebelde” não se refere necessariamente a nenhuma atividade subversiva específica em que possa estar envolvida uma mulher. Pelo contrário, descreve a personalidade feminina que se havia desenvolvido, especialmente entre o campesinato, no contexto da luta contra o poder feudal, quando as mulheres atuaram à frente dos movimentos heréticos, muitas vezes organizadas em associações femininas, apresentando um desafio crescente à autoridade masculina e à Igreja (Federici, 2017, p. 331-333).

A autonomia da mulher era vista como uma ameaça ao clero e ao poder masculino, e conforme as mulheres ganhavam mais autonomia, sua presença na vida social era mais repreendida. A resposta a esta autonomia e independência feminina foi o crescimento de relações de opressão e dominação entre os gêneros. À mulher que demonstrasse conhecimento, autonomia e independência, era atribuída a característica demoníaca como forma de controle e dominação.

Tanto a demonologia quanto o fenômeno das “Caça às Bruxas” (Federici, 2017) demonstram o caráter unicamente dominador e repressivo do poder sobre o gênero feminino, sem qualquer traço de inversões de atuações, ou existência de campo de possibilidade para condutas e comportamentos diversos, divergindo do que Foucault, em sua análise genealógica acerca das relações de poder, compreendeu.

A incidência do poder na subjetificação da mulher ocorreu de forma violenta e opressora, excluindo socialmente as condutas que colocavam sob ameaça este poder, disciplinando as mulheres de acordo com as normas desejadas, em favor da manutenção deste poder dominante. Ocorre que, conforme exposto, as condutas combatidas nada mais eram do que condutas mais independentes e autônomas, tanto no campo econômico, familiar, quanto sexual.

A autora Silvia Federici (2017) traz um exemplo do controle sexual realizado pelo clero, na Idade Média. Em seus discursos, o clero atribuiu ao sexo e ao prazer feminino o

caráter de pecado, pois enxergava o desejo sexual das mulheres como uma ameaça ao poder masculino e ao próprio poder da igreja. Desta forma, o clero, persistentemente, buscou exorcizar o desejo sexual das mulheres ao atribuir a ação demoníaca em seus discursos, trazendo a identificação do sagrado à ausência do desejo sexual como forma de acabar com a sexualidade livre das mulheres.

Os discursos dos atos penitenciais exerciam um importante papel na produção do saber acerca da sexualidade na Idade Média, impondo um manual de condutas sexuais permitidas e proibidas, como descrições de posições sexuais permitidas durante o ato, quantidade de dias para a realização da prática, com quem seria permitido e as condutas pecaminosas (Federici, 2017). Outrossim, o controle sobre a reprodução começou a ser utilizado quando se percebeu que o direito reprodutivo seria uma ameaça à estabilidade econômica e social. Em *História da sexualidade* (1978, v. 1), Foucault enfatiza o papel que o controle da sexualidade tem enquanto poderoso dispositivo de poder, visando a dominação e o controle, na forma de um novo discurso a ser utilizado.

Traçando um paralelo com as análises de Foucault, a atuação do poder disciplinar, no fenômeno de “Caça às Bruxas” (Federici, 2017), estaria presente através de dispositivos que buscavam moldar a mulher, a sua subjetividade, seu corpo, sua sexualidade e a sua forma de viver. O poder social buscava a predominância de condutas desejáveis para as mulheres, como a docilidade, a passividade e submissão, atribuindo a esta uma feminilidade sagrada e pura dos discursos produzidos e das práticas de atos de disciplina e punição.

Igualmente, podemos enxergar o biopoder atuando na “Caça às Bruxas”, uma vez que havia o controle sobre a vida tanto através da exterminação de algumas vidas, quanto no controle reprodutivo das mulheres, se fazendo presente, assim, na administração da vida e no crescimento populacional.

Em uma análise comparativa das relações de poder disposta por Foucault e a atuação do poder social no fenômeno “Caça às Bruxas”, observa-se que, tanto os dispositivos de poder do poder disciplinar quanto do biopoder estavam agindo nas construções dos sujeitos, através da dominação do gênero masculino sobre o feminino, sem qualquer embate de forças ou igualdade.

Outrossim, para Foucault (1979) há a alternância do poder soberano para um poder mais sutil, com o advento da revolução industrial, não atuando mais através da soberania sobre a vida, mas através da administração desta vida por meio de dispositivos de poder. Se situarmos esta sobreposição das formas de poder soberano e disciplinar, com a contextualização histórica disposta por Silvia Federici (2017), enxergaremos a motivação para

a atuação do poder no fenômeno “caça as bruxas”, junto ao surgimento do capitalismo, em prol da reprodução da força de trabalho.

Federici (2017) traz uma visão da construção da subjetividade da mulher enquanto ausência de esfera privada, sendo o sujeito mulher visto pela sociedade enquanto valor de mercadoria, servindo para acumulação do capital. O corpo das mulheres seria o principal meio para a exploração do capital, sendo apropriado pelo Estado e pelos homens enquanto meio para a reprodução e a acumulação de trabalho, Federici (2017).

Desta forma, conclui-se que, caso Foucault tivesse analisado a atuação do poder à luz da opressão da mulher, este chegaria ao fenômeno “Caça às Bruxas”, compreendendo que a atuação do poder não ocorre através de um sujeito universal e abstrato mas, diversamente, quando se trata da atuação sobre o masculino e feminino, ocorre pela dominação de um gênero sobre o outro, no caso, na dominação do masculino sobre o feminino.

Neste diapasão, teria compreendido que as práticas disciplinares, punitivas e violentas, como a tortura e a condenação por morte, ocorridas face à mulher, seriam voltadas para a administração da vida destas, construindo a subjetividade das mulheres. Estas práticas eram utilizadas enquanto dispositivos de poder visando a dominação do gênero masculino sobre o feminino, com a total submissão da mulher as normas dos homens. Assim, talvez compreenderia que, no caso de dominação e opressão, não haveria abertura para a consciência e relações de troca.

Mesmo com a transição da Idade Média para a Idade Moderna, o poder social continuou a atuar na construção da subjetividade feminina através da dominação e opressão. Na idade Moderna, vislumbramos a atribuição da loucura enquanto dispositivo de normatização, incidindo na construção da mulher. Da mesma forma como ocorreu no fenômeno “Caça às bruxas”, em que se atribuiu o caráter demoníaco a determinadas características das mulheres, na Idade Moderna tivemos a atribuição da loucura à mulher.

Dentre os alienados considerados “rebeldes a qualquer tratamento, por razões mais morais do que propriamente médicas”, incluía-se as mulheres que se demonstrasse “um exercício não conforme da sexualidade, através da devassidão, onanismo ou homossexualidade” (Engel, 2006, p. 333).

Na idade Moderna, o controle da sexualidade da mulher era exercido através da atribuição do temperamento nervoso, intimamente relacionado à predisposição às nevroses e nevralgias, frequentemente considerado a distúrbios de sexualidade, “cujas funções especiais ao sexo, em muito contribuem para o seu desenvolvimento” (Engel, 2006, p.333).

A sexualidade, conforme traz Condren (1989, p. 86-87), passa a ser investida de um

novo significado, sendo os atos sexuais conformados em ciência da sexualidade, no propósito de dominação social, negando à mulher esta prática. Ainda de acordo com Engel (2006), a loucura das mulheres se refere o tempo todo a uma suposta “essência” feminina e sexualidade, enquanto a loucura masculina se manifestaria na capacidade que os homens teriam ou não em desempenhar seus papéis na sociedade.

Desta forma, toda mulher que demonstrasse alguma autonomia, independência ou fosse rebelde às normas sociais, era atribuída a loucura enquanto forma de controle Social. Ou seja, a mulher era considerada alienada à razão requerida para a época, suscetível à intervenção Social.

Em uma análise sob o viés da opressão do masculino sobre o feminino, o poder social incute através de dispositivos os conceitos como se naturais fossem, atribuindo características às mulheres como se nascessem com eles, porém, sem a existência do campo de liberdade, sem possibilidades diversas, sem relações de forças em alternância. O poder atua através da dominação e opressão, retirando da mulher a possibilidade de reagir e/ou sequer possuir consciência aceca das relações de poder a qual está submetida.

Buscando uma análise dos atributos de gênero, temos que estes são construídos como primeira maneira de significar a construção do sujeito, ou seja, a construção do sujeito perpassa pela construção dos atributos de gênero, estando este no cerne da construção das relações de poder. Scott (2012) traz que os critérios de gênero aparecem claramente como uma primeira maneira de dar significado às relações de poder na compreensão do indivíduo.

Para Moore (2000, p. 17), os discursos sobre gênero e categorias de gênero são poderosos, produzindo homens e mulheres marcados pelo gênero, como pessoas que são definidas pela diferença. Assim, deixa-se de ter indivíduos iguais para classificá-los por gênero, atribuindo diferença entre eles, já que teríamos classificações dentre os gêneros.

Essas formas de diferença são o resultado da operação dos dispositivos de poder, que dão significação ao indivíduo, bem como do discurso-dito através da incidência dos micropoderes em microssociedades. Quando estas operações são postas em jogo, fazem surgir os efeitos discursivos que produzem a própria diferença e categorizações de gênero.

A igreja, enquanto aparelho ideológico do estado, traz inúmeros discursos bíblicos que enunciam o gênero masculino, denominado aqui enquanto homem, como ser dominante, conferindo-lhe o poder. Somando ao discurso científico, acaba por perpetuar ideologias como forma de dominação.

Assim, historicamente, os discursos de gênero vêm sendo utilizados conjuntamente com a biologia, diferenciando o homem e a mulher, bem como seus corpos, para além da

função reprodutora, mas também para o trabalho e as funções que os indivíduos exercem na sociedade.

A posição do gênero feminino foi determinada pela condição de ter de amamentar (biológica) e cuidar dos filhos, sendo objetivada então, como um ser incapaz de liderar uma família, restando-lhe apenas as funções de progenitora e dona de casa. Ao gênero masculino, não tendo em seu corpo a condição de gerar e amamentar, foi subjetivado como superior e a ele foi incumbido o dever de promover o sustento, proteger e chefiar a família. Este estereótipo reforçou a dominação e a manutenção do poder do masculino sobre o feminino, uma vez que conferiu a este o poder sobre a mulher e sobre seus filhos.

A autora Simone Beauvoir (1980) traz a reflexão sobre a naturalização dos corpos em papéis e práticas sociais, compreendendo o “ser mulher” como sujeito múltiplo, que se desloca de um grupo definido e do indivíduo singular, uma vez que é produzido de movimentos complexos e dinâmicos, oriundo de práticas sociais.

A famosa frase “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, de Beauvoir (1980, p. 73) destaca como o feminino é moldado através da história e cultura social, o que, na história, ocorreu de acordo com interesses dos poderes sociais atuantes. Conforme já visto, é exercido pelos homens e sob condições de subjugação impostas às mulheres, próprias do patriarcalismo.

Essa determinação de funções e papéis criou o modelo de sociedade patriarcal que se perpetua até os dias de hoje através de uma relação de poder, constituído como um sistema social que coloca o homem enquanto autoridade de poder.

Sobre o patriarcalismo, Nye (1995, p. 121), traz que:

Todo poder exige o consentimento por parte do oprimido. O consentimento das mulheres é obtido por meio da Socialização. As mulheres nem sempre são governadas pela força. A vontade masculina de que a mulher assuma um papel subordinado é mascarada nas teorias de uma “natureza” feminina. Instituições de Socialização, sobretudo a família, garantem que essa “natureza” reapareça em cada geração pela mediação entre estrutura individual e Social. Por vezes, no entanto, é empregada força bruta- mediante leis que tornam o aborto ilegal, ou os maus-tratos e violência à esposa. Descrições jocosas da violência contra as mulheres nos meios de massa, pornografia, e anedotas misóginas, tudo isso são meios de utilizar a violência para afirmar o poder masculino. A afirmação do poder patriarcal implica um extenso repertório de estratégias e atitudes. [...] É a estrutura Social que forma o modo como os homens sentem sobre o amor, as mulheres, o casamento e a família. Os homens no poder criaram “a mulher” para assegurar aquele poder: ‘Numa sociedade patriarcal, a dominância masculina deve ser mantida a todo custo, porque a pessoa que domina não pode conceber qualquer alternativa senão a de, por sua vez, ser dominado’

Nesta mesma linha, Scott (1995, p. 4) coloca que:

As teóricas do patriarcado concentraram sua atenção na subordinação das mulheres e encontraram a explicação para este fato na “necessidade” do macho dominar as mulheres. Na sua engenhosa adaptação de Hegel, Mary O’Brien, define a dominação masculina como um efeito do desejo dos homens de transcender a sua alienação dos meios de reprodução da espécie

O patriarcado traz uma estrutura familiar baseada na figura do homem, objetificando as mulheres enquanto posse e propriedade deste, dependente economicamente e emocionalmente, com o controle da sexualidade feminina exercido pelo homem e pela igreja. Petersen (1999, p. 15) nos traz que a sociedade patriarcal é baseada no processo de subordinação da mulher ao homem, estruturada na dominação entre o gênero masculino sobre o gênero feminino.

Segundo Davis (2016), os mitos fundadores da feminilidade, caracterizados pela fragilidade, delicadeza, instinto materno natural, dedicação aos cuidados da casa e uma natural submissão ao homem são construções sociais frutos do capitalismo e dos valores de uma sociedade patriarcal e sexista.

No caso da mulher, o poder social busca a construção de sua subjetividade voltada para a doçura e servidão, em oposição à transgressão, a força e dominação, bem como autonomia para contestar as normas sociais estabelecidas.

As diferenças entre os gêneros seriam, então, produzidas e mantidas no âmbito cultural e social através de instrumentos de relações de poder. O “ser mulher” não estaria relacionado à essência biológica pré-determinada, mas à identidade construída social e culturalmente a partir das relações sociais, sexuais, práticas e discursos dos saberes disciplinares, oriundos da incidência de um poder social patriarcal. (Braidotti, 2004)

Diante de todo o exposto, quando se analisa a incidência do poder social sob o viés de dominação de um gênero sobre o outro, percebemos a construção da subjetividade feminina como uma construção advinda destas relações de poder, estendendo esta construção para além das diferenças biológicas, em uma clara distinção social hierarquizante. Ocorre que esta distinção social hierarquizante atinge não apenas a construção da mulher, mas também a construção do corpo feminino, subjetificando este corpo através da incidência de dispositivos de poder de dominação e submissão.

Compreendendo a subjetificação enquanto uma construção do sujeito através da objetificação deste, ocorrida sob o viés das relações de poder histórica político-social, acredita-se que o modo mais imediato pelo qual estas relações se constroem é através da construção do corpo. Aqui, conforme já colocado, não se compreende como o corpo apenas

biológico, físico, mas sim corpo construído enquanto sujeito.

Desta forma, o presente trabalho buscará, a partir deste ponto, trazer a baila o estudo sobre como a subjetificação acontece no e para o corpo do indivíduo, dele não se desvinculando. Após uma análise genérica sobre a construção da subjetificação do corpo, o estudo especificará, seguindo a linha proposta, à análise acerca desta construção em relação ao corpo da mulher.

2.4. A administração dos corpos e a construção da subjetificação destes.

*“A velha potência da morte em que simbolizava o poder soberano é agora, cuidadosamente, recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida.”
(Foucault)*

A partir da análise da subjetificação do sujeito através da atuação do poder social, chega-se à compreensão de que o corpo do sujeito também é utilizado enquanto um instrumento de uso do poder, uma vez que se reconhece a incidência de diversas linhas de força do poder social na sua construção, enquanto o modo mais imediato pelo qual estas relações se expressam.

Uma das formas de incidência do poder é através do controle sobre o corpo biológico do sujeito, através da subjetificação deste, sendo este controle a maior externalização desta incidência nas sociedades capitalistas e burguesas.

É preciso, em primeiro lugar, afastar uma tese muito difundida, segundo a qual o poder nas sociedades burguesas e capitalistas teria negado a realidade do corpo em proveito da alma, da consciência, da idealidade. Na verdade, nada é mais material, nada é mais físico, mais corporal que o exercício do poder. (Foucault, 1979, p.147)

O corpo, diferentemente do sujeito, preexiste em uma superfície. Contudo, também se configura enquanto um objeto de relações de poder-saber que constituem atitudes corporais e formas de ser, sofrendo ações, avaliações, controle, julgamento e vigilância. O corpo, em si, não seria um simples corpo biológico, porém, sua compreensão e utilidade estariam ligadas por um fato social. Pode-se dizer, desta forma, que o corpo não seria apenas algo da natureza, mas compreendido enquanto um fato cultural, um saber que toma e torna o homem socialmente.

Segundo Hashiguti (2007, p. 97), considerar o corpo é relevante por estar relacionado ao subjetivo, àquilo que liga o sujeito à materialidade, sendo esta materialidade que o constitui. Esta materialidade seria afetada pelo discursivo, pelas práticas repressivas e pelo

controle Social, tornando-o um corpo simbólico, para além do corpo biológico, cujos sentidos se constituem pela história e pela ideologia de uma determinada sociedade, ou seja, um corpo subjetificado.

Nesta compreensão, o corpo seria uma estrutura para os processos de subjetivação, sendo também objeto de subjetificação pois, ao mesmo tempo em que é tomado enquanto objeto, incide sobre a sua constituição linhas de força que o constituem enquanto sujeito. Assim, o corpo seria o caminho para a formação do sujeito, sendo prisioneiro deste em processos de subjetificação. Entende-se que o poder atua sobre o corpo retirando o poder e a autonomia deste, sujeitando-o e transformando-o em objeto de desejo social, subjetificando-o.

Pela perspectiva genealógica de Foucault, o corpo serviria como dispositivo de poder, sendo utilizado na construção da subjetificação dos indivíduos. Esta subjetificação ocorreria através do adestramento, visando a docilidade e a formação de subjetividades obedientes, bem como servindo para o controle biológico, de maneira a buscar uma população desejável saudável e forte, em detrimento de outra população (Foucault, 1975).

Para Foucault, o poder interviria materialmente através do corpo, penetrando na vida cotidiana do indivíduo através da sua realidade mais concreta. Esta forma de atuação do poder sobre o corpo é compreende o que Foucault denominou como micropoder, ou seja, o poder atingindo a corporeidade de cada indivíduo, interferindo em seus hábitos, seus instintos, pulsões, sentimentos, emoções, impulsos, aparência, ou seja, construindo o sujeito e sua subjetividade através da sua incidência sobre o corpo.

O poder, enquanto micropoderes, atua num emaranhado complexo de lutas e confrontos inerentes à produção de saberes sobre o corpo. Desta forma, o corpo seria alvo de investidas sutis, constantes e invisíveis com a finalidade de objetificá-lo, promovendo o ordenamento destes e a administração da forma de vida a partir do campo dos desejos destes corpos. Ainda, age na modulação da configuração da sexualidade e do prazer destes corpos, determinando a sua erotização ou não.

Através deste domínio sobre os corpos é que são constituídas diversas relações da sociedade, bem como relações políticas de exploração econômica.

Foucault (1975, p. 118) afirma que:

O corpo entra numa maquinaria de poder e o esquadriha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política” que é também uma “mecânica do poder”, está nascendo; ela define se pode ter domínio sobre os corpos dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em outras palavras: ela dissocia o poder do

corpo; faz dele por um lado uma “aptidão”, uma “capacidade” que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita.

Conforme acima demonstrado, Foucault (1979) nos traz que o poder constrói o corpo de acordo com os interesses econômicos, políticos e sociais. Tomando como exemplo a força de trabalho do corpo, enquanto aumenta esta força, através do disciplinamento, diminui a força subversiva para atinja o objetivo almejado sem desobediência. Esta é a subjetificação do corpo produzida pelo poder social: transformá-lo em objeto útil socialmente, anulando suas forças para que se volte contra este poder.

Esta seria a subjetificação do corpo, na finalidade de promover o controle da vida individualizada e biológica do sujeito, normatizando suas condutas na finalidade de exclusão do que divergir da norma, determinando o anormal do normal, em processo de controle social sobre o indivíduo.

Segundo Foucault (1979), a incidência do poder sobre o corpo possibilitou a construção de um saber fisiológico e orgânico. Aqui temos o que Foucault denominava de poder-saber, que seria o poder produzindo saberes, criando vínculos de verdades. Justamente por estes vínculos é que, para Foucault, o poder estaria tão enraizado e ter-se-ia dificuldades para se desprender dele. Sua atuação não estaria calcada apenas no caráter repressivo e negativo, havendo troca entre os indivíduos que ora sofreriam a atuação do poder, ora atuaria operando este poder.

Como se pode observar, para Foucault a atuação do poder sobre o corpo não estaria ligada a uma abordagem apenas restritiva, proibitiva, unidirecional, manifestando-se enquanto repressão, mas atuariam em uma relação de dualidade, em um embate de forças, com resultados tanto negativos quanto positivos, como a produção de saberes.

Um importante exemplo disposto em *Microfísica do poder* (1979) é o caso das filantropias, que ocuparam sobre a vida e o corpo do outro, buscando um controle da saúde, alimentação, moradia, fazendo com que, mais tarde, saíssem personagens desta fusão, como instituições, saberes e até mesmo profissões como assistentes sociais, psicólogos. É o poder produzindo saber.

Tomemos o exemplo da filantropia no início do século XIX: pessoas que vêm se ocupar da vida dos outros, de sua saúde, da alimentação, da moradia. Mais tarde, desta função confusa saíram personagens, instituições, saberes... uma higiene pública, inspetores, assistentes sociais, psicólogos. E hoje assistimos a uma proliferação de categorias de trabalhadores sociais... Naturalmente, a medicina desempenhou o papel de denominador comum... Seu discurso passava de um a outro. Era em nome da medicina que se vinha ver como eram instaladas as casas,

mas era também em seu nome que se catalogava um louco, um criminoso, um doente... Mas existe, de fato, um mosaico bastante variado de todos estes "trabalhadores sociais" a partir de uma matriz confusa como a filantropia... O interessante não é ver que projeto está na base de tudo isto, mas em termos de estratégia, como as peças foram dispostas. (Foucault. 1975, p. 151)

No exemplo acima observa-se que houve uma proliferação de trabalhadores sociais atuando juntamente com a medicina. O entrelace está justamente no fato que, ainda que buscasse conhecer e entender a vida das pessoas em relação à saúde, moradia, alimentação, por exemplo, também se catalogou, nas palavras de Foucault, os loucos, os doentes, os criminosos, a serviço de um projeto de poder, produzindo verdades e saberes à serviço de um projeto de poder.

Para Foucault, esta produção de saberes é que permitiria a constante e permanente atuação do poder na subjetificação do corpo, pois legitimaria esta ação. Ainda, seria impossível identificar quem coordenaria as ações dos agentes sobre o corpo, pois a ação destes agentes seria tão sutil em sua distribuição, em seus mecanismos e ajustamentos, que impossibilita compreender o conjunto, não sendo possível identificar quem coordena e quem atua ou como atua, o que fortaleceria e perpetuaria a ação do poder na subjetificação do corpo.

Através do exemplo acima é que compreendemos melhor como seriam construídas relações políticas e sociais através da incidência do poder sobre os corpos, enquanto condutas disciplinadas pelas estruturas sociais de poder, como o olhar médico, psiquiátrico, jurídico e, sobretudo, político.

Outro exemplo da construção de subjetividades, que Foucault (1979) nos traz, seria através das relações familiares. Foucault descreve um exemplo de um pai que vê seus filhos sentados em postura considerada incorreta, e os repreendem para que sentem de forma correta, colocando-os sentados de forma apropriada. Estes filhos irão compreender que aquela forma de sentar é a forma apropriada, verdadeira, entendendo que a má-postura pode lhe ser prejudicial, comprometendo seu crescimento e movimento do corpo. Assim, esta criança crescerá compreendendo uma postura enquanto correta.

O Autor coloca o corpo e os processos de subjetificação em um campo de luta entre o controle e a resistência, existindo formas diversas de controle, não apenas a repressão, mas também a estimulação como forma de rompimento da resistência.

O corpo se tornou aquilo que está em jogo numa luta entre os filhos e os pais, entre a criança e as instâncias de controle. A revolta do corpo sexual é o contra-efeito desta ofensiva. Como é que o poder responde? Através de uma exploração econômica (e

talvez ideológica) da erotização, desde os produtos para bronzear até os filmes pornográficos. Como resposta à revolta do corpo, encontramos um novo investimento que não tem mais a forma de controle-repressão, mas de controle-estimulação: ‘Fique nu... mas seja magro, bonito, bronzeado!’ A cada movimento de um dos adversários corresponde o movimento do outro. É preciso aceitar o indefinido da luta (Foucault, 1979, p. 147).

Assim, através da subjetificação dos corpos é que a identificação social vai se construindo, perpassando sobre o corpo toda forma de poder, atravessado por diferentes discursos e pelo olhar do outro enquanto potência de transformação. Nesta linha compreende Hashiguti (2007, P. 49):

A identificação Social é um processo intimamente relacionado ao corpo, pois pressupõe a relação com o outro, cujo corpo é olhado, e que também olha, a partir de posições historicamente determinadas, mas em movimento. Sujeito e corpo não se separam em sua significação no campo do visível. Como materialidade simbólica, o corpo é atravessado por diferentes discursos, sejam eles o político, o estético, o religioso, o higienista, que se constituem de sentidos que também se movem na história em seu próprio entrelaçamento.

Pela perspectiva foucaultiana, a concepção do corpo ocorre enquanto um objeto de discurso num campo permeado por dispositivos discursivos. Ocorre que Foucault faz a análise direcionada para a atuação do poder sobre o corpo de forma genérica, sem percorrer a intencionalidade desta atuação de forma mais restritiva.

Desta forma, partindo da leitura de Foucault, se faz necessário considerar a intencionalidade da atuação do poder em uma perspectiva de opressão de gênero, entendendo que este poder não seria uma entidade autossuficiente, de forma desconexa com uma perspectiva político-social de dominação e opressão.

2.5. A subjetificação dos corpos femininos.

Conforme discorrido até aqui, a dominação social do gênero masculino sobre o gênero feminino estaria relacionada enquanto efeito de um poder que atua na construção dos sujeitos e na produção de subjetividades, buscando extrair o máximo de controle sobre os corpos, erigindo uma série de saberes carregados de natureza, subjetividade, costumes, moral, hábitos, etc.

Segundo Federici (2017), Foucault, ao analisar o corpo fica tão intrigado pelo caráter “produtivo” das técnicas de poder de que o corpo foi investido, que sua análise praticamente descarta qualquer crítica acerca da forma de incidência deste poder sobre ele, bem como

descarta qualquer análise acerca da incidência do poder sobre o corpo feminino, especificadamente.

Pegemos o mesmo exemplo disposto por Foucault quando traz a atuação de dispositivos sobre o corpo nas relações familiares, e questionemos: o dispositivo de controle e disciplina atuam de forma idêntica entre os corpos masculinos e femininos? A resposta é não, uma vez que, para além dos dispositivos de controle, existe agora o instrumento de dominação e submissão que, conforme já analisado, ocorre na incidência do poder social entre os gêneros.

O exemplo disposto por Foucault não pode ser compreendido da mesma maneira entre os gêneros, uma vez que, na sociedade patriarcal, haverá sempre um controle voltado para a dominação e subjugação da mulher, com atuação voltada para a submissão do corpo feminino, enquanto em relação ao corpo masculino atuará de forma protetora e construtiva, enfatizando aspectos como coragem, força e vitalidade.

Segundo Perrot (2003), o corpo está no centro de toda relação de poder, mas o corpo das mulheres é o centro, de maneira imediata e específica. Sobre o corpo da mulher, pesa primeiramente o caráter reprodutivo, assimilado à função anônima e impessoal da reprodução. A construção da mulher está intimamente ligada à construção de seu corpo, englobando todas suas relações sociais, e a forma com que estas relações interferem em suas ações, dentre elas sua relação com o sexo, com família e com a utilidade deste corpo.

O corpo da mulher é construído destinado ao lugar do outro, alienado sob uma perspectiva masculina de subordinação. Em um mundo em que impera o poder masculino, em que o discurso-dito advém do masculino, a mulher é vista e percebida “fundamentalmente como corpo” (Bourdieu, 2012, p. 22), voltado à utilidade, como por exemplo a reprodução/maternidade.

Para Elizabeth Grosz (1994), o poder masculino se mantém através do dispositivo de contenção das mulheres, ocorrido pela da subjetificação de seus corpos e controle de sua sexualidade e capacidade reprodutiva. Os corpos femininos são representados e construídos enquanto um gênero mais fraco e passivo, imperfeito, desregrado, não confiável, que necessita de intervenções para que se torne produtivos e úteis socialmente.

Desta forma, entendemos por subjetificação do corpo feminino a construção da subjetividade feminina, sendo atribuído a esta subjetividade uma feminilidade como se natural fosse, somando à objetificação de seu corpo, com um olhar enquanto um objeto, a serviço da sociedade e do olhar do outro.

2.5.1 Os aspectos da construção da subjetificação

Nas palavras de Moore (2000. p. 16):

Os discursos sobre sexualidade e gênero frequentemente constroem mulheres e homens como tipos diferentes de indivíduos ou pessoas. Essas pessoas marcadas por gênero que corporificam diferentes princípios de agência-como no caso de muitas culturas ocidentais, onde a sexualidade masculina e pessoas do gênero masculino são retratadas como ativas, agressivas, impositivas e poderosas, enquanto que a sexualidade feminina e pessoas do gênero feminino são vistas como essencialmente passivas, fracas, submissas e receptivas. Esses discursos marcados por gênero são em todos os casos construídos através da imbricação mútua com diferenças de raças, classe, etnicidade e religião.

É através de discursos da diferença de gênero atribuída enquanto fato biológico, diferença de raça, discurso da religião, dentre outros, que se atribui um caráter objetificado ao corpo, colocando-o enquanto um objeto a serviço de interesses da sociedade. Uma vez que o interesse do corpo feminino está pautado na submissão, atribui-se características frágeis, fracas e receptivas, enquanto, ao corpo masculino, atribui-se características de atividade, agressividade, força e impositivas, voltado para a manutenção do poder masculino socialmente.

O dispositivo de poder está intrinsecamente ligado ao discurso que objetifica o corpo, pois um se constrói a partir do outro. O dispositivo é uma rede de saber/ poder, ou seja, não existe sem o discurso. O discurso se mostra um dos mais antigos dispositivos, pois a linguagem ao mesmo tempo em que liberta, ela aprisiona e condiciona à uma determinada rede de saberes, e não outra.

Os dispositivos atuantes no poder disciplinar poder, bem como a atuação destes em uma sociedade de controle, conforme nos traz Deleuze, exercem, através de esquemas de percepção, de avaliação e de ação, de conhecimento e de controle influência dominante na construção dos sujeitos e da subjetificação dos corpos. Estes dispositivos objetificam através do olhar e do discurso do outro e subjetificam através do controle, da avaliação, da vigilância e do controle. O olhar e o discurso não é um simples poder universal e abstrato de objetivação, mas sim um poder social, simbólico, cujo eficácia depende da forma com os dispositivos de poder atuam, criando os esquemas de percepção e reconhecimento por aquele a quem se aplicam.

Dialogando com as teorias de poder social de Foucault, conforme estudado no primeiro capítulo, incide sobre o corpo feminino toda forma de dominação, docilização e subordinação, através dos dispositivos de poder disciplinar, que visam construir corpos dóceis

e submissos, diferenciando os corpos femininos dos corpos masculinos de acordo com a utilidade Social.

Estes dispositivos de poder seriam formados por um conjunto heterogêneo de ações com duplo mecanismos: privações e concessões. Em uma perspectiva de gênero, estes dispositivos atuam de forma diferente entre os homens e mulheres, construindo a subjetificação dos corpos voltada para a dominação do homem sobre a mulher. Enquanto os corpos femininos são construídos na fragilidade, voltada à submissão, os corpos masculinos são construídos como viris, fortes, duráveis e seguro, voltados para a dominação.

Para Bourdieu (2012, p. 56), o princípio da subjetificação feminina é a desigualdade fundamental entre sujeito (que age) e objeto (que é manipulado), ou seja, entre agente e instrumento, uma vez que o agente é detentor de poder perante o objeto. Nesse sistema, a mulher toma a forma de objeto, cujo sentido é definido independentemente de sua ação e vontade. Ela se torna, na sociedade, um símbolo cuja função é perpetuar e aumentar o poder detido pelos homens.

A atuação do poder social, através da dominação masculina, atua através da manutenção das estruturas sociais, em que se tem a divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e Social, conferindo aos homens a inteligência e intelectualidade, deixando para as mulheres os trabalhos relacionados ao cuidado do outro, bem como os menores remunerados.

A sociedade traz como um axioma imutável que os homens são socialmente superiores porque são naturalmente superiores, colocando a feminilidade frágil como natural da mulher e os homens como dotados pela natureza de uma superioridade física e mental. Ocorre que, conforme colocado, não é da natureza a diferença entre os homens e mulheres, mas sim advém de uma construção Social, da incidência de dispositivos de poder, de micropoderes que incidem de forma contínua e sutil, que tornam como se naturais fossem. A manutenção desta diferença é perpetuada através do controle sutil, permanente e constante que atua sobre os indivíduos, subjetificando, os tornando sujeitos e sujeitando-os.

A compreensão de Beauvoir sobre a construção social da mulher dialoga com Foucault, uma vez que este traz que a formação do sujeito ocorre através de práticas de subjetificação, uma vez que para Beauvoir a mulher é construída sob circunstâncias históricas e culturais, a partir do olhar do outro, sendo educadas de acordo com os valores e normas de condutas que vão de encontro com o interesse masculino. Estas normas são alimentadas de geração em geração, impondo à mulher, de forma naturalizada, padrão de comportamento, formas de agir e ser que representam o ideal feminino desejado pelos homens.

Desta forma, o corpo da mulher é silenciado dela mesma, construído e desejado pelo olhar masculino enquanto objeto deste desejo, mas também dominado, subjugado, tendo a sexualidade controlada e sujeitado ao detentor do poder social: o homem (Perrot, 2003).

Segundo Federici (2017), o corpo da mulher, na época da “Caça às Bruxas”, era diabolizado, com a sexualidade controlada pela Igreja, enquanto o corpo do homem era cultuado enquanto fruto dos deuses. Neste sentido, o corpo da mulher era alvo de tensões entre o bem e o sagrado, sendo representado enquanto ideal a virgindade e pureza de Maria, voltado exclusivamente para a procriação e dedicação à família.

Vigarello (apud Perrot, 2012, p. 50) traz que os corpos das mulheres sofreram mudanças de valorização de suas partes, de acordo com a época histórica vivida. Até o século XIX, a parte superior era mais valorizada, como o rosto e o busto, existindo poucos interesses pelas pernas. Após, ocorreu uma inversão, em que as pernas passaram a ter maior destaque, com a indústria investindo em vestidos e saias que valorizavam as pernas, mostrando, inclusive, tornozelos.

No século XX as pernas são destaques e mais valorizadas devido as peças publicitárias que valorizavam as pernas longilíneas. Até o ano de 1900, as mulheres consideradas belas eram aquelas com formas mais arredondadas e rechonchudas, sendo substituídas por corpos mais magros, com obsessão pela magreza exagerada. Os quadris dos corpos femininos são valorizados a partir da relação com a fertilidade e reprodução. Os cabelos também são objetos de controle e sofrem modificações ao longo dos séculos, sendo considerados símbolos de sensualidade e relacionados ao sexo, em razão do pelo pubiano que recobre o sexo. Cabelos longos e soltos geralmente são vistos como símbolo de liberdade e rebeldia, já os cabelos curtos sugerem sobriedade e disciplina.

As mulheres, desde a infância, são condicionadas ao casamento, a maternidade, à demonstrar-se frágil como símbolo de feminilidade. Já os homens, quando meninos, são condicionados que, para serem “homens de verdade” devem ser viris, fortes, insensíveis, não demonstrar emoções, com sexualidade ativa e incontrolável, dentre outras características que mostrem sua superioridade sobre as mulheres.

Se, bem antes da puberdade e, às vezes, mesmo desde a primeira infância, ela já se apresenta como sexualmente especificada, não é porque misteriosos instintos a destinem imediatamente à passividade, ao coquetismo, à maternidade: é porque a intervenção de outrem na vida da criança é quase original e desde seus primeiros anos sua vocação lhe é imperiosamente insuflada (Beauvoir, 1967, p. 10).

Para a mulher, o casamento e a maternidade são colocados como os pontos principais

de suas vidas, metas a serem alcançadas. Assim, tanto seus sonhos, quanto seu corpo, são voltados para o alcance destas metas de vida, sem as quais nada valeria a pena. Aos homens, o propósito de vida é a profissão, o domínio do mundo, e sobre estes propósitos os homens são construídos e valorizados: seus corpos, sua personalidade, tudo voltado para esta conquista.

Para consolar as mulheres pela sua inferioridade, sua vocação para a maternidade foi santificada, adornada com uma auréola, atribuindo à mulher uma intuição e sensibilidade que o homem não teria, que vão além da percepção do homem, como se fosse um prêmio por toda a sua inferioridade. A santificação e a degradação, quando insurge contra a santificação, são dois dispositivos de poder que atuam na construção da subjetividade da mulher e subjetificação de seus corpos, construções voltadas para a dominação e exploração Social.

Assim, analisando na perspectiva de Foucault, a construção dos corpos femininos, considerados frágeis, vulneráveis, valorizados com a finalidade reprodutiva, bem como relacionando a feminilidade ao corpo e a masculinidade à mente, serviria ao propósito deste poder social, seja para a sua manutenção, seja para seus interesses sociais e políticos.

O campo social para a mulher ficaria cada vez mais restrito, limitado às exigências biológicas da reprodução e da servidão, enquanto aos homens tem-se o vasto campo do conhecimento e do saber. Segundo Mounier, “o nosso mundo foi feito pelo homem e para o homem, e que as reservas do ser feminino são daquelas em que a humanidade menos tem ido beber” (Mounier, 2004, p. 126 apud Andreola, 2017, p. 197-198).

Os homens representam as matrizes dos pensamentos, das ações, enquanto saberes históricos universalmente compartilhados. Cabe as mulheres a reprodução destes saberes, incorporando estas relações de poder, que se expressam justamente na oposição da ordem simbólica. Esta incorporação e reprodução, voltada para a submissão feminina, como se natural fosse, é compreendida como violência simbólica.

Segundo Wolff (2018), a dominação masculina tem por objetivo colocar a mulher em estado permanente de insegurança corporal, de dependência deste olhar do outro enquanto aprovação, uma vez que ela existe primeiro pelo e para o outro, necessitando ser sempre receptivas, atraentes, disponíveis, para serem merecedoras do olhar do outro enquanto olhar de reconhecimento e valorização.

Esta violência exercida de forma direta e sem qualquer coação física, mas sem resistência, só é possível através dos dispositivos de poder e controle, conforme Foucault nos traz, elucidado na primeira parte deste trabalho. A construção da subjetificação não ocorre pela força e coação, tampouco através da consciência e conhecimento, de forma voluntária e livre, da mulher, mas através de dispositivos como o discurso, bem como dispositivos de

disciplina, que reprovam e punem aquele que não se enquadra no referencial colocado. Assim, através do olhar de reprovação do homem, da discriminação sutil, de discursos-dito, a mulher é colocada em estado permanente de insegurança, buscando, a todo instante, a aprovação masculina.

Segundo Elódia Xavier (Xavier, 2007, p. 20 apud PAJOLLA, 2010, p. 21), a construção das subjetividades dos corpos masculino e feminino através da oposição, é devida para justificar as diferenças sociais, mantendo, assim, as desigualdades sociais entre os sexos.

O olhar e o discurso do outro, no caso do masculino, impõem, através dos dispositivos de poder, esquemas de percepção e de apreciação sobre o corpo feminino, como grande/pequeno, forte/fraco, grosso/fino, masculino/feminino desde a origem entre cada indivíduo e seu corpo. As reações ou percepções destas reações também são constituídas por estes esquemas de percepções, como “ela é muito grande para uma menina”, “ela é muito grosseira para uma menina”, “ela é muito gorda para uma menina”, ou “quem chora é menina, menino não deve chorar”, “homem de cabelo branco é charmoso, mulher fica desleixada”, “homem com barriguinha é sexy”.

O corpo feminino é amplamente falado enquanto objeto de desejo pelo olhar do homem, entretanto, não é permitido às mulheres falarem sobre ele, pois não lhe pertencem. Esta é uma das marcas da feminilidade que é atribuída às mulheres: o silenciamento e apagamento de seus corpos enquanto propriedade sua, mas onipresente enquanto propriedade e objeto do homem (Perrot, 2003, p. 13).

No patriarcado, conforme exposto, as mulheres, reduzidas aos lares e aos afazeres domésticos, são silenciadas enquanto sujeitos pensantes. Entretanto, seus corpos são onipresentes no olhar masculino enquanto objetos, estando presentes nos discursos dos poetas, dos médicos, dos políticos, em imagens de quadros, esculturas, cartazes, sendo objeto de olhar e desejo masculino. Assim, no discurso-dito pelo homem, os corpos das mulheres são subjetificados através desta objetificação. São doutrinados religiosamente e submetidos à diversas regras de etiqueta, de bons modos e costumes visando a submissão ao poder masculino.

O corpo feminino é disciplinado pelo olhar masculino que interdita nas mulheres a autonomia sobre seus próprios corpos, e que as objetiva enquanto produto, com valor mercadológico, voltados para a reprodução (Hashiguti, 2007). A estes corpos é imposto, através do olhar masculino, uma série de exigências, enquanto padrão Social, que são inalcançáveis e impossíveis para corpos reais. A insegurança, resultante deste processo, reforça a segurança e superioridade do homem, uma vez que, para ele, este padrão é real e

possível.

O olhar e o discurso do outro transmite a informação do que se espera da mulher e do seu corpo, esperando dela a feminilidade, a fragilidade, a doçura, a simpatia, atenção, submissão, discricção, sensualidade, colocando que, sem estas características, não há validação, mas sim repressão. Assim, para Wolff (2018), a construção da subjetividade da mulher vai sendo constituída através da dependência em relação aos outros, sempre esperando e necessitando da sua aprovação.

Assim, a subjetificação do corpo da mulher ocorre através da sua construção enquanto objeto simbólico a ser inalcançável, segundo Wolff (2018), como efeito de colocá-las em permanente estado de insegurança e dependência simbólica pois, para além de existir primeiro pelo e para o olhar do homem, é imposto um padrão inalcançável de feminilidade enquanto necessidade para sua afirmação enquanto mulher, para o sucesso e felicidade.

A análise de Foucault acerca da existência do poder não enquanto um sujeito detentor de força, mas sim enquanto um feixe de relações sociais atuando em prol da manutenção de uma classe de poder, possui relevância e significado para a compreensão de que a própria construção da subjetividade feminina e dos corpos femininos é fruto destas relações de poder, inclusive não sendo imune e inocentes deste poder, uma vez que, dentro do próprio gênero feminino temos a incidência de outras relações de poder, como raça e classe Social.

Isto posto, compreende-se que dentro da própria subjetificação dos corpos femininos temos a incidência de outras relações de poder. Imperioso compreender que o padrão feminino é construído sob o viés racial, não incidindo o mesmo padrão, tampouco os mesmos dispositivos de poder sobre corpos femininos brancos e corpos femininos negros. A construção do ideal feminino é tomada com base no eurocentrismo, sendo uma feminilidade branca, com traços finos, olhos claros, cabelos lisos e corpo esguio. Este é o padrão imposto, sob o qual é construído o ideal de beleza, sucesso e felicidade.

2.5.2. A subjetificação do corpo feminino negro.

Em que pese não ser o objeto deste trabalho aprofundar acerca da subjetificação dos corpos femininos pelo viés do corpo negro, não há como não abordar, ainda que brevemente, uma vez que a subjetificação dos corpos femininos ocorre diferentemente em relação aos corpos brancos e corpos negros. A construção do sujeito e objetificação do corpo negro remete à um legado histórico da escravidão, que foi uma expressão máxima do poder

soberano entre uma raça e outra.

Segundo Lélia Gonzalez (1984), o corpo negro é visto como um objeto, propriedade de alguém, totalmente desumanizado e submetido a quem detém o poder. As mulheres negras eram vistas, para além do objeto a serviço do trabalho, como um objeto sexualizado, submetido a uma erotização exacerbada. Tanto os homens negros, quanto as mulheres negras, era animalizados, como se fossem animais sexuais, sem sentimentos e sem afetos, destituindo da sua humanidade.

Segundo Marcondes (2013), a imagem direcionada as mulheres negras é resultante da interseção entre racismo, sexismo e colonialidade, que alimenta uma dinâmica cruel que mantém as mulheres negras na base da pirâmide Social, afetando a construção do sujeito, uma vez que a imagem da mulher negra é construída de forma distorcida, baseada em mitos e estereótipos.

Para Freyre (2005), esta foi a forma encontrada pelos detentores do poder para justificar a violência sexual praticada contra a mulher negra, colocando no plano discursivo a erotização exacerbada ao corpo negro como se fosse uma característica natural da raça. A sociedade, desta forma, poderia se apropriar da narrativa da hipersexualização dos corpos negros para violentá-los, uma vez que eles teriam o elemento depravador e corruptor da sexualidade dos homens brancos.

Outrossim, quando se trata do corpo feminino negro, atribui-se a este, para além da hipersexualização, a domesticação (Gonzalez, 1984). A autora Gonzalez (1984) traz que a hipersexualização das mulheres negras por vezes é esquecida e apagada da história, enquanto em outros momentos é fomentada, sendo atribuída as mulheres negras uma dupla imagem: a mulata sexualizada e a empregada doméstica. Quando é vista como mulata, a mulher negra é hipersexualizada, e seu corpo altamente desejado para consumo. Após passado o interesse do consumo sexual, o corpo negro é descarregado desta hipersexualização sob a forma de violência, sendo submetido à servidão doméstica, desumanizado. Ainda segundo Lelia Gonzalez, esta dualidade remete ao papel da mucama no período colonial, onde a objetificação da mulher negra era necessária para estes dois campos: servir à casa e servir ao homem da casa.

A figura da mulata ou da empregada doméstica emergirá conforme as necessidades e contexto Social: nos períodos festivos, como carnaval, ou para o sexo fetichizado, o corpo da mulher negra é hipersexualizado; para o cotidiano, é apagado, deixando de ser desejado para servir, ser “o burro de carga que carrega a sua família e a dos outros nas costas. Daí ela ser o lado oposto da exaltação: porque está no cotidiano. E é nesse cotidiano que podemos

constatar que somos vistas como domésticas” (Gonzalez, 1984, p. 230).

Assim, tem-se a atribuição do corpo feminino como aquele cheio de curvas, permeado de sexualidade e fetiche, que seria a hipersexualização, bem como a atribuição da servidão, retirando da mulher negra qualquer protagonismo, colocando da subverniência, da submissão para além da submissão atribuída à mulher branca. Para a mulher branca, a submissão à remete ao cuidado com o outro, à maternidade e constituição de família. Já para a mulher preta, a submissão estaria ligada a subserviência, ao servir o outro, sem direito a afeto e com desumanização, em uma visão de objeto para uso.

A subjetificação do corpo da mulher negra é construída diferentemente do corpo da mulher branca, que está submetida ao poder masculino, construída para a docilidade, procriação e família, comparada com o ideal de pureza da igreja católica. A subjetificação do corpo da mulher negra está ligada ao objeto sexual e de servidão, desumanizada e sem direito ao afeto.

Alguns estigmas são reforçados ainda hoje, como “mulata globeleza”, “negra da cor do pecado”, enquanto herança colonial racista e sexista, que ainda projeta nas mulheres negras e em seus corpos todos os mitos criados pelo detentor do poder social, o colonizador homem branco, subjetificando os corpos negros enquanto objetos sexuais e de servidão.

A subjetificação da mulher negra e de seu corpo é historicamente construída a partir da objetificação, sexualização e negação de seu papel enquanto sujeito político. Isto se evidencia, inclusive, nas estatísticas criminais, em que as mulheres negras constantemente figuram entre as principais vítimas de estupro e mortes violentas no país.⁴

Após a análise da incidência do poder social sobre os corpos femininos, demonstrando a diferença ocorrida entre as raças, uma vez que a subjetificação ocorre de forma diferente entre os corpos femininos brancos e negros, pretende-se uma breve compreensão teórica acerca da manutenção desta subjetificação nas sociedades de controle.

2.6. O processo de subjetificação dos corpos nas sociedades de controle.

Conforme o estudo nos mostra, se pensarmos na manutenção de poder de uma sociedade, concebendo a utilidade dos sujeitos como seres que produzem economicamente, o corpo se ajustará a esta sociedade, sofrendo modificações intensas que refletem os seus valores conforme as alterações sociais.

⁴ Dado disponível em < <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/11/violencia-contra-meninas-mulheres-2023-1sem.pdf> > acesso em 05 de janeiro de 2024.

Para Deleuze (1999b), o corpo teria a função de atuar como “fenômeno de acumulação, coagulação, sedimentação que lhe impõe formas, funções, ligações, organizações dominantes e hierarquizadas, transcendências organizadas para extrair um trabalho útil”. Estes fenômenos estariam diretamente relacionados com as modificações sociais.

Voltando para Foucault (1979), os valores culturais emergem como inscrições no corpo, sendo o corpo uma “superfície inscrita de eventos”. Os dispositivos de poder sofrem alterações conforme as transformações da sociedade, justamente por serem organizados com base em prática de relações de poder-saber. Assim, modifica-se a forma de incidência da violência que incide sobre os corpos, para que seja vista enquanto processo natural, sem que haja resistência de quem a sofre.

Nas sociedades em que o poder soberano vigorava, não havia diferença entre corpo e alma. O homem ainda não era humanizado, não havendo compreensão acerca de dignidade e/ou olhar sobre o corpo deste para além de objeto por excelência. Assim, práticas de tortura e suplício eram consideradas legais, visando controlar a vida. O corpo era um instrumento de controle sobre a vida e morte do indivíduo.

Com a modificação para a sociedade disciplinar, a partir do século XVII até o século XIX, tem-se a compreensão da utilidade do corpo enquanto valor de mercadoria. Assim, o poder passou a incidir sobre o corpo de forma mais amena, deixando de supliciar este corpo, para sujeitá-lo, visando resultados que aumentassem a utilidade deste corpo. A disciplina viria a tornar os corpos mais dóceis e submissos, bem como mais eficientes. Para tanto, utiliza-se práticas disciplinares, como os mecanismos panópticos de vigilância, controle e disciplinamento.

Um corpo útil seria, então, aquele mais eficaz, que não adoece, não se deprime, não engorda, não envelhece, tende à imortalidade e serve à manutenção do poder. O corpo transformado em objeto passa a ser construído, formatado, reparado e esculpido. Assim adquire sentido no parecer e não no ser, tem valor simbólico e, conseqüentemente, valor de troca (Marx, 2013).

No período entre o século XVI e o século XIX, Foucault (1975) analisa que vai se construindo a figura do anormal. Nesses séculos, observa-se a preocupação da classificação para melhor estruturação e andamento da sociedade moderna capitalista que vinha se formando. As políticas de normalização foram estruturadas para legitimar a posição de determinados grupos de poder: indivíduos do sexo masculino, cor branca, heterossexuais e europeus. Os anormais seriam os que estariam fora do grupo “normal”.

Com o biopoder, o corpo, além de ainda sofrer a ação dos dispositivos de poder

disciplinar, passa a ser governado por meio de ações mais sutis, com técnicas voltadas para o poder sobre a vida e para manter a vida, com práticas como diagnósticos de doenças, laudos periciais, psicológicos sobre as disposições corpóreas-anímicas, exames médicos (poder de esquadrihar o corpo e a alma), conceitos de higiene física e de demografia, dentre outras técnicas que constituem o sujeito.

Com o surgimento das tecnologias de informação, a vigilância e o controle sobre os corpos sofreram modificações na sua atuação, se tornando permanente, constante e transpondo as barreiras institucionais, tão característica das sociedades disciplinares. Assim, os corpos passaram a sofrer uma nova forma de controle e disciplina, de forma mais fluida, porém, ainda mais intensa.

Diversos outros dispositivos vêm sendo criados para atuarem controlando, vigiando e modulando os indivíduos, sujeitando e subjetificando, visando propósito social. Na sociedade Moderna, o corpo está cada vez mais sexualizado, sendo enfatizado esta sexualidade pelas mídias e por especialistas (Fischer, 1996).

Quanto à subjetificação do corpo feminino, não temos conceitos imutáveis, sofrendo também modificação histórica-social, ainda que a subordinação e submissão estejam presentes o tempo todo.

Simone Beauvoir (1967) traz categoricamente como a mulher é formada socialmente, não nascendo mulher, mas tornando-se mulher sob o olhar e discurso do outro. Ocorre que este olhar e este discurso sofrem modificações ao longo da história, construindo a mulher conforme o desejo e a necessidade do outro.

Um exemplo seria a força muscular. O corpo da mulher é visto enquanto frágil, comparado ao do homem. Entretanto, quando se necessita da mão de obra feminina, esta diferença desaparece socialmente. Beauvoir traz bem sobre como esta subjetificação dos corpos femininos se adaptam socialmente.

Quando essa força passa a ser comparada na operação de novas tecnologias, máquinas modernas, por exemplo, a necessidade de grande esforço físico desaparece, possibilitando a qualquer sexo tal operação. Na história humana, o domínio do mundo não se define nunca pelo corpo nu: a mão com seu polegar preensivo já se supera em direção ao instrumento que lhe multiplica o poder; desde os mais antigos documentos de pré-história o homem surge sempre armado. No tempo em que se tratava de brandir pesadas massas, de enfrentar animais selvagens, a fraqueza física da mulher constituía uma inferioridade flagrante; basta que o instrumento exija uma força ligeiramente superior a de que dispõe a mulher para que ela se apresente como radicalmente impotente. Mas pode acontecer, ao contrário, que a técnica anule a diferença muscular que separa o homem da mulher: a abundância só cria superioridade na perspectiva de uma necessidade; não é melhor ter demais do que não ter bastante. [...] Se o mínimo necessário não é superior às capacidades da mulher, ela torna-se igual ao homem no trabalho. Efetivamente,

pode-se determinar hoje imensos desenvolvimentos de energia simplesmente apertando um botão. (Beauvoir, 1970, p. 73-74).

Assim, através destas interações e experiências que começam precocemente (ainda na gestação, vide os chamados “chá revelação” de hoje em dia), prolongadas ao longo da vida, em forma de emoções, paixões e de sentimentos, como vergonha, humilhação, medo, paixão, amor, desejo, admiração, vão atuando na construção da subjetividade da mulher e na subjetificação do seu corpo, submetendo, ambos, às estruturas de dominação e poder socialmente, independentemente de sua vontade.

Atualmente, em uma sociedade tecnológica, a atuação dos dispositivos de poder, em serviço dos dominantes para os dominados, sofreu modificação, adequando-se a nova realidade social, necessitando de outras formas de atuar através da violência simbólica sobre este corpo, ligado a outros corpos e outras máquinas, constituído um novo ser.

Embora a mulher esteja cada vez mais autônoma e independente, a sociedade patriarcal contemporânea, enquanto uma sociedade de controle, continua a objetificar e subjetivar as mulheres, subjetificando seus corpos, de forma a manter o ideal feminino voltado para a dominação e submissão. A sociedade patriarcal contemporânea mantém o controle sobre a sexualidade feminina e seus corpos, voltado à satisfação dos desejos sexuais masculinos e à função reprodutiva, de forma a manter a relação social entre os homens e mulheres em desigualdade.

É necessário refletir sobre quais novos jogos de poder estão envolvidos, nesta sociedade de controle pois, ao mesmo tempo em que alguns processos são usados para, supostamente, propor formas mais libertárias, por outro lado, são empregados como formas mais elaboradas de controle e normalização dos corpos.

O controle sobre os corpos, na atual sociedade apresenta uma lógica diferente das sociedades disciplinares. Se por um lado ainda buscam a disciplina e vigilância dos corpos, determinando as ações dos indivíduos que subjetifica, por outro, com a rede de informação e internet, o poder age modulando ações em diferentes cenários, sem um lugar determinado que inicia e termina.

Na linha da pesquisa proposta, após o estudo acerca da subjetificação dos corpos femininos, inclusive sua ocorrência nas sociedades de controle, caminhando para a reta final do trabalho proposto, somos levados a questionar qual o papel das tecnologias de informação na manutenção da estrutura hierárquica do poder social, presente entre os indivíduos de forma ampla, irrestrita, permanente e constante, atuando enquanto instrumento na construção dos sujeitos e sua subjetificação.

Assim, buscando a problemática central do trabalho, nos questionamos qual papel destas tecnologias de informação, inclusive com o advento da internet, têm nesta construção, e se estes instrumentos poderiam ser utilizados enquanto dispositivo de poder, atuando no objetivo da perpetuação da dominação masculina na subjetificação dos corpos femininos.

CAPÍTULO 3

As redes sociais online e sua atuação na subjetificação feminina e dos corpos femininos

Por que motivo a ordem Social sente necessidade de se defender evitando a realidade das mulheres, nossos rostos, nossos corpos, nossas vozes, e reduzindo o significado das mulheres a essas “belas” imagens formuladas e reproduzidas infinitamente?

Virginia Wolf (1992)

3.1. Notas introdutórias.

O tema chave desta dissertação é a atuação dos dispositivos de poder social através das redes sociais na subjetificação do corpo feminino. Neste diapasão, o estudo dos capítulos anteriores sobre o poder social e a construção do sujeito, sujeição e subjetificação são a base piramidal para o desdobrar deste capítulo.

É notório que as mídias de comunicação, desde as mais antigas até as mais recentes, com o advento da internet, sempre impuseram um controle às mulheres, com imposição de um padrão de feminilidade, de beleza e corpo. Importa-nos analisar e compreender o objetivo desta imposição e quais estratégias são utilizadas para que seja alcançado.

Assim, adentrando a última parte do trabalho proposto, este capítulo tem por intuito retomar um pouco da reflexão iniciada no primeiro capítulo, incluído com a subjetificação do corpo da mulher, conforme discutido na segunda parte do projeto, acendendo à análise do papel das redes sociais enquanto um dispositivo de poder, atuando na subjetificação dos corpos femininos.

Ao analisar o surgimento das redes sociais e seu papel, o presente capítulo tem por objetivo contextualizar os aspectos conceituais da pesquisa sobre o entorno do surgimento das redes sociais, bem como poderia ser utilizada enquanto dispositivo de poder a atuar na subjetificação dos corpos femininos.

Para tanto, em um primeiro momento, é necessário trazer uma contextualização histórica acerca do surgimento do conceito de redes sociais e as conceituações teórica de formação das redes na sociedade. Buscar-se-á base teórica em Foucault, com sua análise conceitual do poder social e sua forma de atuação na sociedade, bem como em Deleuze, na teoria das sociedades de controle. O propósito aqui recai em situar historicamente o conceito, buscando identificar seu surgimento com a transição das sociedades disciplinares para as sociedades de controle, e o surgimento da internet.

Num segundo momento, procede-se à análise de como as redes sociais se portam enquanto dispositivos de poder, comparando suas funcionalidades com os dispositivos das sociedades disciplinares, sociedade de controle e biopoder. Convergindo com o objeto da pesquisa, será feito uma reflexão sobre o uso das redes sociais como forma de dominação e submissão do gênero masculino sobre o feminino.

Adentrando a parte final do capítulo, desvela-se as reflexões e problemáticas do trabalho, compreendendo as imbricações e desdobramentos de seu uso na subjetificação da mulher, com a imposição de um ideal de beleza para a subjetificação do corpo feminino.

3.2. O surgimento das redes sociais

As tecnologias relacionadas à comunicação, que possibilitaram instrumentalização da sociabilidade e de identidade, são consideradas um marco do século XXI. Estas tecnologias e mídias sociais, bem como os aplicativos como Instagram⁵, surgem como uma possibilidade de abranger contatos e proporcionar conexões em larga escala, formando uma verdadeira rede de relações e construções virtuais.

Buscando um resgate acerca do surgimento das redes sociais, temos que, na história das ciências sociais e humanas, este conceito surgiu na primeira metade do século XX, porém, utilizado em sentido metafórico, pois os autores não identificavam características morfológicas para situações específicas, nem havia relação entre as redes e o comportamento dos indivíduos (Portugal, 2007). Somente após a segunda metade do século XX o conceito passou a ser entendido com maiores proporções, analisado pela sociologia.

Para Portugal (2007), a construção do conceito de rede social se desenvolveu em torno de duas correntes marcadamente distintas: uma no campo da antropologia social, a partir de pesquisadores britânicos após a II Guerra Mundial, sob o qual paira a compreensão no presente trabalho, e uma segunda corrente que seria de origem americana, preocupada fundamentalmente com uma análise quantitativa a partir de uma abordagem estruturalista. Ainda na metade do século XX, a corrente da antropologia social mudou o foco dos sistemas culturais para os sistemas de redes de relações sociais, chegando à formulação do conceito de rede social, através da teoria das redes sociais.

Segundo a teoria das redes sociais, pelo viés antropológico social, de acordo com Castells (2003, p. 7), as redes eram ferramentas de organização com centralidade de poder, partindo de uma perspectiva hierarquizada dos processos sociais (familiares, parentescos, de produção), para atuar nas esferas individuais e centralizadas dos indivíduos. Com a introdução das tecnologias de comunicação e informação, as redes passaram a possibilitar um vínculo maior, com maior intensidade, abrangência e de forma multifacetada entre os indivíduos e sociedade.

Especificamente o termo rede social, conforme compreendemos hoje, foi utilizado pela primeira vez por J.A.Barnes, segundo nos situa Tomaél (2007, p. 3). A partir da

⁵ O Instagram é uma rede social da Meta que permite compartilhar fotos e vídeos com outros usuários, sejam eles seguidores ou não. Uma das principais características originais do Instagram é o uso de filtros para personalizar rapidamente as publicações. Disponível em <https://tecnoblog.net/responde/instagram-o-que-e-historia-e-como-funciona-a-rede-Social/> acesso em 05 de fevereiro de 2024.

utilização do termo por Barnes, passou-se a aplicar o “emprego metafórico da ideia de rede Social para enfatizar as ligações sociais de indivíduos, em qualquer sociedade, ramificam-se por meio dessa mesma sociedade” (Tomaél, 2007, p. 3)

Se pensarmos apenas na ideia de rede, Pierre Musso (2004) traz que o termo é reconhecido historicamente desde a medicina clássica, sendo utilizado por Hipócrates (460 a.c – 377 a.c) para designar as conexões venais do organismo humano. Musso também associa o termo rede à estrutura cerebral reticular, compreendendo a rede como um sistema pensante:

(...) desde o início da medicina, a rede está associada ao corpo e esse vínculo atravessará toda a história das representações da rede, designando ora corpo e sua totalidade como agenciamento do fluxo ou tecido, ora parte deste, principalmente cérebro (2004, p. 198).

O conceito de redes aparece também materializado enquanto forma e instrumento, seja de pesca ou material de malhas e tecidos que envolve o corpo. Ainda para Musso (2004), é a partir da possibilidade de observar que uma rede pode ser tecida não apenas “sobre o corpo ou dentro do corpo” que ela passa a ter um sentido autônomo como um “objeto pensado em sua relação com o espaço” (2004, p. 20) podendo, dessa forma, ser construída tanto naturalmente quanto socialmente.

O termo rede sugere o mesmo processo para organização de sociedade, como um emaranhado de laços e fios, conjunto de nós que forma um todo com suas interconexões, como as próprias relações sociais. Os “nós” são associados aos indivíduos, podendo também representar grupos, por exemplo. Os laços são os fluxos de recursos, as amizades e as relações estabelecidas com os “nós”, como um conjunto em perfeito funcionamento. (Wellman e Berkowitz, 1991)

As estruturas sociais podem ser representadas como redes – como conjuntos de *nós* (ou membros do sistema Social) e conjuntos de *laços* que representam as suas interconexões. Esta é uma ideia maravilhosamente libertadora. Dirige o olhar dos analistas para as relações sociais e liberta-os de pensarem os sistemas sociais como coleções de indivíduos, díades, grupos restritos ou simples categorias. Usualmente, os estruturalistas têm associado «nós» com indivíduos, mas eles podem igualmente representar grupos, corporações, agregados domésticos, ou outras colectividades. Os «laços» são usados para representar fluxos de recursos, relações simétricas de amizade, transferências ou relações estruturais entre «nós». (Wellman e Berkowitz, 1991, p. 4)

Desta forma, os estudos sobre as redes mostram que o modo como o desenho é feito condiciona o acesso dos indivíduos aos recursos que estas dispõem, conforme nos traz

Wellman e Berkowitz (1991), constatando que a morfologia das redes é que permite as relações entre os indivíduos, com posições semelhantes na estrutura social.

Para se compreender o significado de rede, deve-se pensar não em um conjunto independente, mas um conjunto de relações que se interligam. Não se pode compreender a estrutura e ignorar as relações que se estabelecem entre os seus elementos, tampouco deixar de analisar o conjunto de relações que se estabelece nestas redes.

Ainda, Wellman e Berkowitz (1991) mostram a importância do modo que se evidencia a relação entre a estrutura social e a configuração das redes pelos indivíduos, existindo similaridades entre elas. As redes formadas permitem uma interação indivíduo com a sua inserção nas estruturas sociais, demonstrando que estas inserções condicionam, de certa maneira, as escolhas dos indivíduos, garantindo-lhe um certo grau de liberdade, ou sensação de liberdade. Nesta mesma linha, Fontes e Eichner (2004) trazem que as escolhas dos indivíduos são condicionadas pelos contextos sociais em que estes estão relacionados: a área da sua residência, o local de trabalho, a rede familiar, por exemplo.

Assim, ao compreendermos as redes sociais enquanto um conjunto de nós, laços e concepções, teremos a representação de uma interação entre indivíduos através de um determinado sistema Social (Rizo García, 2006), descentralizado, ainda que tenha a ação de um poder sobre ele.

Mercklé (2004, p. 4) traz uma definição de rede social como “um conjunto de unidades sociais e de relações, diretas ou indiretas, entre essas unidades sociais, através de cadeias de dimensão variável”. As unidades sociais podem ser indivíduos ou grupos de indivíduos, informais ou formais. As relações entre os elementos das redes sociais podem envolver bens materiais (transações monetárias), troca de bens, transmissão de informações, ocorrendo de forma permanente ou provisórias.

Não podemos pensar apenas que as redes sociais seriam unicamente fruto do desenvolvimento tecnológico e informacional. A Tecnologia é uma condição necessária, mas não suficiente, para pensarmos o surgimento de uma organização em redes de relações.

Importante compreender que a concepção do surgimento das redes sociais traz a reflexão de um contexto econômico e sociocultural, refletindo uma nova estrutura, conforme nos traz Castells (1999):

Esta nova estrutura Social está associada ao surgimento de um novo modo de desenvolvimento, o informacionalismo, historicamente moldado pela reestruturação do modo capitalista de produção, no final do século XX (Castells, 1999, p. 51).

Para Bourdier (2012), as redes sociais são construídas através de estratégias de investimento nas relações sociais, não sendo um dado natural, passíveis de serem usadas enquanto fontes de benefícios pelo poder social. As tecnologias são criadas justamente para ampliar a capacidade humana em fazer algo, sendo a necessidade subjetiva, objetiva e/ou econômica o fator determinante para a sua criação.

Se pensarmos nas teorias de poder social de Foucault, com o desenvolvimento da modernidade industrial, fora necessária uma reconfiguração da atuação do poder social, acompanhando estas transformações da sociedade. Assim, não era mais possível o controle sobre o corpo do indivíduo em espaços fechados, de forma individualizada, ou até mesmo através de mecanismos em formato de Panóptico, com capacidade reduzida de gerenciamento de indivíduos, como nas sociedades disciplinares.

Conforme Deleuze (1992b) nos traz, a forma societária adapta-se à modernidade industrial, expansão territorial e populacional, passando de uma sociedade disciplinar para uma sociedade de controle, visando, inclusive, a atuação de forma mais econômica e eficiente, atendendo aos interesses capitalistas.

Nesta linha, passa-se para uma análise sobre a evolução do papel das redes sociais pós surgimento da internet: as chamadas redes sociais online.

3.3. As redes sociais com o advento da internet: as redes sociais online.

Em que pese o conceito de rede social tenha se disseminado a partir do século XX enquanto processo social, somente a partir das tecnologias da informação e comunicação, como a internet, a ideia de sociedade⁶ conecta-se com o entendimento de uma rede de interação, uma vez que a viver em sociedade somente é possível pela interação de um com o outro, formando um coletivo. (Simmel, 1983 p. 168).

Ainda que os meios de comunicação mais descentralizados já existissem, como o telégrafo, as redes sociais online adquirem um caráter massivo, de grande abrangência, ocorrendo ininterruptamente, transpondo muros e barreiras territoriais de forma ainda mais descentralizada.

Com o advento da internet, o conceito de rede social acaba tomando uma proporção

⁶Não nos debruçamos sobre o conceito de sociabilidade propriamente dito, mas na reflexão que Simmel se utiliza para pensá-lo. Para o autor, a “sociabilidade é uma construção Social que realiza-se por meio da vida cultural que viabiliza a junção das formas associativas concretamente existentes. Por ser uma produção cultural, um artifício Socialmente secularizado, constantemente gestado e perpetuado pelas sequências das gerações” (Simmel, 1983, p.170).

muito maior, pois as redes sociais passam a proporcionar interações muito mais flexíveis e adaptáveis, bem como mais permanentes, passando a corresponder com as necessidades de controle sobre a população, conforme Deleuze (1992b) mesmo apresentou em seus *pós-script* acerca da sociedade pós sociedade disciplinar.

A internet, desde a sua origem⁷ até a atualidade, está atrelada à capacidade de interligar as pessoas para determinados fins. Atualmente, a internet é um meio de comunicação global, conforme nos traz Castells (2003, p. 8), tornando-se a alavanca na transição para uma nova forma de sociedade e, com ela, uma nova forma de economia. As relações de comunicação de forma virtual passaram, assim, a ser a base da nova economia e a nova forma de articulação da transmissão da informação, identidade e comunicação.

Ocorre que, conforme Ugarte (2007, p. 40) analisa, a internet, ao trazer uma mudança na estrutura do processo de informação, traz também uma nova forma de distribuição de poder. Ao conectar milhões de pequenos computadores hierarquicamente iguais nasce, para Ugarte (2007), a era das redes distribuídas, que possibilita que o poder, agora, passe a ser um poder distribuído entre as pessoas, de forma ininterrupta e universal.

Para Recuero (2012), as conexões em uma rede social são constituídas através dos laços sociais, que são formados pela interação social entre os atores sociais⁸, mediada por uma tecnologia de comunicação de massa específica, estabelecendo conexões entre as representações destes atores. Estas conexões são mantidas pelo sistema, que oferece meios para a construção e manutenção das redes, como os sites e os aplicativos.

“no meio digital, as conexões entre os atores são marcadas pelas ferramentas que proporcionam a emergência dessas representações. As conexões são estabelecidas através dessas ferramentas e mantidas por elas” (Recuero, 2012, p. 206)

Por aplicativo entende-se por um software que exige instalação no aparelho móvel, rodando diretamente no sistema operacional, enquanto o site utiliza um navegador. Um aplicativo tem a performance muito superior e pode ser moldado de múltiplas formas, para

⁷ As origens da internet, conforme Castells (2003), remontam de 1969, quando a Advanced Research Agency (ARPA) em setembro de 1969 montou uma rede de computadores. “A ARPA foi formada em 1958 pelo Departamento de Defesa nos Estados Unidos com a missão de mobilizar recursos de pesquisa, particularmente do mundo universitário, com o objetivo de alcançar superioridade tecnológica e militar em relação a União Soviética na esteira do lançamento do primeiro Sputnik em 1957” (Castells, 2003, p. 13). Castells também relaciona a este contexto militar, o movimento contracultural e a produção acadêmica dos centros de universidades americanas para elaboração do projeto que viria consolidar a internet.

⁸ Recuero (2009, p. 30) traz o conceito de atores sociais, em que o sujeito aparece através de sua performance interacional diante dos demais. No presente trabalho, o termo atores sociais será utilizado neste sentido, enquanto uma construção do sujeito nas redes, formado pela sua performance e interação nas redes online.

expandir a experiência do usuário, por exemplo permitindo o uso de câmeras, GPS, recebimento de notificações, sensor de movimento e velocidade etc. (Castells, 2003).

Ainda segundo o Autor, os sites e aplicativos, enquanto sistemas, são sustentados pelas características das redes sociais, cuja função têm de apresentar, auxiliar e percebê-las, não representando, entretanto, estas redes pois, sem as conexões que elas proporcionam, continuam sendo apenas sistemas. Assim, para que os sites e aplicativos deixem de ser apenas sistema, estes precisam proporcionar as conexões e interações sociais, característica essencial das redes sociais online.

Boyd e Ellison (2008) traz que a característica principal das redes sociais são justamente as conexões, as articulações com os usuários e o fato de tornar visíveis e públicas estas conexões. Os atores sociais são aqueles que atuam, utilizam e se apropriam das redes sociais, que a constituem. Para Latour (1992), temos uma ascensão de atores sociais enquanto redes e a interseções de novos atores não humanos na internet.

Benevenuto *et all* (2011, p. 67-68) traz o entendimento de redes sociais online, tanto para os sites quanto aplicativos, tomando como base alguns elementos em comum, como: i. atualizações, que consistem na ferramenta que permite ao usuário estar conectado com todos os conteúdos novos, a todo momento; ii. Comentários e manifestações de expressões, como “likes”, que representam o meio principal da comunicação nas redes sociais; iii. Favoritos, que propiciam a organização de assuntos, auxiliando as redes sociais a identificar assuntos de interesse do usuário; iv. Metadados, que são as informações associadas às publicações, como as *tags*, descrições, títulos, que auxiliam na recuperação de conteúdos de informação.

Segundo Boyd e Ellison (2008), um site de rede social online possui enquanto função principal possibilitar um perfil que exiba uma lista de conexões de usuários do sistema e promova sua visibilidade e alcance, relacionando com outros usuários através de uma interface. A visibilidade do perfil irá variar de acordo com interesses, captados pelas redes, através da direção ofertada pelo próprio usuário, como interações e comportamentos destes.

Assim, o grande diferencial das redes sociais através da internet é permitir a construção de redes de visibilidade e manutenção de relações sociais (Recuerdo, 2012, p. 119), criando espaços públicos para estas relações, propiciando conexões entre os indivíduos. A internet permite que as informações sejam armazenadas, replicadas e buscadas pelos usuários, se tornando espaço relevante para a transmissão, configuração e troca de elementos comunicativos essenciais para a manutenção das conexões que dela fazem parte.

Tomemos como exemplo o Instagram, um importante aplicativo de rede social online, enquanto uma das primeiras redes sociais online voltadas para o acesso pelo celular. O

Instagram, conforme exposto, em que pese possa ser acessado através de site mobile (site móvel), foi criado voltado para uso através de celulares, justamente para estar presente na vida das pessoas de forma contínua, como parte essencial de sua vida, possibilitando acesso à câmera, GPS, notificações em tempo real etc. Este aplicativo tem grande abrangência e milhares de usuários, com foco na exposição pública das conexões firmadas pelos atores sociais. Assim, este aplicativo é definido através das características específicas das conexões e as especificidades das ferramentas de interações sociais, possibilitando o acesso contínuo.

Sua estrutura, segundo Recuero (2012, p. 103), está amparada em dois aspectos: a primeira seria a conexão entre seus atores, como relação de amigos, seguidores ou contatos; segundo seria através das trocas ocorridas entre estes, como conversações, curtidas e reações ao conteúdo apresentado, como likes e manifestações, enquanto ferramentas que auxiliam a mantê-la, com surgimento de novos atores sociais através de seu uso.

Segundo Simmel (2006, p. 11), estas relações entre os atores sociais é um aspecto importante na esfera comunicacional das redes sociais online, possibilitando a manipulação, vigilância e controle dos indivíduos através destas conexões. Os indivíduos agrupam-se socialmente e virtualmente, de acordo com a identificação ou de acordo com a inspiração conduzida pelo outro.

Morin (2011) enfatiza que as conexões através das redes sociais online atravessam o imaginário da própria existência, apresentando conceitos enquanto referências, estruturando o imaginário e trazendo referências para a atuação destes atores sociais. O imaginário se torna importante estrutura de manutenção das redes.

(...) o imaginário se estrutura segundo arquétipos: existem figurinos modelo do espírito humano que ordenam os sonhos e, particularmente os sonhos racionalizados que são os temas míticos ou romanescos. Regras convenções, gêneros artísticos impõem estruturas exteriores às obras enquanto situações-tipo e personagens-tipo lhe fornecem as estruturas internas. (Morin, 2011, p. 16)

Ainda, conforme situa Brignol (2006, p. 3), a internet consolidou um espaço comunicacional dotado de informação, que propicia configurar modelos renovados de interação, facilitando o acesso à esfera da produção midiática através de apropriações diversas de seus espaços comunicacionais, como blogs, chats, redes sociais online, correio eletrônico, sites pessoais, entre outros.

Segundo Añaña (2008), as redes sociais permitem conectar pessoas dentro do mundo virtual, possibilitando novas conexões sociais em que os indivíduos possam divulgar suas vidas cotidianas e compartilhar informações, sob afinidades de interesses. Ainda para Añaña

(2008), estas conexões ocorrem por identificação de propósitos e valores, permitindo considerável influência na subjetividade do indivíduo.

As comunidades virtuais se agrupam segundo afinidades de interesses, de conhecimentos, sobre projetos mútuos, em um processo de cooperação ou de troca, não havendo, por fim, barreiras geográficas [...]. Por serem comunidades por escolha, os membros das comunidades virtuais são capazes de abandoná-las sem aviso e com pouco custo pessoal. Porém eles se filiam a elas porque se identificam com os seus propósitos e valores, permitindo que as comunidades virtuais exerçam considerável influência na definição de quem uma pessoa é como ser humano (Ananã, 2008, p.171).

Para Portugal, a teoria das redes sociais tem como objeto explicar o comportamento dos indivíduos através das redes em que eles se inserem, e explicar a estruturação das redes a partir da análise das interações entre os indivíduos e das suas motivações.

Os usuários das redes online podem absorver os modelos de comportamento, ocorrendo a influência do virtual para a vida real social, com mudanças no comportamento cultural (música, leitura, roupas, alimentação, religião), dentre outros hábitos adquiridos (Adorno, Horkheimer, 2002). Todas as atividades realizadas de forma naturalizada pelos indivíduos, estariam sendo diretamente influenciadas, passando a ter um valor de mercadoria, que depende da situação Social vigente (Adorno, Horkheimer, 2002).

Outrossim, Castells (2005) traz um alerta muito importante acerca das redes sociais, que seria a seletividade destas ao permitirem programas específicos, comunicando e não comunicando ao mesmo tempo, ou seja, difundindo conteúdo por todo mundo, mas não incluindo todas as pessoas, tendo o caráter ao mesmo tempo de inclusão e exclusão.

Assim, as redes online têm o poder de excluir parte da humanidade, ao mesmo tempo que afeta toda a humanidade, através das relações de poder que interagem nas “redes globais da organização social” (Castells, 2005, p. 18).

Para Recuero (2012, p. 24), é essencial analisar as redes sociais online, compreendendo como as estruturas sociais surgem e como são mediadas pela internet, pois esta possibilita a geração de fluxos de informações e trocas sociais que impactam e comandam estas estruturas.

Estas possibilitam lugares de sociabilidade e interação cotidiana entre os atores sociais, transpondo muros e limitações geográficas, orquestrando, em sua rede, novas configurações destes espaços, com novas possibilidades de conexões, com novas dimensões entre as relações de poder e os processos de conexões que se estabelecem entre eles. Entretanto, são espaços de controle, vigilância, manipulação de comportamento, bem como

espaço de seletividade, em que pessoas são incluídas e outras excluídas, a depender da intencionalidade de quem opera estas redes.

Tendo em vista as considerações acerca das redes sociais online, como sites e aplicativos, criadas a partir de elementos e ferramentas que propiciem a manutenção das relações e conexões entre os indivíduos, imperioso se faz, visto o objetivo proposto neste trabalho, tecer algumas considerações acerca das características acerca do uso destas redes pelas estruturas de poder que atuam na sociedade, relacionando seu uso com as características das sociedades pós disciplinares.

3.4. As redes sociais online enquanto dispositivo de poder.

A visibilidade é uma armadilha. (Foucault)

Conforme Castells (2005) nos traz, as redes sociais online permitem a troca e compartilhamento de ideias e mensagens, através de diversos modos de comunicação. Estes, com o advento da internet, sofreram profundas transformações na sua forma e atuação, existindo agora através de sites, blogs, aplicativos, dentre outras formas, se tornando uma nova realidade, adaptável pelas condições culturais da realidade virtual. (2005, p. 24)

As redes sociais online criam sistemas de interação e fluxos de comunicação que propiciam aos usuários a conexão com outros usuários e o recebimento destas informações através de páginas, stories, feed de notícias, bem como diversos outros meios de informação que chegam até ele. É através destas conexões que as informações passam a circular nas redes. Os comportamentos e opiniões, segundo Castells, são formadas a partir destes ambientes comunicacionais, ocorrendo através destas trocas e interações.

Ocorre que, buscando um estudo através de Bauman (2014), com esta nova formatação através das redes online, os indivíduos passaram a se relacionar buscando a validação de sua existência.

Para Bauman (2014):

Hoy todo ha cambiado. ¿Crees que si René Descartes hubiera vivido en esta época, habría cambiado el famoso lema “Pienso, luego existo”, por “Me veo en la tele, luego existo”, y luego “Yo tengo mi propia página web, luego existo”. (BAUMAN, 2014, s.n.)

Tal como é mencionado no pensamento de Bauman (2014), após o surgimento das redes online, a existência do indivíduo enquanto sujeito passou a estar intrinsecamente ligada às conexões que possui e à sua sociabilidade.

Se analisar sob o prisma do pensamento de Bauman (2014), buscando o entendimento sobre os processos de construção do sujeito e sua subjetividade, as trocas de informações e conexões que as redes sociais apresentam, continuamente, agem na construção do indivíduo ao permitir interação social e comunicação social em larga escala, construindo identidades que representam o sujeito online, construindo os atores sociais, conforme já exposto.

Em um comparativo das redes sociais online com a teoria de poder de Foucault (1979), bem como a análise das sociedades de controle de Deleuze (1992b), aludirmos a ideia de que as redes sociais são planejadas e administradas num panorama de poder social visando justamente a construção do sujeito, uma vez que vivemos num meio Social permeado de mecanismos e dispositivos de controle, atuando permanentemente sobre os indivíduos.

Retomando um pouco acerca do poder disciplinar, Foucault, em *Vigiar e Punir* (1975), mostrou o desbloqueio tecnológico da produtividade do poder, pontuando que as monarquias, na Época Clássica, desenvolveram grandes aparelhos de Estado, como exércitos, política, administração local, instaurando uma nova “economia do poder”. As monarquias basearam-se em procedimentos que permitiam circular os efeitos de poder de forma contínua, ininterrupta, adaptada e individualizada em todo o corpo social, sendo muito mais eficazes e dispendiosas do que as técnicas até então utilizadas. Desta forma, caminhou-se do poder soberano para uma nova forma de poder, o poder disciplinar.

A partir do raciocínio de Foucault, pode-se compreender o surgimento das tecnologias digitais enquanto dispositivos de atuação do poder, nas sociedades pós sociedades de disciplina. Conforme já analisado, os dispositivos de poder, em uma conjuntura, passam por transformações, voltados a serem cada vez mais economicamente vantajosos e politicamente mais úteis. Com o surgimento da burguesia, esta necessitava desenvolver técnicas de controle ainda mais eficazes e econômicas para controle e vigilância da sociedade. Foucault elucida este fato através do exemplo da criação de aparelhos de exclusão dos loucos (manicômios, hospitais, penitenciárias), bem como da medicalização da sexualidade, atuando como micromecânica do poder.

Nesta linha de raciocínio, as tecnologias de comunicação foram criadas enquanto uma ferramenta de transmissão de poder, de forma econômica e eficaz em razão do seu vasto campo de atuação, com capacidade de gerir os conteúdos de acessos dos usuários, atuando de forma disseminada, ininterrupta e voltada para o controle dos indivíduos.

Tal fato conversa com a análise construída por Foucault (1999) acerca do progresso econômico Ocidental, surgindo, cada vez mais, novas formas de poder social, mais econômicas e cada vez mais sutis para a sujeição do indivíduo.

Se a decolagem econômica do Ocidente começou com os processos que permitiram a acumulação do capital, pode-se dizer, talvez, que os métodos para gerir a acumulação dos homens permitiram uma decolagem política em relação a formas de poder tradicionais, rituais, dispendiosas, violentas e que, logo caídas em desuso, foram substituídas por uma tecnologia minuciosa e calculada da sujeição. (Foucault, 1999, p. 243)

O modelo econômico e social, adotado nas últimas décadas, consiste em uma estrutura conectada para a realização dos seus negócios e processos, por meio das tecnologias de comunicação. Ainda que a internet possibilite uma estrutura diversa, descentralizada e horizontal, esta é utilizada pelo momento econômico e social, ainda que estes possuam a característica centralizada e verticalizada de poder. Este fato se dá justamente pela sensação da horizontalidade da internet, que a torna tão atraente para a sociedade, sendo utilizada enquanto meio econômico que continua verticalizado nas relações de poder, sendo apenas um dos instrumentos de manutenção deste poder.

Se trouxermos o patamar da discussão para as sociedades de controle, de Deleuze (1992b), podemos entender melhor a razão da eficiência das redes sociais online enquanto dispositivo de poder. Esta eficiência paira no fato de que o indivíduo experimenta a sensação de liberdade e autonomia, através das redes, ainda que sejam irreais, e estas sensações são justamente aquelas elencadas para a sustentação e manutenção do poder social, através do controle e vigilância.

Desta forma, através do surgimento das redes sociais online, este poder passa de centralizado e hierarquizado para ser distribuído de forma horizontal, pelos próprios sujeitos que sofrem sua incidência. Assim, os sujeitos são, ao mesmo tempo, agentes ativos e passivos na distribuição de poder, que ocorre em forma de micropoderes em todas as esferas de produção através das redes online.

Analisando sob a óptica genealógica de Foucault, com base em toda a formulação das teorias de poder de Foucault, disposta no primeiro capítulo, bem como a análise quanto a atuação do poder social na construção do sujeito, subjetividade e subjetificação, disposta na segunda parte do trabalho, tem-se a compreensão que as redes sociais online funcionam enquanto potentes e eficientes dispositivos de poder social. Estas atuam na ampliação do controle, vigilância e disciplinamento do indivíduo, possível através de sua ampla rede de conexões, em razão da sua descentralidade e de possibilitar um ambiente comunicacional global de produção e distribuição de conteúdo, de conexões que transcendem fronteiras. (Castells, 2005, p. 18)

3.4.1 O poder disciplinar nas redes sociais online.

Conforme Foucault (1975) analisa, o poder atua através de malhas de redes, em que os indivíduos circulam sempre em posição de exercer o poder e sofrer a atuação do poder, porém, para Foucault (1975), os indivíduos não são alvos inertes ou consentidos do poder, mas atuam enquanto centros de transmissão. Assim, conforme analisado no primeiro capítulo, o poder não se aplica sobre os indivíduos, mas passa e é transmitido por eles, sendo os indivíduos o campo de sua transmissão.

As redes sociais online atuam disciplinando os corpos, os desejos e ações dos indivíduos, quando disseminam informações e proporcionam conexões através de suas estruturas, como nos traz Benevutto *et all* (2011, p. 67-68).

As estruturas das redes sociais online, como as atualizações de status, comentários, manifestações de expressões, inserção de grupos e atividades favoritas, bem como análises de metadados pelos sistemas, enquanto espaços para a transmissão de comunicações, permitem a construção das relações sociais, atuando na disciplina dos indivíduos. Essas estruturas disseminam discursos e normas, sob a óptica do poder disciplinar de Foucault (1979), atuando, assim, na construção dos sujeitos.

A modalidade enfim implica numa coerção ininterrupta, constante, que vela sobre os processos da atividade mais que sobre seu resultado e se exerce de acordo com uma codificação que esquadrinha ao máximo o tempo, o espaço, os movimentos. Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as disciplinas. (Foucault, 1979, p. 225)

Outrossim, as instituições jurídicas, familiares e de trabalho se beneficiam pela estrutura da vigilância e do controle permanente que as redes sociais online proporcionam, bem como atuam através do monitoramento do indivíduo, proporcionado pela visibilidade destas. Estas instituições observam e controlam as interações, incorporando e reproduzindo as relações de poder.

Vejamos o exemplo disposto por Foucault (1979), acerca do controle da sexualidade através do discurso: Segundo Foucault, o discurso é utilizado enquanto uma “armadilha perigosa”, pois diz “Vocês têm uma sexualidade, esta sexualidade está ao mesmo tempo frustrada e muda, proibições hipócritas a reprimem. Então venham a nós, digam e mostrem tudo isto a nós, revelem seus infelizes segredos a nós” (1975, p. XX), ao mesmo tempo que utiliza a medicação para disciplinar esta sexualidade. Conforme se observa, para o Autor, o

discurso, ao mesmo tempo que acolhe a sexualidade, a reprime através da medicalização.

Desta forma, Foucault (1975) demonstra como o discurso é utilizado enquanto excelente instrumento de controle e de poder, pois diz como as pessoas se sentem, o que elas sentem, o que elas esperam, ao mesmo tempo explora o controle sobre elas, depreciando e vigilando o exercício desta sexualidade.

Ora, este mesmo mecanismo é realizado pelas redes sociais online que, através das conexões, transmitem informações dizendo o que as pessoas sentem, o que se espera delas, ao mesmo tempo que explora o controle e a vigilância sobre suas vidas.

O que faz com que os sites de redes sociais atuem de forma tão potente enquanto dispositivo de poder disciplinar é justamente o fato de que ele não traz o poder de forma unicamente repressiva, como uma força que controla explicitamente. Ao invés disto, ele permeia, produz, induz ao prazer, forma saber, produz discurso, traz a sensação de autonomia e liberdade ao usuário, se tornando uma rede produtiva. Esta rede produtiva atravessa o corpo social não como uma força negativa que tem função de reprimir, mas ao contrário, mas como uma sensação de liberdade e prazer.

Ainda para Foucault (1975), o dispositivo disciplinar está sempre inscrito em um jogo de poder, estando ligado a várias configurações de saber ao mesmo tempo que disciplina o indivíduo. As estratégias de atuação se incrustam e encontram suas condições de exercício através das micro relações de poder, produzindo novos efeitos e avançando sobre novos domínios.

As redes sociais online atuam, desta forma, disciplinando os indivíduos a desempenharem tarefas e papéis diversos, modulando o modo de viver ou morrer através da transmissão de discursos que trazem consigo efeitos específicos de poder. Constituem, assim, um campo de construção de subjetividades e objetificações dos indivíduos, investidos em práticas reais e efetivas, relacionando direta e imediatamente os indivíduos e produzindo efeitos reais.

Estas redes seriam, assim, importantes dispositivos disciplinares capazes de produzir discursos de verdade, dotadas de efeitos poderosos justamente pela facilidade das conexões e transmissão de comunicações, atingindo um número expressivo de pessoas, atravessando e constituindo o corpo social de forma econômica.

A força dos sites das redes sociais online está justamente em produzir dispositivos reguladores e normatizadores, um produzindo individualidades e outro atuando na massificação. As redes sociais online, assim, constroem o sujeito e o normaliza no padrão desejado.

Analisando o aplicativo de rede social online Instagram, temos seus inúmeros filtros de aplicação em fotos e vídeos, que mostram qual formato de nariz é o normal e aceito socialmente, por exemplo. Assim, neste aplicativo, os filtros podem ser utilizados enquanto uma sanção normatizadora, uma vez que atuam disciplinando para a normalidade desejada socialmente. Ocorre que, conforme Foucault traz, não há apenas a influência de sanções normatizadoras nos dispositivos disciplinares, mas há também o prazer.

No exemplo do Instagram, o prazer viria através da recompensa adquirida pelas diversas manifestações que as postagens conseguem quando estão adequadas às normas. A dualidade norma e validação acabam atuando na criação de saberes e verdades para o indivíduo, que internaliza todo o conteúdo consumido.

Como consequência, temos que o uso dos filtros em fotos e postagens, somado à validação que ocorre através das reações, acabam direcionando e manipulando os indivíduos à diversos procedimentos estéticos em busca de atingirem o padrão de normalidade imposto, sendo o formato de um nariz, formato de lábios, formato do rosto e corpo. Também, criam a dependência do indivíduo à falsa realidade apresentada, uma vez que é introjetada no imaginário, trazendo a validação de sua existência. O maior beneficiário seria, assim, a sociedade de consumo.

Outro exemplo do poder disciplinar seria a visibilidade. No contexto das redes sociais online, a visibilidade se torna um meio de disciplina e controle, em larga escala e com grande alcance. O controle sobre o corpo, sobre os gestos, atitudes, gostos e modo de vida passam a ser facilmente acessados através da visibilidade.

Traçando um paralelo entre a visibilidade das redes sociais ao conceito de panóptico, de Foucault (1979), temos que a exposição enquanto instrumento de controle como elemento comum. Segundo Foucault, a visibilidade é uma armadilha no dispositivo de panóptico (Foucault, 1979, p. 223-224), o que também é aplicado nas redes sociais pois, através da exposição, possibilita uma atuação potente do controle.

Ainda que o panóptico tenha uma arquitetura e estrutura própria, aqui pensamos apenas na ideia do panóptico, utilizando enquanto analogia, pois a visibilidade das redes sociais online garante o controle do tempo do indivíduo. Foucault já dispunha que o “poder se articula diretamente sobre o controle do tempo”. (1979, p. 243)

Recolhe-se a dispersão temporal para lucrar com isso e conserva-se o domínio de uma duração que escapa. O poder se articula diretamente sobre o tempo; realiza o controle dele e garante sua utilização. (Foucault, 1999, p. 243)

A visibilidade serve também ao mercado econômico quando atua na construção da subjetividade do indivíduo, voltando este para a validação de sua existência através do alcance da visibilidade e manifestação dos contatos, como consequência. Conforme Bauman (2014) dispõe, o indivíduo somente existe quanto é visto pelas redes, sendo levado a consumir tudo que lhe é mostrado para adequar-se às normas e assim ser cada vez mais visto.

Sob a realidade das redes sociais, os atores sociais podem ser individualizados ou acompanhados, mas constantemente visíveis e sempre conectados. Enquanto todos estão imersos em suas teatralidades pessoais, presente em seu imaginário e representado pelas redes, conectados entre si, não há a percepção da vigilância, do controle e do disciplinamento que age de forma ininterrupta.

Ainda, as redes sociais online utilizam um poderoso instrumento de controle, voltado à visibilidade, denominado de algoritmo, que têm por objetivo fazer com que os indivíduos permaneçam mais tempo conectados e, por conseguinte, mais tempo visíveis. O algoritmo funciona analisando o interesse da pessoa através das suas interações e dos conteúdos que expõem nas redes, servindo também ao mercado econômico uma vez que, com os indivíduos mais conectados, aumenta a exposição aos anúncios das redes, aumentando o desejo de consumo.

Assim, observa-se que as novas ferramentas tecnológicas, como as redes sociais, fazem parte de uma ordem mercadológica, que busca ferramentas menos dispendiosas, menos violentas e, por conseguinte, mais eficazes e eficientes para a sujeição do indivíduo.

A visibilidade das redes sociais, enquanto uma reinvenção do panóptico de Foucault, está nesta ordem mercadológica, da decolagem do mercado econômico contemporâneo, em que utiliza a visibilidade como instrumento de disciplina e construção do indivíduo.

Conforme exposto, o poder, através das redes sociais online, cria diversos mecanismos que atuam no disciplinamento do indivíduo, seja através de sanções normalizadoras, seja através de discursos, criação de saberes, validações, visibilidade, dentre outras formas de atuação, enquanto dispositivo de poder.

Desta forma, podemos compreender que, através das redes sociais, enquanto um dispositivo de poder, este atua através de um grande leque de possibilidades, voltadas para a disciplina e controle do indivíduo. Todavia, também podemos observar a atuação do biopoder através das redes sociais online, conforme abordaremos a seguir.

3.4.2 A atuação do biopoder através das redes sociais online.

Ainda sob a perspectiva das teorias de poder social de Foucault, podemos observar as manifestações do biopoder incidindo no controle sobre a vida, sobre a vida orgânica e Social, através das redes online.

Conforme já vimos, o biopoder atua por meio de dispositivos que controlam as massas, mas também atuando na esfera individual, seja através de mediações, estimativas ou cálculos. O biopoder mantém um controle sobre o indivíduo e sobre a população, assegurando e aprimorando a vida e a forma de viver em conformidade com o interesse social.

Segundo Foucault (1999), o biopoder atua sobre os indivíduos disciplinados e controlados, necessitando da atuação dos dispositivos de poder disciplinar para que atinja seus objetivos. Foucault ainda defende que o biopoder se sustenta na atuação dos dispositivos reguladores, produzindo individualidades, e normatizadores, atuando na massificação.

Foucault (1999) traz que o biopoder inverte a ordem da soberania, uma vez que faz viver ao mesmo tempo que deixa morrer, tendo por objetivo manter as pessoas vivas e decidir quando deixá-las morrer. A vida do indivíduo passa a ser administrada, mas não mais reivindicada pelo Estado.

Para ele, o racismo é um dispositivo a ser utilizado pelo Estado, enquanto biopoder, uma vez que opera em uma política pautada não na divisão biológica, uma vez que em termos biológicos somente teríamos a raça humana, mas numa política racista⁹, que decide quem deve morrer e quem deve viver.

A função do racismo seria operar nesta divisão, causando também uma relação de positividade entre a morte do outro e a vida do indivíduo, o “eu”. A eliminação do outro considerado indesejado, fora da normalidade imposta, permite a ascensão da vida de uma raça desejada, considerada superior. O biopoder atua, através do racismo, no direito de matar aquele que considera indesejado, no caso do racismo, pessoas negras¹⁰.

Foucault (1999) traz que os estados mais racistas são os mais assassinos, demonstrando a força de decidir quem deve morrer do biopoder. Assim, o biopoder opera imputando um discurso de superioridade da raça branca sobre a raça negra, para além de qualquer traço biológico, normatizando uma raça enquanto pura e hierárquica em detrimento

⁹ Em termos biológicos, entende-se que existe apenas uma raça, a raça humana. No entanto, no Século XVIII e principalmente no Século XIX, alguns intelectuais europeus criaram teorias baseadas na ideia de existirem diferenças biológicas entre os seres humanos, denominada de “racismo científico”. (Silva, 2010)

¹⁰ Utiliza-se no trabalho o termo negro, por compreender mais enfático e político na identidade da pessoa negra em todos os sentidos, conforme nos traz Mendonça (2016).

da outra, para que se possa matar o outro. O racismo, segundo Foucault, é a condição para que se possa matar aquele colocado enquanto indesejado, atribuindo a este uma inferioridade como forma de justificar sua exclusão.

Diante de toda análise acerca das redes sociais já disposta, vejamos como se comporta em relação ao racismo: temos diversos sites de redes sociais que permitem conteúdos como disseminação do racismo, seja através de discursos biológicos, seja através da disseminação da informação de normatização de padrão, imputação de crimes e condutas consideradas indesejadas às pessoas pretas, dentre diversas outras comunicações de massas.

Estes conteúdos operam sobre os indivíduos, imputando formas de agir, condutas e desejos que levam ao conceito de hierarquia de raças, manipulando e eliminando, quando necessário, a raça considerada inferior. Assim, legitima-se o direito de matar, ainda que não de forma explícita, mas como proteção dos privilégios das raças e classes consideradas superiores.

Outrossim, analisando os algoritmos das redes sociais, estes possuem um viés excludente, excluindo aquele considerado indesejado, desnecessário. Os algoritmos das redes sociais online atuam propagando o racismo através da exclusão realizada. Estes algoritmos excluem pessoas negras dos sites de buscas, diminuem a visibilidade destas nos aplicativos das redes sociais, proporcionando menores interações e conexões, criam filtros para fotos clareando as peles pretas, bem como modificando o formato dos rostos, como nariz mais fino, dentre outras formas. Demonstrando o alegado, o próprio Google, em 2015, precisou se desculpar diversas vezes pelo viés racista imbuído em seu buscador de imagens¹¹.

Outro exemplo do biopoder nas redes sociais online é a análise dos algoritmos enquanto controle populacional. Segundo o professor titular da USP, Vigílio Almeida (2022), os Estados Unidos utilizam os algoritmos das redes sociais para determinar se um acusado merece ou não um habeas corpus, ou ainda calcular o tamanho da pena do acusado com base nas suas interações sociais. O professor ainda traz que no Brasil alguns tribunais têm demonstrado interesse no uso desta ferramenta para monitorar o comportamento dos acusados de crime.

Podemos compreender que o poder, em escala social, atua como um feixe de relações, em malhas e nós entre os indivíduos, mas também atua, ao mesmo tempo, de forma desigual, implicando em uma dominação entre um agente e outro. Foucault especifica que o poder funcionaria enquanto ilhas de poder: enquanto umas funcionariam através de regiões geográficas, outras através de relações piramidais, outras como redes de alianças, a depender

do poder social dominante.

Ainda nesta linha reflexiva, podemos pensar que, até o surgimento das redes sociais, as relações humanas eram estabelecidas através de uma determinada estrutura midiática hierárquica, correspondendo à organização da sociedade, com produção centralizada emitida para as massas por meio de uma estrutura de comunicação unidirecional. Assim, tanto a estrutura midiática quanto a organização social mantinham uma relação parecida, sendo ambas verticalizadas na sua produção e organização.

Com as redes sociais online, as relações passam a ser mais horizontalizadas, divergindo das estruturais sociais verticalizadas, proporcionando experiências diferentes daquelas que os indivíduos experimentam na vida cotidiana. Esta horizontalização traz ao indivíduo uma falsa sensação de liberdade e autonomia, tornando a atuação enquanto dispositivo de poder ainda mais potente e perigosa.

Isto posto, percorre-se a seguir, a partir deste ponto, sobre como ocorre a subjetificação através das redes sociais online.

3.5. A subjetificação através das redes sociais online.

Como definir esta qualidade que reside, não na vida, mas na imagem da vida? (Edgar Morin)

Desde muito antes do advento das redes sociais online, vemos as estratégias de controle e construção da imagem do indivíduo atuando por diversos meios tecnológicos, como cinema, revistas e programas de TV. Estes meios tecnológicos são utilizados enquanto vetores na construção da subjetividade e subjetificação dos indivíduos, especialmente das mulheres, tendo sido criados enquanto ferramentas de atuação do poder social sobre o indivíduo.

Conforme já disposto por Bauman (2014), se René Descartes vivesse na atual época das redes sociais, haveria trocado a famosa frase “Penso, logo existo”, pela frase “Posto, logo existo” e, futuramente, por “Tenho minha página na internet, logo existo”.

Bauman (2014) analisa os efeitos das redes sociais online sobre a sociedade. Para o Autor, em momento histórico muito anterior, as comunidades sociais eram fortes, com laços sólidos de associações humanas, solidários e com grande percepção Social. A segurança era preservada e a coletividade fortalecida. Com as mudanças sociais, os laços sociais foram enfraquecendo, gerando a predominância do individualismo e da liquidez dos desejos. Por conseguinte, com o advento das redes sociais, as conexões humanas passaram a se formar

¹¹ <https://racismoambiental.net.br/2018/01/17/google-conserta-seu-algoritmo-racista-apagando-os-gorilas/>

enquanto redes, em que se participa enquanto indivíduo, com senso de comunidade praticamente inexistente. Isto enfraquece o indivíduo e o torna suscetível a dominação do outro, suas influências e manipulações, justamente porque enfraquece a comunidade, prevalecendo o individualismo.

A liquidez dos desejos, para Bauman (2014) é outra forma de construção do sujeito, uma vez que a coloca este constantemente na insatisfação, necessitando consumir cada vez mais para se sentir bem e completo, enaltecendo o capital econômico. Uma vez que a segurança deixa de existir, o indivíduo passa a ter medo do abandono, da rejeição, do descarte. Os sociólogos, segundo Bauman (2014) denominam esta necessidade de constante pela aprovação como metapreocupação, que significa uma busca constante e infinita pela segurança e satisfação, através das redes sociais online.

Bauman (2014) traz também o surgimento de novos atores sociais através das redes, denominados de celebridade. Para o filósofo, as celebridades surgem em decorrência das sociedades de consumo, que necessitam criar seus produtos. Assim, cria-se a celebridade e o seu culto, induzindo as pessoas a admirarem e se enxergar nestas celebridades, através do imaginário, para o bem dos negócios e dos lucros.

Através dos medos e inseguranças, que geram a necessidade de aceitação e pertencimento, as celebridades trazem ao imaginário o ideal a ser alcançado, atuando no papel de mercadorias voltadas ao consumo. Enquanto mercadorias, introduzem metas, sonhos e objetivos aos seus admiradores. Estas introduções são sempre inalcançáveis, justamente para gerarem novas inseguranças, novos medos e nova necessidade de aceitação e visibilidade, num ciclo sem fim.

Diante da exposição destes novos atores sociais, denominados “celebridades, os indivíduos são encantados, seduzidos, constantemente divertidos e levados a interagir com marcas e pessoas. São, assim, guiados em suas ações, submetidos constantemente a novos produtos, sujeitados para a insegurança e pela busca constante por ideais inalcançáveis. Estas estratégias ocorrem através de técnicas sutis de disciplina e controle que direcionam as suas ações, atuando enquanto esferas de micropoderes, disseminados sutilmente e absorvidos de forma imperceptível.

A facilidade de conexão digital e o alto engajamento de participação que as redes sociais online ensejam, tornam a disseminação de formatos de regras disciplinares e de controle ainda mais forte do que acontecia na era analógica, atuando de forma cada vez mais efetiva e permanente no sujeitamento do indivíduo e na construção da sua subjetividade, compreendendo o sujeito enquanto objeto a ser manipulado nesta rede.

Quando temos esta junção da construção da subjetividade do indivíduo, voltada para sua objetificação, temos o que já denominamos da subjetificação do indivíduo, que compreende enquanto a subjetividade voltada enquanto produto social.

3.6. A subjetificação da mulher através das redes sociais online.

*É muito mais difícil destruir o impalpável do que o real.
(Virginia Woolf)*

Quando analisamos as diferentes formas de relações de poder e sua atuação, compreendemos que esta relação ocorre, entre os gêneros, através de uma estrutura piramidal, incidindo de forma desigual através de um constante processo técnico e universalmente difundido de dominação e submissão na construção da mulher, conforme estudado no segundo capítulo do trabalho.

As mudanças tecnológicas obedecem à lógica do modelo tradicional entre o masculino e o feminino, segundo Bourdier (2012). Os homens continuam a dominar o espaço tecnológico e a área de poder, sobretudo econômico e produção, enquanto às mulheres restam o mercado relacionado ao espaço privado, como o doméstico, e o lugar de reprodução, em que se perpetua a lógica de bens simbólicos ou as espécies de extensões deste espaço, que são os serviços sociais (sobretudo hospitalares de assistência) e educativos, ou ainda os universos da produção simbólica, como áreas literárias e artísticas etc. (Bourdier, 2012)

Apologias à feminilidade, instinto maternal, docilidade e fragilidade enquanto atributos da personalidade feminina, bem como ao corpo perfeito, domesticado, suave e sexy, estão em todas as esferas das mídias, desde as antigas e tradicionais como cinema, revistas e programa de TV, às novas mídias móveis, como as redes sociais online.

Buscando uma análise histórica, as últimas décadas do século XX instituiu a televisão como necessidade nos lares ocidentais, com novelas e filmes adentrando os lares e fazendo parte do cotidiano das pessoas, enquanto um meio de relaxamento e lazer. Em relação às mulheres, em forma de entretenimento, a tecnologia estava a serviço de cultuar um ideal de beleza feminina através de imagens e publicidade. Assim, programas televisivos voltados a este público, com conteúdo culinário ou relacionados à maternidade e vaidade eram destinados a construção de um ideal de mulher bela e maternal.

Outra criação tecnológica voltada a distração e diversão dos lares, em especial às mulheres que eram mais restritas a estes, foram as revistas. As revistas traziam matérias sobre como cuidar da casa e dos filhos, como ser uma boa esposa e como ser bela (Bourdier, 2012),

sempre destacando um ideal de mulher e um ideal de beleza e corpo enquanto passaporte para a felicidade. As imagens, passadas de forma constante pelas revistas, levavam as mulheres ao sentimento de insegurança quanto a sua imagem real, bem como a necessidade de seguir aquele ideal para ser aceita e ter a felicidade ali prometida pelas suas páginas.

Tal estratégia comunicativa, com o advento da internet e das redes sociais online e internet, apenas sofreu reconfiguração, passando a ter um alcance ainda maior e mais eficiente, através da exposição e visibilidade. Sibila (2008, p. 31) traz a exposição como característica da comunicação contemporânea, apelidando o mundo das redes sociais como “Show do eu”, em que as pessoas expõem suas vidas e seus corpos, buscando uma validação de sua existência, conforme também disposto por Bauman (2014).

Ainda, para a Autora (2008) neste “Show do eu”, o personagem é ao mesmo tempo o narrador, autor e personagem, uma vez que não deixa de ser uma ficção, uma entidade ilusória construída na linguagem, a partir das conexões e relações estabelecidas.

Ocorre que a facilidade de conexão digital e as relações interpessoais que ocorrem através do alto engajamento que as redes sociais ensejam, bem como a visibilidade proporcionada, acabam por disseminar os formatos e os padrões de beleza e corpo de forma muito mais potente do que acontecia nas tecnologias analógicas.

Assim, atuam na subjetividade da mulher, através da imposição de um papel social a ser desempenhado, como a maternidade e casamento, como também na subjetificação do corpo, através da imposição de um padrão de beleza e imagem.

As redes sociais, através da visibilidade, introduzem na mulher a necessidade do olhar do outro para se constituir. Para Goffman (1985), um indivíduo, ao se apresentar diante de outros, terá muitos motivos para procurar controlar a impressão que estes recebem da situação. Assim, o indivíduo vai se sujeitando para existir perante o outro.

A validação gera satisfação e segurança, a sensação de segurança é obtida através da reação dos contatos conectados que demonstram aprovar ou desaprovar (quando deixam de reagir). Quanto maior o número de aprovação, maior a sensação de segurança, satisfação e, consequentemente, sentimento de existência e pertencimento.

A visibilidade, comparada com o panóptico de Foucault, conforme já analisado, é o princípio de disposição sobre o desejo de atrair o olhar do outro. Esta visibilidade traz a necessidade de corresponder ao padrão e ideal imposto, visando conseguir a aprovação do outro.

A mulher na sociedade é colocada no lugar do “não-ser”, servindo apenas enquanto objeto de consumo e propriedade. A visibilidade das redes sociais online traz à mulher o

sentimento de pertencimento e existência, o que faz com que seja tão forte em sua atuação na subjetificação, pois, através de símbolos imaginários, induz a sensação de existência. Desta forma, ainda que continue a existir apenas enquanto produto mercadológico, a mulher tem sua insegurança e não existência suprida pela falsa sensação de autonomia, liberdade e constituição de sujeito.

Esta busca pelo desejo do outro, pela validação de sua existência através do olhar do outro, através da visibilidade proporcionada, como ocorre na rede Instagram, é utilizada enquanto poderoso dispositivo de poder na construção da subjetificação da mulher e de seu corpo da mulher que, motivadas pela sensação de existir, não enxergam que continuam ocupando o mesmo papel de outrora.

Assim, a tecnologia de comunicação, potencializada pela internet, atua na construção da mulher de forma que se torne o produto de si mesma, transformando em objeto de consumo moldado tanto em subjetividade do seu ser, quanto subjetificação de seu corpo, pelos referenciais da cultura feminina mercadológica, conforme será analisado a seguir,

3.6.1. A incidência das redes sociais online sobre o corpo feminino.

*É nosso dever tornar este mundo melhor para as mulheres.
(Christabel Pankhurs)*

Conforme Foucault (1979) dispõem, entre os séculos XVII e início do século XX, acreditou-se que a investida do poder sobre o corpo deveria ser densa, rígida, constante e meticulosa, conforme era feito nos espaços fechados de disciplina, como prisões, escolas, conventos, quartéis e até mesmo nas famílias. A partir dos anos sessenta, começou-se a perceber que este controle tão rígido sobre o corpo não era indispensável, podendo existir a atuação do poder sobre o corpo de forma mais tênue, sutil, econômica e até mais eficaz. Entendeu-se, assim, que este controle do corpo poderia tomar outras formas.

Ainda segundo Foucault (1979), o corpo é o maior objeto de poder, configurando muito além de uma máquina biológica ou um mero suporte. Este sustenta expressões simbólicas através de roupas, ornamentos, acessórios e, especialmente, na própria forma que assume: gordo, magro, alto, baixo etc. Este pensamento de Foucault nos faz refletir como as redes sociais online podem servir ao poder enquanto dispositivo de controle sobre os corpos, especialmente sobre os corpos femininos.

Desta forma, dialogando com Foucault quanto as modificações das formas de controle sobre o corpo e a sexualidade, as redes sociais online possuem um papel fundamental no controle desta, uma vez que atuam na construção deste corpo como realidade sexuada e como

depositário de princípios de visão sexualizantes, conforme analisa Fischler (2008, p. 362-369).

A produção dos corpos através das redes online é a produção da visibilidade vazia, visibilidade da imagem sensual e sexualizada. A sensualidade e sexualidade são colocadas como armas de sedução, vistas como instrumento para cativar o desejo permanente do outro, conforme Morin (2011) nos traz:

(...) a celebração da beleza física feminina não perdeu nada de sua força de imposição, sem dúvida, reforçou-se, generalizou-se e universalizou-se, paralelamente ao desenvolvimento dos trajes de praia, das estrelas e pin ups exibidos na mídia. [...] A prostituta não faz senão exagerar o apelo sedutor da mulher normal. Esta se faz bela como que para suscitar um “desejam-me” permanente. (...). A mulher e o modelo desenvolvida pela cultura de massa estão orientados de modo bastante preciso para os caracteres sexuais secundário(...). (Morin, 2011, p. 136)

Fischler (2008, p. 362-369) pondera que o corpo feminino é colocado socialmente enquanto um objeto sem sujeito, sem identidade, mas subjetificado em sua sensualidade e sexualidade enquanto produto a ser consumido.

Nestes ambientes de redes sociais, não emerge apenas a exposição natural das pessoas com relação aos seus corpos, mas ocorre a modelização destes corpos, que se tornam mídias moldáveis e mutantes, a comunicarem em busca de sucesso Social, felicidade, autoaceitação/negação, dinheiro, dentre uma infinidade de possibilidades.

Com o advento das redes sociais online, o corpo passou a ser exposto, medido, fotografado como nunca fora antes. O surgimento da internet proporcionou um espaço de interação imediata voltada ao consumo do corpo. Neste universo, as redes sociais online ofertam diversos tipos de aplicativos que disseminam exercícios de regras impostos por uma linguagem unificada de culto à perfeição.

No artigo “Com que corpo eu vou”, Maria Rita Kehl (2005) traz que o corpo costuma ser a primeira condição de felicidade, uma vez que a imagem que se apresenta à sociedade vai determinar a felicidade, por despertar o desejo de alguém e construir a ideia de si próprio. Ainda, a Autora traz que a possibilidade de esculpir um corpo ideal, assim como atingir um padrão de beleza, confunde-se com a construção de um destino, de um nome, de uma obra, trazendo existência para o indivíduo.

Se antes o padrão era imposto através das revistas, hoje temos este padrão disseminado de forma permanente e universal, através de perfis de redes sociais e filtros que modificam as próprias imagens, adequando ao padrão e proporcionando identidade com as

celebridades, conforme apresentado por Bauman (2014).

As celebridades, conforme já dispostos, utilizam as redes sociais com o propósito de vender uma vida e uma imagem ideal. Diferentemente do que ocorria com as revistas e programas televisivos, esta venda ocorre, agora, sem intermediários, mas de forma direta e permanente pelas redes online.

No caso do Instagram, as celebridades, denominadas “influencers”¹², como o próprio nome diz, influenciam seus seguidores a copiarem seu estilo de vida e sua imagem. A maior diferença entre as propagandas de televisão com pessoas que não conhecemos e os perfis de influencers, é que o influenciador digital está próximo do seu público de uma forma nunca vista antes. Pode-se acompanhar a rotina dos influencers todos os dias, sabendo do que eles gostam e não gostam, o que eles fazem quase o tempo todo e qual a opinião deles sobre diversos assuntos, inclusive corpo e beleza.

A proximidade, definitivamente, é o maior diferencial do influenciador. Esse laço entre o produtor de conteúdo e seus seguidores contrapõe a insegurança disposta por Bauman (2014). O indivíduo passa a confiar nas indicações daquela pessoa mesmo sabendo que ela está sendo paga para divulgar determinado produto ou serviço, bem como a confiar que, caso consiga reproduzir tudo que lhe é mostrado, desde a forma de vida quanto a aparência, terá o mesmo sucesso que é apresentado.

Estes influencers, enquanto atores e atrizes sociais, apresentam-se sempre sensuais, alegres e felizes, associando a beleza e o corpo nos moldes do padrão imposto, enquanto conceito de felicidade e sucesso ditados pela cultura de mercado. A beleza e o corpo padrão são vendidos como fundamentais para a felicidade feminina.

Partindo de todo o exposto até aqui, analisando o Instagram, este é criado para a visibilidade das pessoas, possuindo diversos filtros para modificação da imagem, enquanto sua como marca registrada¹³. Esta rede social online, através de seus filtros, pode ativar a

¹² Os influenciadores digitais são pessoas que criam conteúdo para a internet com o intuito de atrair um público que se identifique com os assuntos abordados. À medida que os seguidores vão crescendo o poder de influência dessa pessoa também vai, dessa forma o criador de conteúdo passa a influenciar nas decisões de compra e comportamentos de quem o acompanha. Os influencers surgiram quase que junto com a criação da internet e das redes sociais. Desde a época do Orkut existiam perfis com uma quantidade significativa de seguidores, mesmo que despreziosamente. Disponível em <https://ninho.digital/influenciador-digital-como-funciona-essa-nova-profissao/>

¹³ Segundo a página de abertura da rede Social Instagram, “esta é uma maneira rápida, bonita e divertida de compartilhar sua vida com amigos e familiares. Tire uma foto ou vídeo, escolha um filtro para transformar seu olhar e sentir, em seguida, enviar para o Instagram — é assim tão fácil. Você pode até mesmo compartilhar no *Facebook*, Twitter, Tumblr e muito mais. É uma nova maneira de ver o mundo. Ah, sim, isso sem mencionar que é grátis”. Disponível em <http://instagram.com/> Acessado em 28.01.2014, às 17h54.

imagem do usuário por transformações do ambiente e do indivíduo, registrados e tecnicamente alterados pela artificialidade dos aplicativos, fortalecendo uma imagem superficial e objetificada.

Ocorre que a possibilidade de a realidade vivida não corresponder à imagem pretensa faz com que se utilize dos recursos apresentados para se modelar adequadamente as suas pretensões estéticas. Uma vez que há a oferta dos filtros, por exemplo, altera-se a imagem pessoal, de modo a ficar imperceptível tal alteração, passando a impressão de ser o normal. Assim se estabelece o processo de interferências devidamente calculadas para enquadramento aos padrões sociais da beleza e do corpo feminino, em seu imaginário.

As redes sociais, como o Instagram, exercem, assim, o controle sobre o indivíduo em razão da técnica que movimentam os recursos virtuais de imagem. Em consequência, a dependência em relação aos outros (homens e mulheres) tende a se tornar constitutiva de seu ser. É através do olhar do outro que a mulher se vê na necessidade de enquadrar em um padrão, experimentando a distância entre o corpo real, a qual possui, e o corpo ideal, o qual busca incessantemente alcançar.

Assim, as redes sociais online direcionam a constituição do corpo feminino, bem como a maneira de se portar e exibir o corpo, conforme a avaliação do outro, através do apreço que sua aparência corporal receberá. A insegurança é reforçada com o julgamento social como forma de desagrado, de invisibilidade e exclusão, enquanto que a sensação de pertencimento é obtida pelas manifestações positivas, como os “likes”.

O ideal de beleza e padrão corporal, cultivado pelas redes sociais, é voltado à manutenção do poder patriarcal, permeado pela docilidade e submissão, envolto em rituais de beleza e enaltecimento da estética. As redes sociais reforçam e naturalizam os corpos femininos como modo de liberdade e sensualidade, com os referenciais desejados inseridos, levando ao que Lipovetsky (2006) compreende como a coisificação e homogeneização do feminino.

A exaltação da beleza feminina restitui no próprio coração do narcisismo móvel e “transexual” uma divisão importante dos sexos, uma divisão não apenas estética, mas cultural e psicológica. (LIPOVETSKY, 2006, p. 137)

Através das redes online, a imagem passa a ser um princípio para atuação e para construção de uma identidade virtual. Os valores virtuais traçam os valores físicos e morais da feminilidade, que são absorvidos pela fluidez constante e permanente de imagens deste ideal. Na cultura contemporânea, esse objeto ultrapassa os limites biológicos, não sendo mais natural: é normatizado e homogeneizado, estruturado por medidas corporais cada vez

mais utópicas.

As redes sociais se apresentam como símbolo do que Bauman (2001) chama de “comunidades estéticas”, em que o vínculo é breve e ilusório, e não há presença de senso de responsabilidade e ética. Assim, o vínculo real é inexistente, compreendendo enquanto um espaço de relações em que o indivíduo é colocado a todo momento em estado de insegurança, com medo do abandono, da exclusão e da indiferença, caso não corresponda ao ideal construído e divulgado.

Para o filósofo, estes fluxos de interação acabam por mudar a percepção da identidade das pessoas, pois o ideal apresentado é colocado enquanto normal e possível, próximo ao seu público, dependendo apenas dele de alcançá-lo.

Assim, desde as telas do cinema até as das redes sociais, a construção da imagem da mulher e seu corpo enquanto objeto é inserido na imaginação da construção da imagem feminina. A forma com que a mulher compreende seu corpo, enxerga e se relaciona seria, conforma estudado, construída Socialmente através do processo de subjetificação.

Este processo consiste na construção de uma identidade à mulher e ao seu corpo, enquanto um produto de si, objetificada, derramada na imaginação e absorvida imperceptivelmente, assimilada sem contestação, de modo normalizado e disseminado pela sociedade mercadológica de consumo.

Voltando para Foucault (1975), os valores culturais emergem como inscrições no corpo, sendo o corpo uma superfície inscrita de eventos. O corpo, assim, se transforma para desempenhar bem as tarefas impostas, sendo submetido, utilizado, transformado e aperfeiçoado. Se pensarmos na manutenção de poder de uma sociedade, concebendo a utilidade dos sujeitos como seres que produzem economicamente, o corpo se ajustará a esta sociedade, sofrendo modulações intensas a refletir os valores sociais. (Foucault, 1975, p. 118).

Uma vez que vivemos sobre a ação de relações de poderes sociais, sendo que entre os gêneros existe a atuação da dominação e opressão, estes atributos impostos sobre as mulheres constituem uma forma de dominação masculina, voltadas para o engrandecimento do masculino sobre o feminino.

A estrutura de dominação masculina é o princípio último das redes sociais, que atuam em dominação/submissão, separando e unindo homens e mulheres em universos sociais. Wolf (2018) denomina esta separação como uma “linha de demarcação mística”.

Como fecho deste capítulo, compreendemos que o corpo da mulher é colocado enquanto objeto a ser consumido, manipulado para ser visto enquanto produto mercadológico, internalizado subjetivamente enquanto identidade feminina, subjetificado

enquanto produto de consumo e sedução.

A partir desta conclusão, torna-se necessário analisar a imposição do padrão de beleza à mulher, e os dispositivos de poder a incidirem sobre este padrão através das redes sociais online, como forma de perpetuação da subjetificação da mulher e seu corpo.

3.6.2. O ideal de Beleza como instrumento de subjetificação.

Os dominados aplicam categorias construídas do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação, fazendo-as assim ser vistas como naturais (Bourdier, 2012)

Em relação a concepção de beleza, importa considerar que o que consideramos enquanto belo advém de uma construção Social, conforme Wolf (1992) nos traz, sendo construído em conformidade com os interesses da sociedade, em encontro aos interesses daqueles detentores do poder social. Assim, o entendimento de belo e beleza são modificados ao longo da história, em consonância com as próprias modificações sociais.

Por consequência, os novos espaços comunicacionais, como as redes sociais, se colocam a serviço da construção do ideal de belo e beleza, construindo a imagem do indivíduo. Uma vez que permitem que qualquer pessoa possa ser vista, lida e ouvida por milhões de pessoas, constrói-se um ideal sobre a imagem da pessoa como uma marca, uma personalidade visível, como também um objeto de consumo.

Segundo Bourdier (2012), incorporamos, sob a forma de esquemas inconscientes de percepção e de apreciação, as estruturas históricas da ordem masculina, como se fossem naturais. Dentre estas estruturas estão a imposição de padrões de comportamento e padrões corporais, bem como a própria concepção de beleza feminina.

Ainda segundo a Autora, a dominação masculina, que constitui as mulheres enquanto objetos simbólicos a serem percebidas por este olhar, como condição de existência, tem como efeito colocá-las em permanente estado de insegurança corporal, em dependência simbólica: elas existem primeiro pelo, e para, o olhar dos outros, ou seja, enquanto objetos receptivos, atraentes, disponíveis. (Bourdier, 2012) Neste diapasão, cria-se ideais e padrões inalcançáveis, voltados para a manutenção desta insegurança.

Para o homem a aparência pauta-se nos trajes, que tendem a apagar o corpo em proveito dos signos sociais de posição (roupas sociais demonstrando poder, ornamentos que induzem a demonstração de força, uniformes que demonstram altivez etc.). Nas mulheres,

diversamente, a aparência e a beleza são exaltadas, hipervalorizadas e levadas enquanto essenciais, direcionadas enquanto linguagem de sedução do outro. Desta forma, é atribuído um padrão de beleza a ser seguido pela mulher, como pressuposto essencial para o sucesso.

O ideal de beleza é imposto às mulheres enquanto um sonho, um desejo e como condição imprescindível para o sucesso em seu destino. O ideal de beleza é imposto enquanto item necessário para que a mulher alcance este destino. A incoerência está justamente no fato de que não poderá nunca ser alcançado, por ser irreal em sua essência. Segundo a Autora Maria Rita Kehl (2005), o corpo estaria incluso, também, neste padrão de beleza inalcançável, uma vez que é perfeitamente moldável a serviço desta perspectiva.

As redes sociais possuem papel de destaque nesta busca inalcançável de um ideal de beleza e padrão de corpo, ao dispor, em livre acesso, a possibilidade de mudança do visual através dos inúmeros filtros disponíveis. Estes filtros modificam a imagem real, proporcionam um aprimoramento e embelezamento de uma aparência, servindo de instrumento, para as mulheres, para alcançarem o tão desejado padrão de beleza e corpo incorporado como valor fundamental para sua construção de “ser”.

Ocorre que, em que pese o padrão de beleza imposto seja irreal, a mulher perfeitamente adequada neste padrão é vendida enquanto realidade nas representações midiáticas, principalmente com o advento das redes sociais online. Essa mulher é vendida como bonita, engraçada, divertida, mãe amorosa e amante voraz, ela come pouco, malha muito e tem um corpo escultural, com medidas que desafiam a biologia; fala baixo, é doce e gentil, e nunca está com raiva. Buscar este padrão, ainda que inatingível, exige da mulher um grande sacrifício e tempo.

A ideia de um padrão de beleza às mulheres com seus rituais e sacrifícios foi embutido, segundo Wolf (2018), tendo “uma raiz de catolicismo falsamente medieval”, acumulando elementos de outras correntes religiosas, voltados à manutenção da submissão e dominação.

(...) Ritos da Beleza foram acumulando alguns novos elementos: um luteranismo em que as modelos de moda são as Eleitas, e as restantes de nós as Amaldiçoadas; uma adaptação episcopal às exigências do consumismo, na qual as mulheres podem aspirar ao paraíso através de boas obras (lucrativas); um judaísmo ortodoxo de compulsões à pureza, na exegese minuciosa e trabalhosa de centenas de leis com seus comentários sobre o que comer, o que vestir, o que fazer ao corpo e em que momento; e um núcleo baseado nos mistérios elêusios na cerimônia da morte e do renascimento. Por cima de tudo isso, foram fielmente adaptadas as técnicas de doutrinação das seitas modernas. Suas grosseiras manipulações psicológicas ajudam a conquistar adeptos numa era refratária a profissões de fé espontâneas. Os Ritos da Beleza conseguem isolar as mulheres tão bem, porque ainda não é publicamente reconhecido que as devotas estão presas a algo mais sério do que uma moda e de

maior penetração Social do que uma deformação pessoal da própria imagem. Os Ritos ainda não são descritos em termos do que realmente representam: um novo fundamentalismo que transforma o Ocidente secular, tão repressor e dogmático quanto qualquer réplica sua no Oriente. À medida que as mulheres vão lidando com uma hipermodernidade à qual só recentemente foram admitidas, uma força que é de fato uma hipnose de massa lança sobre elas seu peso total para forçá-las a uma visão de mundo medieval. (Wolf, 1992, p. 115-116)

Wolf (2018) denomina esta busca por um padrão de beleza como “mito da beleza”, e compara à devoção sacra de Eva, Maria e Madalena, possuindo uma condição de atuação totalitária em razão da sua sacralidade.

A beleza e a busca do que é considerado ideal de beleza se tornam um instrumento de doutrinação e manipulação psicológica. A deformação pessoal da própria imagem, oriundo da penetração social deste ideal é utilizada como forma de isolamento das mulheres. O isolamento social interessa ao poder, pois enfraquece a capacidade de reação e enfrentamento das opressões.

Se traçarmos um paralelo com o disposto por Wolf (2018) e por Federici (2017), conforme estudado no segundo capítulo desta dissertação, podemos entender que este padrão constitui um novo elemento atribuído às mulheres como forma de dominação, opressão e exclusão social, como ocorreu com ao fenômeno “Caça as bruxas”, em que se atribuía às mulheres, que ameaçavam o poder, o pacto com o demônio, compreendendo enquanto mulheres virtuosas aquelas que tivessem um padrão de submissão e obediência ao Clero e aos homens.

Desta forma, se pensarmos na dominação entre os gêneros ao longo da história, a atribuição de um padrão de beleza enquanto significado de pureza, de divindade, como um plano de modelagem para a perfeição divina também é atribuído como forma de manutenção desta dominação. Conforme já exposto, esta construção estética advém da atuação do poder, representando os interesses do poder masculino e patriarcal, que impõem um padrão de beleza como um hábito de cuidado pessoal naturalizado em relação as mulheres, como produto de si mesma, voltados para a garantia de seu sucesso e como o fim de si mesmo.

Uma vez que as redes sociais online possuem um alcance universal, a mulher passa a ter a padronização de uma feminilidade objetificada de forma global, o que Lipvetsky e Serroy (2008) denominam de globalização da feminilidade objetificada, intensificando a atuação do poder sobre esta subjetificação.

A beleza constitui outra ilustração exemplar do processo de “globalização”. Em todo

o planeta, passa-se a difundir o mesmo modelo de beleza feminina vinculado pela publicidade, pela moda, pelas top models, pelas marcas de cosméticos. O ideal tradicional de robustez e força, em vigor nas antigas comunidades rurais, deu passagem a uma estética sexy e longilínea que exige regime alimentar, exercícios físicos, musculação, mas também maquiagem, produtos de cuidados, cirurgia plástica. Um cânone estético internacional triunfa, exaltando a mulher esbelta, o sex appeal, o glamour radiante, os cuidados consumistas com o corpo. Essa é a beleza cosmopolita consagrada pelos concursos de beleza nacionais e internacionais, cujas imagens são amplamente transmitidas pelas mídias em escalas planetárias. (LIPVETSKY e SERROY, 2008, p. 166)

Ainda, a atuação do poder está presente no controle do tempo em que cada gênero dedica à aparência. A mulher investe muito mais tempo, dinheiro e energia cuidando de sua aparência, sendo levada a tratar a si mesmo enquanto um objeto estético de sedução, uma vez que a aparência física (corpo), para a mulher, é colocada enquanto essência do sucesso.

Como consequência, tudo que se relaciona à beleza, ao corpo, as vestimentas acabam recebendo uma atenção maior da mulher, enquanto ao homem o investimento é maior em relação à carreira, ao estudo, ao sucesso profissional, já que o corpo é apagado em proveito dos signos sociais de posição Social.

Assim, os aspectos da vaidade e do consumismo feminino em bens de beleza apresentam uma predominância na vida da mulher, com investimento de tempo e de capital, voltados à representação de sua composição, sob o aspecto do imaginário.

Sobre o imaginário, enquanto representativo da composição da mulher, sob os aspectos da construção da beleza, Morin (2011, p. 73) esclarece que “é um sistema projetivo que se constitui em universo espectral e que permite a projeção e a identificação mágica, religiosa ou estética.”

Assim, ao projetar uma imagem, tem-se a identificação estética e o desejo de ser alcançado, a qualquer preço, esta identificação, pois lhe é atribuído a possibilidade de realização de todos os desejos introjetados socialmente, se constituindo em realidade possível de ser alcançada.

Fischler (p. 362-369) fala sobre o movimento que coloca a mulher como objeto de consumo e de uso da moda, impondo a esta também a busca pela juvenilização extrema. A mulher não pode envelhecer, os “40 são os novos 30”, conforme é dito popularmente hoje em dia, trazendo embutido a imposição que mulher de 40 precisa aparentar menos idade. Não pode engordar, precisando ser magra sempre, porém, não pode ser muito magra também. Não pode ter celulites nem estrias.

O ideal de beleza é desenvolvido sob um molde de um modelo midiaticamente

construído de feminino, que, para além do parâmetro inalcançável, acaba por levar à conduta estigmatizada e competitiva entre as mulheres, uma vez que se deseja alcançar com exclusividade este padrão, visando a conquista que lhe proporcionará sucesso e felicidade.

Uma vez que a mulher é ensinada que seu sucesso é a beleza, bem como “vencer na vida” é o casamento, de forma bem dicotômica dos homens, que são ensinados a priorizarem a vida profissional e econômica, esta busca a pretensão de ser “a escolhida”, a “principal” sob o olhar do outro, gerando opressão e dominação dentro do próprio campo feminino.

O nosso rosto e o nosso corpo se transformam em instrumentos para castigar outras mulheres, muitas vezes usados sem o nosso controle e contra a nossa vontade. Atualmente, a "beleza" é um sistema econômico no qual algumas mulheres descobrem que o "valor" do seu rosto e do seu corpo entra em choque com o de outras mulheres, apesar da sua vontade. Essa comparação constante, na qual o valor de uma mulher flutua por meio da presença de uma outra, divide e conquista. Ela força as mulheres a uma crítica penetrante das "escolhas" que outras mulheres fazem com relação à aparência. No entanto, esse sistema que lança as mulheres umas contra as outras não é inevitável. Para superar essa capacidade de divisão, as mulheres terão de destruir um grande número de tabus que proíbem que se fale dela, incluindo aquele que não permite que as mulheres falem do lado escuro de ser tratada como um belo objeto. (p.38)

Esta estigmatização e rivalidade fragmenta o feminino, tornando-o cada vez mais individualizado e, por conseguinte, frágil. Assim, é vendido e ensinado às mulheres que existe a perfeição a ser atingida e que, esta perfeição, levará ao sucesso e à felicidade e, ao fim último de sua existência: casamento e maternidade.

O ideal de beleza ou, conforme denomina Wolf (2018), o “mito da beleza”, traz a hostilidade e produz violência simbólica entre as próprias mulheres. Este movimento leva a mulher ao estado de insegurança pela busca incansável de pertencimento, estando em rivalidade com outras mulheres, bem como ao isolamento e individualidade. Estes sentimentos beneficiam a manutenção do poder social patriarcal, uma vez que a vulnerabilidade propicia a dominação, bem como através da individualidade que a violência se faz mais presente.

Neste sentido, podemos compreender que a busca por um padrão de beleza ideal, porém irreal, bem como por um corpo perfeito está intrinsicamente ligado sobre o poder de exercer controle e dominação sobre as mulheres.

"É literalmente impossível ser mulher." É assim que começa o monólogo¹⁴ da atriz

¹⁴ Transcrição do monólogo: "É literalmente impossível ser uma mulher. Você é tão linda, tão inteligente, e me

America Ferrera, no filme "Barbie". Recentemente lançado pela indústria, neste monólogo temos uma exemplificação clara do padrão inalcançável, até mesmo para uma boneca considerada perfeita, e dos sentimentos de não existência quando ele não é alcançado.

Essa mulher existe nas televisões, nas revistas, nos filmes e, agora, nas redes sociais online, vendida de forma permanente e ininterruptamente, se alimentando destas redes sociais, uma vez que, com os inúmeros aplicativos, com filtros modificativos do corpo, ela passa a impressão de ser possível e acessível para as mulheres.

As redes sociais online exercem a dominação e submissão sobre a mulher quando apresentam às mulheres um padrão irreal de beleza enquanto pressuposto para o sucesso, levando as mulheres ao cuidado extremo com o corpo e com a aparência física, buscando instrumentos, como cirurgias e diversas outras tecnologias, para modificar sua aparência, buscando a identificação com as celebridades apresentadas por Bauman (2014).

Em razão desta busca por identificação com as celebridades, conforme Bauman (2014) nos alerta, motivadas pelo sentimento constante de insegurança, temos o que se denomina de hipercorreção estética para Bourdier (2012). A hipercorreção estética compreende em mulheres destinadas a se apropriarem, a qualquer preço, de instrumentos disponíveis pelo mercado, para se aproximarem destes modelos simbólicos, modificando e investindo tempo de suas vidas na busca deste ideal.

Desta forma, padrão de beleza colocado carrega consigo uma cultura consumista, sendo apresentado diversos recursos para a busca deste padrão. O mercado oferta diversos produtos e procedimentos para consumo, aplicativos de melhorias de fotos, ofertando uma sensação de liberdade de escolha. Ocorre que esta liberdade se constitui em falsa emancipação, conforme Bourdier (2012) traz pois, na ilusão de uma liberdade de consumo, não existe espaço para a reflexão do aprisionamento que este padrão de beleza traz.

Segundo Wolf (2018) o ideal acerca da “beleza” evoluiu a partir da Revolução

mata ver que não se acha boa o suficiente. Tipo, temos que sempre ser extraordinárias, mas de alguma forma estamos sempre agindo errado. Você tem que ser magra, mas não muito. E você nunca pode dizer que quer ser magra. Tem que dizer que quer ser saudável, mas também tem que ser magra. Você tem que ter dinheiro, mas não pode pedir dinheiro porque é mal-educado. Você tem que ser uma chefe, mas não pode ser má. Você tem que comandar, mas não pode arrasar as ideias dos outros. Você deve adorar ser mãe, mas não fale sobre seus filhos o tempo todo. Você deve ser uma mulher de carreira, mas também estar sempre cuidando dos outros. Você tem que responder pelo mau comportamento dos homens, o que é uma loucura, mas se apontar isso é acusada de reclamar. Você deve estar sempre bonita para os homens, mas não tão bonita a ponto de tentá-los demais ou ameaçar outras mulheres, porque deve fazer parte da sororidade. Mas sempre se destaque e sempre seja grata. Nunca se esqueça de que o sistema é manipulado. Portanto, encontre uma maneira de reconhecer isso, mas também seja sempre grata. Você nunca deve envelhecer, ou ser grosseira, se exhibir, ser egoísta, cair, falhar, demonstrar medo, sair da linha. É tão difícil! É muito contraditório e ninguém lhe dá uma medalha ou agradece! E acontece que, na verdade, você não apenas está fazendo tudo errado, como também é tudo sua culpa. Estou tão cansada de ver a mim mesma e a todas as outras mulheres se esforçando para que as pessoas gostem de nós. E se

Industrial, lado a lado com ideias relacionadas ao dinheiro, de tal forma que as duas atitudes são praticamente paralelas em nossa economia de consumo. Assim, vivendo na sociedade de hiperconsumo, o corpo está colocado para ser consumido e não apenas para ser agente mediador e transformador da comunicação (Lipovetsky 2007).

A mulher e seu corpo se tornam um objeto a ser consumido e manipulado enquanto produto mercadológico, sendo internalizado, subjetivamente, enquanto identidade feminina. A mulher deixa de ser indivíduo para ser objetificada, construída sob um ideal de beleza, de forma globalizada, em um processo de subjetificação tanto de seu corpo quanto do seu ser, tornando-se um sujeito vazio colocado enquanto objeto de consumo e desejo.

Esta subjetificação ocorre de forma tão sutil e poderosa que as mulheres são levadas a acreditarem que possuem autonomia frente aos seus sonhos, desejos e destino. Entretanto, o objeto destes sonhos, desejos e destino são introjetados através da atuação do poder social representativo da sociedade que, no presente caso, compreendem enquanto machista, patriarcal e branco, voltados para a manutenção deste poder.

O papel da mulher continua ser construído voltado para casamento e maternidade, na busca pelo encaixe ao padrão de beleza e corpo inalcançável, como forma de existência, enquanto do homem é cobrado coragem, força e inteligência, nunca deixando de existir.

A análise proposta é justamente esta, compreender que, com o advento das redes sociais online, perpetua-se a mulher enquanto produto de consumo, objeto para os homens. As redes sociais online vieram reforçar ainda mais este lugar da mulher, em que é colocada em subserviência ao poder social, sendo este poder masculino, machista, misógino, burguês e branco, sendo por ele consumida.

3.6.3 A subjetividade da mulher negra e as redes sociais: a imposição de um estereotípico como forma de manutenção do poder.

Uma economia que depende da escravidão precisa promover imagens de escravos que “justifiquem” a instituição escravidão.

(Wolff, 2018))

Em que pese não seja o foco específico do presente trabalho, não há como deixar de abordar a subjetificação da mulher negra pelas redes sociais online, uma vez que o sistema de dominação e exclusão atua de forma ainda mais violenta com as mulheres negras, do

que com as brancas, reproduzindo o racismo estrutural da sociedade.

Assim, retomando a análise traçada no segundo capítulo sobre a subjetificação do corpo da mulher negra, enxerga-se a necessidade de desmembrar esta análise da subjetificação do corpo da mulher branca, bem como da imposição de um padrão de beleza, uma vez que, conforme já disposto no segundo capítulo, o valor que se atribui à mulher negra vai para além da branca, sendo físico e estereotipado.

Trazendo novamente a subjetificação, partindo da análise genealógica de Foucault (1975), esta decorre da construção da subjetividade, com a imposição de gostos, desejos e saberes, bem como da objetificação da mulher enquanto produto, sem que se tenha consciência desta imposição, colocando a mulher a se compreender enquanto produto de si mesma, existindo somente quando se coloca nesta posição de objeto.

Em busca de melhor compreensão da subjetificação da mulher negra, retoma-se a análise histórica-cultura de que o corpo negro chegou ao Brasil como um objeto, compreendido enquanto coisa de alguém, despido de sua humanização. As mulheres negras, para além do trabalho escravizado, tinham outra questão que era a violência sexual, como aponta autoras como Lélia Gonzalez (1984) e Angela Davis (2016).

Se para as mulheres brancas a visibilidade enquanto símbolo profissional já não ocorre, no caso das mulheres negras este lugar é ainda mais distante, em decorrência do próprio resgate histórico. As mídias de informação e comunicação sempre reproduziram as condições sociais, enfatizando e perpetuando aquelas que lhe eram de interesse.

Assim, desde a época em que os meios televisivos e de revistas dominavam as tecnologias de comunicação e informação, as mulheres negras eram apresentadas de forma estereotipadas, com enredos que a dispunham enquanto personagens hipersexualizadas e remetidas ao lugar de empregadas, jamais pertencendo aos campos das profissões ou esposas e mães, incapazes de se organizarem em núcleos familiares “estruturados”.

Reproduzindo o contexto do racismo estrutural do Brasil, a hipersexualização dos corpos negros, pelas redes sociais online, banaliza o homem negro e a mulher negra, objetificando-os e reduzindo-os à imagem de sexo fácil, de corpos volumosos e cheios de curvas.

No imaginário ocidental, a estética constitui um dos alicerces da construção de uma raça, como categoria hierárquica e de diferença fundamental entre seres humanos, conforme nos traz Young (2005). O padrão de beleza, assim, é concebido a partir de representações de diferenças físicas, estabelecendo padrões de comparação entre pessoas de origem africana e europeia. Os rostos das pessoas de origem africanas eram retratados à

semelhança de macacos, enquanto os rostos das pessoas europeias eram ilustrados por esculturas gregas. (Young, 2005)

O ideal de beleza era estabelecido justamente para demonstrar a “natureza inferior” e “anacrônica” tanto do corpo feminino quanto da anatomia dos povos “primitivos”. A aparência era tratada como forma de evidenciar a qualidade, como a melhor personalidade, racionalidade, apetite sexual acentuado ou “civilizado”. (McClintock, 2010) Desta forma, quando a gente fala da objetificação do corpo negro, a gente fala da animalização do corpo negro.

Trazendo para o campo da objetificação da mulher negra, enquanto base da subjetificação, as redes sociais atuam reforçando a hipersexualização dos corpos femininos negros através das imagens de representação e da visibilidade proporcionada. As redes sociais reproduzem este ideal de beleza e padronização corporal, prevalecendo a visibilidade da mulher no padrão europeu, reforçando a objetificação do corpo negro voltado ao sexo, sendo excluído do considerado belo e desejável, através da invisibilidade e ausência de representatividade.

A mulher negra quando não traz em suas imagens a hipersexualização, ela deixa de ter o alcance de visibilidade que teria ao apresentar-se desta forma, sem dizer que o Instagram, por exemplo, traz seus filtros reproduzindo o padrão da mulher branca, com aplicativos que clareiam a pele, afinam o nariz, alteram a cor dos olhos, dentre diversos outros instrumentos que retiram qualquer pertencimento à mulher negra.

Assim, o padrão de beleza imposto não inclui características que trazem o pertencimento à mulher negra, colocando a insegurança e necessidade de validação ao olhar do outro de forma ainda mais reforçada, sendo obtido quando colocado enquanto produto erotizado, exclusivamente.

Esta exclusão e invisibilidade é utilizada enquanto dispositivo de poder a reforçar o estereótipo de objeto, sendo este disposto a consumo exclusivo sexual, o que diverge da mulher branca, que ainda possui o lugar da maternidade, família e casamento. Assim, para que obtenha o desejo e olhar do outro, necessita se colocar no lugar do objeto erotizado.

Esta representatividade de imagem reforça, de maneira subjetiva, no imaginário social as práticas racistas e machistas sofridas pelas mulheres negras no dia-a-dia. A visibilidade das redes sociais online exclui as conquistas das mulheres negras, excluem as imagens enquanto ocupantes de empregos como médicas, advogadas, delegadas, modelos, cargos políticos, dentre outros, utilizando a visibilidade para a perpetuação do racismo, em uma clara atuação do biopoder.

As redes sociais online exercem o papel da dominação e subalternidade das mulheres negras, bem como da sua hipersexualização, de forma ainda mais eficiente, justamente em razão da sua atuação permanente e globalizada, bem como das altas conexões e relações sociais que proporciona. (Geledés, 2010)

Segundo Gonzalez (1984), a ideologia do branqueamento ou do embranquecimento promove a valorização simbólica da branquitude e o desprezo pela negritude, bem como pelos traços fenotípicos que identificam as pessoas negras.

O impacto da imposição desta ideologia é a insegurança e ausência de pertencimento, o que leva a mulheres negras buscarem recursos para a aproximação do embranquecimento, bem como o próprio afastamento de outras pessoas negras (Bicudo, 2010), inclusive nas relações afetivas. Nos relacionamentos interracializados, o interesse por uma mulher hipersexualizada emerge como o principal fator de atração do par branco em relação às mulheres negras.

Ainda, as redes sociais, ao reforçar o estereotípico hipersexualizado da mulher negra, atua enquanto dispositivo disciplinar ao enquadrar os corpos negros em um padrão normatizador, disciplinando-os a ocupar este lugar da hipersexualização e servidão, em claro controle da sexualidade e da posição que deveriam ocupar socialmente.

O isolamento e a invisibilidade das redes sociais online, conforme já disposto por Bauman (2014), beneficia a dominação e subjugação, sendo utilizados enquanto mecanismo de exclusão social pelo biopoder, reforçando a manutenção do racismo enquanto forma de controle sobre raça e população, conforme já disposto por Foucault (1999).

Assim, a mulher negra é subjetificada enquanto produto de consumo hipersexualizado, com a finalidade para relações efêmeras, sem que lhe seja colocado sequer o direito de relações afetivas e familiares, visando uma clara manutenção do racismo nas estruturas da sociedade.

Desta forma, somos levados a compreender que as redes sociais online, quando tratamos da subjetificação da mulher e seus corpos, reforça o imaginário estereotipado da mulher negra através da hipersexualização, trazendo a exclusão, invisibilidade e isolamento para qualquer outra forma de relação, seja profissional, familiar ou afetiva, atuando enquanto dispositivo de poder visando a manutenção do poder social.

Assim, em que pese toda evolução tecnológica e comunicacional, com o advento da internet e crescimento das redes sociais online, estas são utilizadas para reforçar o papel da mulher na sociedade, com seu destino a ser construído a partir do olhar masculino, atuando

de forma mais sutis, eficiente e econômica do que os dispositivos de poder criados até então.

PÓS SCRIPT

Pode-se dizer que a roupa velha não serve mais e a nova ainda não ficou pronta” (Gaborggini, 2005)

Enquanto mulher e feminista acredito que encerrar a discussão na análise do processo de subjetificação da mulher e de seu corpo, modelado enquanto objeto cuja sujeitabilidade está condicionada a validação masculina, através das redes sociais online, bem como a subjetificação da mulher negra enquanto objeto hipersexualizado, traz o sentimento de desilusão, o que jamais seria meu desejo.

Ocorre que Virgínia Wolff (2018) diz que desiludir compreende pelo prazer de fazer perder as ilusões. Talvez nesta linha o presente trabalho possa ser compreendido, sendo traçado no objetivo de nos levar ao prazer de perder as ilusões, num processo de “des-iludir”.

Desta forma, espero que todo o conteúdo que fora consumido seja compreendido, espero que cada pessoa que tenha chegado até aqui possa ter se desiludido um pouco da sensação de autonomia e liberdade que as redes sociais proporcionam. Desejo que estas escritas tenham levado a todos e todas a deixar de lado, pelo menos um pouquinho, todo o universo encantado destas redes. Este é o prazer de “des-iludir”, é desvendar a ilusão das redes online.

É preciso nos “des-iludirmos” e começarmos a falar das redes sociais online e de como a mulher é colocada nela, através de uma linguagem filosófica e política, pois, para que se enfrente um problema, antes de tudo é preciso lhe dar forma, descortiná-lo e expô-lo à luz da consciência. É preciso “des-iludir” ou, como Wolff (2018) fala, descobrir o “prazer de desiludir” para alcançar a “visão lúcida”.

Ocorre que, após a consciência, vem a ação. Visando a ação, é necessário desafiar as redes sociais online sexistas em busca da desobjetificação da mulher branca e da mulher negra. A grande questão é: como é possível este enfrentamento, e ele é realmente possível?

A saída, provavelmente, encontra-se num movimento feminista interracial de massa, que ofereça educação feminista étnico-racial de forma universal: para todo mundo, homens, mulheres, todas as classes e todas as raças. Uma educação feminista que ofereça teoria e prática, consciente que as mídias online sempre tentarão retornar a mulher para o campo da subjetificação, para o campo da objetificação de sujeito enquanto produto.

Dismorfia corporal, compulsão alimentares, problemas de autoestima, riscos à saúde pelo excesso de cirurgias plásticas, procedimentos estéticos irregulares e arriscados,

constante sensação de não pertencimento, que acaba culminando doenças como depressão e transtorno de ansiedade: estes são alguns dos muitos problemas causados através da subjetificação da mulher, subjetificação esta que ganha maior força através das redes sociais online enquanto dispositivos de poder, perpetuando-a no papel de submissão e prazer do homem.

Partindo das análises de Boudier (2012) e Hooks (2022), o movimento de desobjetificação precisa estar envolto em uma prática diária em demonstrar os aspectos patológicos e de risco à vida advindos da modulação corporal da mulher voltada a um padrão irreal, bem como da sua construção de sujeito baseado na insegurança e busca por pertencimento através do olhar e do desejo do outro, subjetificada enquanto produto.

Vencer o estigma da hipersexualização dos corpos femininos negros é um desafio ainda maior, trazendo maior visibilidade as mulheres negras enquanto capazes de ocupar qualquer espaço, inclusive espaços de profissões como médicas, engenheiras, advogadas, modelos e cargos políticos, proporcionando a visibilidade de mulheres que já ocupam estes lugares e possuem prestígio social, na busca da representatividade através da visibilidade proporcionada pelas redes.

Buscando um pouco o filósofo Boudier (2012), esta diz que a dominação masculina nos coloca na perspectiva da luta e da guerra, excluindo de nós as relações de força que são constitutivas da experiência do amor e da amizade. Ocorre que a autora também nos coloca que é somente com um trabalho de todos os instantes, sem cessar e sempre recomeçado, que se pode arrancar das águas frias do domínio e da violência a “ilha encantada” do amor e “o milagre da não-violência”.

Somente com este trabalho incansável é que será possível a instauração de relações baseadas em reciprocidade e retomada de si mesmo. Somente assim será possível sair da instabilidade e da insegurança, tão características da dominação que, embora sob a falsa sensação da igualdade e autonomia, está sempre nos colocando expostas ao dominador.

Nesta perspectiva, trago aqui uma reflexão: Uma rede é composta por nós. A força das redes sociais online, na subjetificação da mulher e de seu corpo, é através dos nós realizados, das inúmeras conexões e relações que fazem possível a visibilidade, a satisfação momentânea da insegurança, a sensação de pertencimento e de aceitação. Se estes nós são desfeitos, temos apenas um emaranhado de fios. Se os nós são desfeitos, a rede deixa de existir, porque sua essência está nas conexões.

Se formarmos novos “nós”, agora baseados no afeto, na amizade feminina em combate à rivalidade, ou se, ao invés de nós, formarmos redes de laços através das nossas

existências, a essência passará a ser outra.

Conforme Bauman (2014) nos traz se, ao invés de enfraquecermos nossas relações e alimentarmos o individualismo, pudermos nos unir, trazendo a visibilidade e o pertencimento uma à outra através da essência do ser e não pela aparência, através do sentimento de afeto e amor e não pelo produto para consumo, poderemos ter o fortalecimento das relações, e será possível lutar contra a dominação e opressão.

A atuação feminista através das redes sociais online é imprescindível, pois somente assim será possível qualquer movimento contrário à subjetificação da mulher e de seu corpo, como demonstrado no presente trabalho.

Parece-me utópico, mas me parece bom.

Estas são questões ainda em aberto, que me desafia à continuidade deste estudo.

CONCLUSÕES

"O corpo tem alguém como recheio" Arnaldo Antunes (2000)

Que corpo você está usando ultimamente? Que corpo está representando você no mercado das trocas imaginárias? Que imagem você tem oferecido ao olhar alheio para garantir seu lugar no palco da visibilidade em que se transformou as relações sociais? Fique atento, pois o corpo que você usa e ostenta vai dizer quem você é. Nesta linha começa o artigo "Com que corpo eu vou" de Maria Rita Kehl (2005), e assim tomo a liberdade poética de iniciar as conclusões do presente trabalho.

O objetivo deste estudo foi analisar como as redes sociais poderiam ser utilizadas enquanto dispositivos de poder social na subjetificação da mulher e seus corpos. A partir de tal proposta, a revisão da literatura pauta-se no poder social, sob a visão genealógica de Foucault, permitindo uma reflexão necessária para se entender como o poder social incide sobre os indivíduos, e como este poder tem se modificado ao longo das transformações sociais.

Assim, em virtude da problemática proposta, sob a metodologia histórico-dialética, no primeiro capítulo buscou-se analisar as teorias de poder social de Foucault, até chegar nas sociedades pós sociedades disciplinares, denominada por Deleuze de sociedades de controle. Esta análise é compreendida enquanto pedra fundamental para entender a atuação das redes sociais online enquanto dispositivo de poder social, bem como sua incidência na subjetificação da mulher e do seu corpo.

Conforme estudado na primeira parte do trabalho, o poder social não é entendido enquanto um sujeito de ação, mas sim enquanto um feixe de relações sociais que incide sobre os indivíduos, disciplinando-os e conduzindo sua forma de viver e morrer socialmente. Desde o poder soberano, com sua incidência violenta diretamente sobre a vida dos indivíduos, passando pelo poder disciplinar, com seus dispositivos atuando de forma mais sutil no disciplinamento dos indivíduos, até a atuação enquanto controle e vigilância, nas sociedades disciplinares, o poder social atua na construção dos sujeitos sociais.

Assim, o poder social age na modulação, disciplinamento e controle dos indivíduos, voltado a normatização destes, construindo sujeitos voltados para a manutenção da ordem social. Para tanto, é necessário que o poder incida em sua subjetividade e objetificação dos indivíduos.

Após a revisão da literatura acerca do poder social, foi possível delinear a construção

do sujeito a partir da incidência do poder, bem como a construção da subjetividade e sua subjetificação social, o que foi apresentado na segunda parte do trabalho, com enfoque para a atuação sobre o corpo, bem como uma análise acerca das relações de gênero e atuação na subjetificação dos corpos femininos até as sociedades atuais.

O estudo de Foucault demonstra que uma das formas de incidência do poder é através do controle dos corpos. Os dispositivos de poder social, compreendidos enquanto uma rede de mecanismos atuantes socialmente, através dos meios sociais, esquadrinha o corpo do indivíduo, como uma máquina, construindo parte por parte, adestrando, ampliando suas aptidões, modulando sua força, controlando a sua utilidade, construindo corpos dóceis, de forma a serem integrados em sistemas de controle eficaz e econômico.

Em relação a subjetividade, o estudo demonstrou que o sujeito seria construído através de modos de subjetivação, ligada a construção dos gostos, desejos, pensamentos, cultura e personalidade. Ainda, importante destacar que esta modulação do sujeito através da incidência de dispositivos de poder não permitem a consciência de si mesmo.

Nesta vertente, compreendeu-se que a construção do sujeito é um processo histórico, formado através de processos que constituem a sua subjetividade através de dispositivos de poder, sua objetificação, que culminará na subjetificação do indivíduo. Estes dispositivos de poder atuam nas formações discursivas e normatizações do indivíduo, sob o qual é imerso socialmente.

Para além da modulação do sujeito através da construção de sua subjetividade, o segundo capítulo também procurou demonstrar que esta modulação também perpassa pela construção do sujeito enquanto objeto, ou seja, pela objetificação deste enquanto produtos de utilidade mercadológica e social.

A partir da construção da subjetividade e objetificação do indivíduo, constituindo-o enquanto sujeito, chega-se a subjetificação deste, entendendo enquanto processo contínuo em que os sujeitos são construídos na sua subjetividade (gostos, desejos, normas sociais e corporais, personalidade), bem como objetificados enquanto produto social (estruturas corporais e subjetivas voltadas a produtividade e funcionalidade social), sendo internalizados por estes e reproduzidos, desconsiderando sua individualidade e autonomia.

A partir destas considerações, fora abordado uma problemática do trabalho, que seria a ocorrência deste processo entre os gêneros. Assim, a revisão literária, a partir deste ponto, deslocou-se para uma visão feminista, partindo da lacuna do trabalho de Foucault, que deixou de analisar a incidência do poder entre os gêneros. Considerou-se que, quando se aborda a incidência do poder entre os gêneros, temos a dominação e opressão presentes, sem a troca de

incidência de poder posta enquanto fundamental para Foucault.

A incidência do poder visando a subjetificação da mulher ocorre de forma violenta e opressora, excluindo socialmente todas as condutas que colocam sob ameaça o poder social, normalizando as mulheres de acordo com as normas desejadas, favorecendo a manutenção deste poder, incidindo, principalmente, sobre seus corpos, uma vez que estes são fontes poderosas da incidência do poder. O corpo seria o caminho para a formação do sujeito, sendo prisioneiro deste em processos de subjetificação.

A subjetificação da mulher e de seu corpo, através da incidência das linhas de força do poder, a colocam voltada para atributos de feminilidade, construídos voltados para a fragilidade, maternidade e cuidados familiares, dentre eles o casamento. Ainda, é atribuído a mulher um padrão de beleza e corpo enquanto pressuposto para o sucesso. Ao homem, a construção é pautada no sucesso profissional, sendo seu corpo construído através dos signos sociais de poder, força, vitalidade e coragem.

Assim, entendeu-se que a diferença entre os gêneros é produzida e mantida enquanto forma de controle e dominação, ocorrendo a construção da subjetividade e subjetificação destes de forma diferente, inclusive sobre seus corpos, voltadas a manutenção do poder social.

Diante de todo o exposto acerca da construção do sujeito e da ocorrência da subjetificação deste, retomando a problemática central do trabalho, o último capítulo buscou retomar os conceitos dispostos na primeira parte, questionando como esta construção seria conduzida a partir das modificações tecnológicas das sociedades de controle, com o advento da internet e redes sociais online.

Após toda uma análise sobre o conceito de redes sociais, dialogando com a genealogia de Foucault, concluiu-se que as redes sociais online possuem diversos mecanismos de dominação sob os corpos femininos, sendo utilizadas enquanto poderoso dispositivo de poder em razão das inúmeras relações sociais e conexões que possibilita.

Se antes a subjetividade e subjetificação dos indivíduos eram fabricados em espaços fechados por muros, de forma individualizada, hoje estes indivíduos são construídos transpondo os muros e limites físicos, de forma rápida e ininterrupta, pela visibilidade proporcionada pelas redes online, impondo um regime de disciplina e controle naturalizado através do olhar desejante do outro, em que proporciona ao mesmo tempo o prazer da sensação de autonomia e liberdade e o prazer através da aprovação e do desejo do outro.

Quando passamos a análise para a subjetificação feminina através as redes sociais online, temos que estas redes ocupam o lugar de dispositivo de poder a impor a dominação e submissão enquanto formas de construção da mulher, trazendo a insegurança e necessidade de

pertencimento enquanto fortes mecanismos de modulação da sua subjetividade, levando à subjetificação.

O corpo feminino é colocado enquanto um objeto sem sujeito, sem identidade, adequado ao consumo, subjetificado enquanto produto a ser consumido. A sensualidade e sexualidade são colocadas, através da visibilidade proporcionada pelas redes online, como poderosas armas de sedução, voltada para o desejo permanente do outro. Em consequência, a dependência em relação aos outros (e não só aos homens) tende a se tornar constitutiva de seu ser.

As redes sociais atuam construindo identidades femininas conforme padrões, instrumentalizando os desejos, as personalidades, os estilos de vida, e subjetificando os corpos femininos enquanto produtos mercadológicos. Por serem mídias de comunicação de massa, globalizadas e com atuação permanente, atuam nesta linha, disseminando imagens de mulheres magras, loiras, aparência padronizada e sempre jovem. Filtros nas redes sociais são desenvolvidos para dar as mulheres esta aparência, ao postarem uma foto. Cada vez mais, novos meios tecnológicos serão criados para perpetuar esta norma.

Esta busca faz com que a mulher esteja cada vez mais voltada para seu corpo, enxergando a si mesma, inconscientemente, enquanto objeto de consumo e de uso da moda e da juvenilização extrema, onde não lhe é dado sequer o direito ao envelhecimento, fato natural e irreversível da vida. Como consequência, tem-se pouco tempo e espaço aos anseios profissionais, intelectuais e transformadores dessa imposição social, enquanto violência simbólica.

O ideal de beleza, casamento, maternidade, feminilidade e juventude envolvem sacrifícios que retiram da mulher qualquer outra possibilidade de conquista, perpetuando o estado de insegurança e necessidade de busca pelo pertencimento à mulher. Estes sentimentos favorecem a manutenção do poder masculino na sociedade, bem como aos interesses de mercadológicos e de consumo.

A construção da imagem da mulher e seu corpo enquanto objeto é inserido na imaginação da construção da imagem feminina, fazendo parte da sua identidade enquanto um produto em si, objetificada. Esta objetificação é reafirmada na imaginação, absorvida imperceptivelmente e assimilada sem contestação, de modo normalizado e disseminado pela sociedade mercadológica de consumo.

Após toda a análise do referencial teórico apresentado, compreendeu-se que, fazendo uma análise com os corpos dóceis de Foucault, estes eram consequências das disciplinas fabricadas nas instituições, entretanto, agora, nas sociedades de controle, a eterna busca pelo

padrão de beleza e corpo, fabricados pelas tecnologias digitais, como as redes sociais online, são as consequências do poder social exercendo a força da disciplina e controle, através da visibilidade e conexões proporcionada.

Desta forma, este trabalho buscou demonstrar que a busca por um padrão de beleza e corpo não é algo que surge naturalmente na mente da mulher, mas, conforme fora exaustivamente colocado, é introjetado pelo poder social sobre o que a mulher acredita desejar, ocorrendo através da subjetificação pelas redes sociais online, enquanto dispositivo de poder.

A cultura das redes sociais se coloca enquanto poderoso dispositivo de poder dominante, estabelecendo formas e normas sociais, fazendo as mulheres se enxergarem e se reconhecerem através dos seus vieses, sendo utilizadas para a modelação e disciplinamento, bem como de controle e vigilância, reforçando a subjetificação feminina.

Desta forma, concluiu-se que as redes sociais atuam, assim, perpetuando atitudes e comportamentos, desejos e valores, modificando e reforçando valores e verdades nos contextos sociais das redes online, como o racismo, atuando na manutenção da dominação, submissão e exclusão de grupos sociais.

Ocorre que, em uma pesquisa, sabemos por onde começar, mas nem sempre onde terminar. A investigação sobre a qual este trabalho se debruçou trouxe os efeitos sobre a mulher através das redes sociais, sendo finalizada demonstrando como ocorre a subjetificação da mulher através do uso das redes sociais.

Ocorre que não se pode romper esta construção se não encontrar uma estratégia prática para efetivar uma desobjetificação da mulher. O trabalho deixa indícios sobre os efeitos psicológicos e se seria possível o caminhar inverso, ou seja, o uso das redes através de uma prática feminista de ordem massiva, no caminho da desobjetificação, o que se pretende ainda continuar a estudar, sem esquecer que, para Foucault, o feminismo não é inocente de poder.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **O que é um dispositivo?** Trad. Nilcéia Valdati. Santa Maria: Pallotti, 2006.

AÑAÑA, Edgar da Silva et al. **As comunidades virtuais e a segmentação de mercado: uma abordagem exploratória, utilizando redes neurais e dados da comunidade virtual Orkut.** v. 12. Curitiba: Contemporânea, 2008. <https://doi.org/10.1590/S1415-65552008000500003>

ANDREOLA, Balduino Antonio. **Mounier e a condição da mulher.** Série-Estudos, v. 22, n. 45, 2017, p. 195–208. <https://doi.org/10.20435/serie-estudos.v22i45.961>

AUMONT, Jacques. **A imagem.** Campinas: Papirus, 1993.

ARAÚJO, Inês Lacerda. **Foucault e a Crítica do Sujeito.** Curitiba: Ed. UFPR, 2001, p. 90.

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo.** Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1981.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para Consumo: a transformação das pessoas em mercadoria.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Vivemos o fim do futuro.** 2014. Disponível em <https://epoca.globo.com/ideias/noticia/2014/02/bzygmunt-baumanb-vivemos-o-fim-do-futuro.html>. Acesso em 10 de janeiro de 2024.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1999.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo.** Tradução de Sérgio Milliet. v. II. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: Fatos e Mitos.** Trad: Sérgio Milliet. 4ª Ed. São Paulo: Difusão Européia do livro, 1970.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: A experiência vivida.** Trad: Sérgio Milliet. 2ª Ed. São Paulo: Difusão Européia do livro, 1967.

BENEVENUTO, Fabrício., Almeida, J., Silva, A. S. **Explorando Redes Sociais Online: Da Coleta e Análise de Grandes Bases de Dados as Aplicações,** Minicurso do XXVI Simpósio Brasileiro de Redes de Computadores, SBC. 2011. Disponível em <https://homepages.dcc.ufmg.br/~fabricio/download/mini-curso-sbrc11.pdf>. Acesso em 15 de dezembro de 2023.

BERGER, John. **Modos de ver.** Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

BICUDO, Virgínia Leone. **Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo.** Edição organizada por Marcos Chor Maio. São Paulo: Sociologia e Política, 2010.

BRAIDOTTI, Rosi. **Las fguraciones del nomadismo**. In: BRAIDOTTI, Rosi. *Feminismo, diferencia sexual y subjetividad nómade*. Madrid: Gesida, 2004. p. 201-226.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad: Maria helena Kuhner. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOYD, D. M.; ELLISON, N. B. **Social network sites: definition, history, and scholarship**. *Journal of Computer-Mediated Communication*. Mediated Communication Indiana, v. 13, n. 1, Oct. 2007. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1083-6101.2007.00393.x>. Acesso em 07 de janeiro de 2024. <https://doi.org/10.1111/j.1083-6101.2007.00393.x>

BRIGNOL, Liliane. **Migrações transnacionais e usos sociais da internet: identidades e cidadania na diáspora latino-americana**. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Programa de Pós- Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo. 2010.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar – 5ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CANDIOTTO, César. **Foucault uma História Crítica da Verdade**. In: Revista *Trans/Form/Ação*. São Paulo. 29(2): 65-78. 2006. <https://doi.org/10.1590/S0101-31732006000200006>

CASTELLS, Manoel. **A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura**. v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. **Comunicacion y poder**. Tradução de Maria Hernandes. Madri: Alianza, 2009.

CASTELLS, Manuel. **Reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Tradução de Maria Luísa X. A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CARVALHO, Nelly de. **Publicidade a linguagem da sedução**. São Paulo: Ática, 1996.

CONDREN, Mary. **The Serpent and the Goddess: Women, Religion, and Power in Celtic Ireland**. São Francisco: Harper & Row. 1989.

COSTA, Cristina. **A imagem da mulher**. Rio de Janeiro: SENAC Rio, 2002.

CROCHIK, José Leon. **A ideologia da racionalidade tecnológica e a personalidade narcisista**. Tese (Livre-docência) - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo: IPUSP, 1999.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. **O espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo**. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELEUZE, Gilles. **Controle e devir**. In: Conversações. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992a.

DELEUZE, Gilles. **Post-scriptum sobre as sociedades de controle**. In: DELEUZE, Gilles. Conversações. São Paulo: Editora 34, 1992b.

ENGEL, Magali. **Psiquiatria e Feminilidade**. In: DEL PRIORE, Mary (Org). História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2006.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EdUFBA, 2008.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Mídia e educação da mulher: Uma discussão teórica sobre modos de enunciar o feminino na TV**. Revista Estudos Feministas, 2001. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200015>

FISCHLER, C. Obeso benigno, obeso maligno. In: SANT'ANNA, D, B. (org). Políticas do corpo: Elementos para uma história das práticas corporais. São Paulo: Estação Liberdade, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso: Aula Inaugural no Collège de France**. Ed. Loyola. 1970.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1 - A vontade de saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Graal, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **O poder psiquiátrico**. Trad. De E. Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. Martins Fontes: São Paulo, 2001.

FOUCAULT, Michel. **O sujeito e o poder**. In P. RABINOW e H. DREYFUS, Michel Foucault: uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: o nascimento da prisão**. 20. ed. São Paulo: Vozes, 1975.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 50. ed. São Paulo: Global, 2005.

GARCIA, Carla Cristina. **Ovelhas na névoa: um estudo sobre as mulheres e a loucura**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.

GARCIA, Marta Rizo. **La interacción y la comunicación desde los enfoques de la psicología social y la sociología fenomenológica**. 2006. Disponível em <https://ddd.uab.cat/pub/analisi/02112175n33/02112175n33p45.pdf>. Acesso em 05 de fevereiro de 2024.

GÉLEDES. **A revolução da internet e a decadência da velha mídia**. 2010. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/a-revolucao-da-internet-e-a-decadencia-da-velha-midia>. Acesso em 10 de fevereiro de 2024.

GOLDENBERG, Mirian. **O corpo como capital**. Rio de Janeiro: Mimeo, 2007.

GONÇALVES, Tálita. **As maiores redes sociais em 2021**. Etus, 21 Julho de 2021. Disponível em <https://etus.com.br/blog/as-maiores-redes-sociais-em-2021>. Acesso em 13 de novembro de 2021.

GONZALEZ, Lelia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Ciências Sociais Hoje: Brasília, n. 2, 1984.

GREINER, Christina. **O corpo em crise: novas pistas e o curto-circuito das representações**. São Paulo: Annablume, 2010.

GROSZ, Elizabeth. **Volatile Bodies: Toward a Corporeal Feminism**. Bloomington, Indiana University Press. 1994.

GUIOMARINO, Hailton Felipe. **A função metodológica do conceito de ‘dispositivo’ na genealogia de Michel Foucault**. In LEAL, Ana C. D. Borges; DIAS, Bárbara L. da C. Veloso; VERBICARO, Loiane Prado. (Orgs.) Normalização, poder e direito. Salvador: Ed. JusPodivum. 2017.

HARAWAY, Donna. **Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-Socialista no final do século XX**. In: TADEU, T. (Org.). Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

HARDT, Michael. **A sociedade mundial de controle**. In: ALLIEZ, E. (Org.). Gilles Deleuze: uma vida filosófica. São Paulo: Editora 34, 2000.

HASHIGUTI, S. T. **O corpo como materialidade do discurso**. In: III Seminário de Estudos em Análise de Discurso: O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras. Caderno de Resumos. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

HOFF, Tânia Márcia César. **O corpo imaginado na publicidade**. In: Cadernos de pesquisa. São Paulo: ESPM, n.1, vol.1, 2005.

HOOKS, bell. **O Feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Tradução Bhuvi Libano. 19 edição. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2022.

HORKHEIMER, Max, ADORNO, Theodor. **A indústria cultural: o iluminismo como mistificação de massas**. In: LIMA, Luiz Costa. Teoria da cultura de massa. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2002.

LA FONTAINE, Celine. **O Império cibernético: Das máquinas de pensar ao pensamento máquina.** Lisboa: Epistemologia e sociedade, 2004.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social. Uma introdução a Teoria do Ator-Rede.** Salvador: EDUFBA, 2012.

LAURETIS, Teresa de. **A Tecnologia do Gênero.** in: HOLLANDA, Heloisa Buarque: **Tendências e Impasses – o feminismo como crítica da cultura,** Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LESSA, Patrícia. **Mulheres à venda.** Londrina: Eduel, 2005.

LIPOVETSKY, Gilles; CHARLES, Sébastien. **Os tempos hipermodernos.** São Paulo: Barcarolla, 2004.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. **A Cultura Mundo - resposta a uma sociedade desorientada.** Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LIPOVETSKY, Gilles. **A terceira mulher.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: Pedagogias da sexualidade.** 2ª ed. Belo Horizonte, MG, Autêntica Editora, 2000.

MAIOR. Breno Augusto Souto. KLAUS, Eichne. **Sobre a estruturação de redes sociais em associações voluntárias: estudo empírico de organizações não-governamentais da cidade do Recife.** 2004. Disponível em <https://www.scielo.br/j/se/a/jS5HCWSfChmxrw5v9gQqJHB/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 20 de janeiro de 2024.

MARCONDES, Mariana Mazini et al. (Orgs.). **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras.** Brasília: Ipea, 2013. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dossie_mulheres_negras.pdf. Acesso em: 8 dezembro 2023

MAGALHÃES, Theresa Calvet de. **Violência e/ou poder.** In: Poder, normalização e violência. Incursões foucaultianas para a atualidade, por Org. Izabel C. Friche Passos. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MAFESSOLI, Michel. **A contemplação do mundo.** Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1995.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro 1: o processo de produção do capital.** Tradutor: Rubens Enderle. São Paulo; Boitempo, 2013.

MAYOS, Gonçal. **Ilustración y Romanticismo; Introducción a la polémica entre Kant y Herder.** Barcelona: Editorial Herder, 2004. p. 363-408.

MCCLINTOCK, A. **Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial.**

Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

MERCKLÉ, Pierre, 2004: **Sociologie des réseaux sociaux**, Paris: La Decouverte. 2004. Disponível em [10.3917/dec.merck.2016.01](https://doi.org/10.3917/dec.merck.2016.01). Acesso em 15 de dezembro de 2023.

MORIN, Edgar. **O Cinema ou o Homem Imaginário**. Tradução de Antônio Pedro Vasconcelos. Lisboa: Ed. Relógio D'Água, 2014.

MORIN, Edgar. **Cultura de Massa no século XX**. Rio de Janeiro: Florence Universitária, 2011.

MOORE, Henrietta. **Fantasia de Poder e fantasias de identidade: Gênero, raça e violência**. Cadernos Pagu, 2000.

MUSSO, Pierre. **A filosofia da rede**. In PARENTE, A. (Org.). *Tramas da rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação*. Porto Alegre: Sulina, 2004.

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

NYE, Andrea. *Teoria feminista e as filosofias do homem/ Andrea Nye*; tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1995.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2005. In: ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PACHECO, Denis. *Algoritmos podem levar a aumento da exclusão na sociedade*. 2022. Disponível em <https://jornal.usp.br/cultura/algoritmos-podem-levar-a-aumento-da-exclusao-na-sociedade/>. Acesso em 10 de fevereiro de 2024.

PAJOLLA, Alessandra Dalva de Souza. *Identidades femininas múltiplas em crônicas de Clarice Lispector*. Dissertação de mestrado. Maringá, 2010. Disponível em: <http://www.ple.uem.br/defesas/pdf/adspajolla.pdf>. Acesso em: 14 de outubro de 2023.

PASSETI, EDSON. **Anarquismos e Sociedade de Controle**. Colóquio Foucault/Deleuze. São Paulo: Unicamp. 2000.

PARROCHIA, Daniel. **Quelques aspects historiques de la notion de réseau**. In: Flux, n. 62, p. 10-20, out./dez. 2005. Disponível em: https://www.academia.edu/51977285/Quelques_aspects_historiques_de_la_notion_de_r%C3%A9seau. Acesso em: 13 de novembro de 2021. <https://doi.org/10.3917/flux.062.0010>

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Trad. Angela M. S. Corrêa. - 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2012.

PERROT, Michelle. **Os silêncios do corpo da mulher**. In: MATOS, M. I. S.; SOIHET, R. (Orgs). *Corpo feminino em debate*. São Paulo: Unesp, 2003.

PETERSEN, Áurea. **Discutindo o uso da categoria gênero e as teorias que respaldam estudos de gênero**. In: ROSO, A. et al. *Gênero por escrito: saúde, identidade e trabalho*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PORTUGAL, Silvia. **Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica**. Oficina do CES nº 271. 2007. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/11097/1/Contributos%20para%20uma%20discuss%3%a3o%20do%20conceito%20de%20rede%20na%20teoria%20sociol%3%b3gica.pdf>. Acesso em 16 de novembro de 2021.

PORTUGAL, Silvia. **Novas famílias, Modos Antigos: As redes sociais na produção do bem estar**. Tese de Doutorado em Sociologia. Coimbra: FEUC. 2006. Disponível em: https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/480/2/tese_sp.pdf. Acesso em 13 de novembro de 2021.

RECUERO, Raquel. **A conversação em rede: comunicação mediada pelo computador e redes sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2012. Disponível em <file:///C:/Users/Windows%2010%2064Bits/Downloads/Recuero%20-2012.pdf>. Acesso em 15 de dezembro de 2023.

RUBIN, Gayle. **O Tráfico de mulheres: notas sobre economia política do sexo**. Recife: Edição SOS corpo, 1993.

SALAS, Javier. Google conserta seu algoritmo “racista” apagando os gorilas. 2018. Disponível em <https://racismoambiental.net.br/2018/01/17/google-conserta-seu-algoritmo-racista-apagando-os-gorilas/>. Acesso em 20 de janeiro de 2024.

SALES, Gabriela. Discurso de America Ferreira emociona mulheres. 2023. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrio/2023/08/discurso-de-america-ferrera-em-filme-da-barbie-emociona-mulheres-por-ser-realista.shtml>. Acesso em 18 de dezembro de 2023.

SIMMEL, Georg. **Filosofia do Amor**. Tradução de Eduardo Brandao. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SIMMEL, Georg. **Sociologia**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Editora Ática, 1983.

SIBILA, Paula. **O Show do eu: a intimidade como espetáculo**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2008.

SILVA, Paulo Vinicius Barbosa. Raça/Cor. In: Oliveira, D.A; Duarte, A.M.C; Vieira, L.M.F. **Dicionário trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG, 2010. Disponível em: <https://gestrado.net.br/verbetes/raca-cor/#:~:text=Ra%C3%A7a%20%C3%A9%20uma%20constru%C3%A7%C3%A3o%20social,uma%20forma%20espec%C3%ADfica%20de%20met%C3%A1fora>. Acesso em 15 de dezembro de 2023.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, 1995.

SCOTT, Joan W. **Os usos e abusos do gênero**. Projeto História: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História, n. 45. 2012. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/15018> Acesso em 15 de março de 2023.

TIBURI, Márcia./MENEZES, Magali M. de./EGGERT, Edla. (Orgs.) **As mulheres e a filosofia**. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2002.

TOMAÉL, Maria Inês. **Redes sociais, conhecimento e inovação localizada**. Informação & Informação. 2007. Disponível em <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2007v12n1espp63> Acesso em 08 de dezembro de 2024. <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2007v12n1espp63>

UGARTE, David. **O poder das redes**. 2014. Disponível em <https://ciberconflitos.files.wordpress.com/2014/10/ugarte-david-2007-o-poder-das-redes-em-portuguc3aas.pdf>. Acesso em 27 de novembro de 2023.

VIOLÊNCIA CONTRA MENINAS E MULHERES NO 1º SEMESTRE DE 2023. Brasília: Fórum Brasileiro De Segurança Pública. Disponível em <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/11/violencia-contra-meninas-mulheres-2023-1sem.pdf>. Acesso em 05 de janeiro de 2024.

WELLMAN, Barry & S. BERKOWITS. **Social Structures**. A Network Approach. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

WOLFF, Virgínia. **O mito da Beleza**: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. Tradução Waldéa Barcellos. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

WOTILING, Patrick. **Vocabulário de Nietzsche**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

YOUNG, Robert C. G. **Desejo colonial: hibridismo em teoria, cultura e raça**. São Paulo, Perspectiva, 2005.